



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA

JOSÉ IRANILSON DA SILVA

**PLANO DE TEXTO E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA:
ACUSAÇÃO E DEFESA NO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

NATAL/RN

2020

JOSÉ IRANILSON DA SILVA

**PLANO DE TEXTO E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA:
ACUSAÇÃO E DEFESA NO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Orientador: Prof. Dr. João Gomes da Silva Neto.

Natal/RN

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Silva, José Iranilson da.

Plano de texto e orientação argumentativa: acusação e defesa no impeachment de Dilma Rousseff / José Iranilson da Silva. - Natal, 2020.

165f.: il.

Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

Orientador: Prof. Dr. João Gomes da Silva Neto.

1. Análise textual dos discursos - Tese. 2. Plano de texto - Tese. 3. Orientação argumentativa - Tese. I. Silva Neto, João Gomes da. II. Título.

**PLANO DE TEXTO E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA:
ACUSAÇÃO E DEFESA NO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

Tese apresentada por José Iranilson da Silva ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL/CCHLA, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem, na área de concentração em Linguística Teórica e Descritiva.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Gomes da Silva Neto – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Ananias Agostinho da Silva – Examinador externo
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Profa. Dra. Josilete Alves Moreira de Azevedo – Examinadora externa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Mário Lourenço de Medeiros – Examinador externo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Maria das Graças Soares Rodrigues – Examinadora interna
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

À minha família, meu tudo:
meu pai, João Reinaldo,
minha mãe, Francisca,
minha irmã, Onides,
meus sobrinhos, Igor, Ítalo e Isabela,
e meu cunhado, Jadson.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sobre todas as coisas. Toda a honra e a glória! Por todas as bênçãos que têm derramado em minha vida.

Ao meu orientador e presidente da Banca Examinadora, o Prof. Dr. João Gomes da Silva Neto, cujas aulas/orientações, desde o mestrado, foram momentos inesquecíveis de uma pedagogia para a vida, uma fonte de inspiração acadêmica, profissional e pessoal. Serei sempre grato pela acolhida e pela confiança.

Aos professores examinadores na qualificação, pela leitura e pelas valiosas contribuições: Profa. Dra. Maria das Graças Soares Rodrigues (UFRN), Profa. Dra. Josilete Alves Moreira de Azevedo (UFRN), Prof. Dr. Mário Lourenço de Medeiros (UFRN), Prof. Dr. Ananias Agostinho da Silva (UFERSA) e Profa. Dra. Célia Maria de Medeiros (UFRN).

Ao Grupo de Pesquisa Análise Textual dos Discursos (ATD), em especial, às nossas referências: Profa. Dra. Maria das Graças Soares Rodrigues, Prof. Dr. Luís Passeggi e Prof. Dr. João Gomes da Silva Neto, que compartilham conosco seus conhecimentos e inspiram-nos na academia e na vida.

À Profa. Dra. Célia Maria de Medeiros, pelo acolhimento, pela amizade e pela parceria acadêmica; um ser de luz que irradia a todos com suas palavras de incentivo, ensinamentos e delicadeza.

Aos amigos/colegas que a academia proporcionou. Em especial, às companheiras das certezas e incertezas, Vitória Medeiros e Eunice Matias, das viagens e “*dates*”. Aos colegas da turma, em especial Alba e Geonilson. Também ao amigo Emanuel Vicente, pela força de sempre. Que Deus continue abençoando-os.

À minha família, que acompanhou, compreendeu, ajudou e divide comigo este momento; meus exemplos de amor, simplicidade, retidão. Uma honra: professor e letrado, como minha irmã, Onides, principal referência e incentivadora.

Aos meus professores, todos, do ensino infantil, fundamental e médio, pilares na construção deste momento. Aos professores da graduação em Letras, Campus de Santa Cruz da UFRN; e aos professores das pós-graduações *lato e stricto sensu*.

Aos meus alunos, todos, que continuam sendo uma das maiores motivações para prosseguirmos estudando, aprendendo e compartilhando.

À comunidade acadêmica da Universidade Potiguar (UnP), que sempre incentivou e foi laboratório de experiências acadêmicas ímpares.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, ao Departamento de Letras e ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, pela excelência na entrega do conhecimento e da pesquisa.

À Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte, 7ª DIREC, e à Escola Estadual José Bezerra Cavalcante, por me concederem licença para frequentar a pós-graduação.

A PALAVRA DE DEUS

*“28 Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei.
29 Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de
coração, e encontrareis descanso para a vossa alma. 30 Porque o meu jugo é suave,
e o meu fardo é leve”.*

(MATEUS, 11:28-30)

RESUMO

Esta tese de doutoramento investiga como se estabelece a relação entre o plano de texto e a orientação argumentativa em textos de acusação e de defesa no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseff. Como questões de pesquisa, busca conhecer: como são constituídas as estruturas dos planos de texto; como os planos de texto incidem sobre a orientação argumentativa; como a orientação argumentativa é evidenciada e como ela se realiza nos planos de texto; e, que funções exercem as marcas linguísticas da argumentação nos planos de texto. Este estudo objetiva, assim, analisar como se estabelece, linguisticamente, a relação entre planos de texto e orientação argumentativa; e, mais especificamente, descrever como se constituem os planos de texto; descrever as marcas linguísticas da orientação argumentativa; interpretar as funções das marcas linguísticas e sua relação com os planos de texto e com a orientação argumentativa; e interpretar a relação entre os planos de texto e a orientação argumentativa. Quanto à metodologia, utiliza os métodos dedutivo e indutivo. As fontes são de natureza documental e bibliográfica, com uma interpretação analítica de carácter descritivo. O *corpus* consiste nos textos de dois documentos do referido processo, a saber: a denúncia (peça acusatória), seção “Dos fatos”, e a defesa (resposta à acusação), peça de defesa da denunciada, seção “Da contextualização geral”. O plano de texto e a orientação argumentativa constituem dois níveis de análise propostos pelo quadro teórico-metodológico da análise textual dos discursos (ATD), abordagem desenvolvida por Jean-Michel Adam (2011). O estudo realiza uma análise linguística com o objetivo de relacionar esses dois níveis, em que, no “nível 5” (N5), focaliza o plano de texto, e no “nível 8” (N8), a orientação argumentativa. A fundamentação teórica da pesquisa tem como base a Linguística Textual (LT) e o quadro teórico-metodológico proposto por Adam (2011). No que se refere aos estudos sobre a argumentação, Aristóteles (1969), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Koch (2009, 2011) e Adam (2014) são basilares. Além das categorias do plano de texto e da orientação argumentativa, analisa também as marcas linguísticas da argumentação a partir dos articuladores textuais, da pressuposição, das modalidades do discurso e da autoridade polifônica. Os resultados revelam que os planos dos textos analisados apresentam estratégias argumentativas que se especificam de acordo com as intenções de acusar e de defender, estabelecendo relação com a orientação argumentativa, identificada pelas marcas linguísticas.

Palavras-chave: análise textual dos discursos; plano de texto; orientação argumentativa.

ABSTRACT

This doctoral thesis investigates the establishment of the relationship between the text plan and the argumentative orientation in texts of accusation and defense within the impeachment proceedings of President Dilma Vana Rousseff. Research questions aim to comprehend the following: how the structures of the text plans are constituted; how the text plans are configured in the argumentative orientation; how the argumentative orientation is evidenced and carried out in the text plans; and what functions linguistic features of the argumentation may exert in the text plans. This study, thus, aims to analyze how, linguistically, the relation between the text plans and the argumentative orientation is established; and, more specifically, describes how the text plans are configured; describes the linguistic features of the argumentative orientation; interprets the functions of the linguistic features and their relation to the text plans and the argumentative orientation; and interprets the relationship between the text plans and the argumentative orientation. Regarding the methodology, the research relies on deductive and inductive methods. The sources are documental and bibliographic in nature and undergo a descriptive analytical interpretation. The corpus consists of the texts of two documents from the lawsuit in question, as follows: the denouncement (accusatory brief), section "Of the facts", and the defense (response to the accusation), defense brief by the defendant, section "General contextualization". The text plan and the argumentative orientation consist of two levels of analysis as proposed in the theoretical-methodological framework of the textual discourse analysis (TDA), developed by Jean-Michel Adam (2011). The study carries out a linguistic analysis with the objective of relating these two levels, in which, on "Level 5" (L5), the text plan the focus, and on "Level 8" (L8), the argumentative orientation. The theoretical base of the research is founded on Textual Linguistics (TL) and the theoretical-methodological framework proposed by Adam (2011). Foundational studies consulted regarding argumentation include, Aristotle (1969), Perelman and Olbrechts-Tyteca (1996), Koch (2009, 2011) and Adam (2014). In addition to these categories of the text plan and the argumentative orientation, the linguistic features of the argumentation are analyzed from the perspective of the textual articulators, the presupposition, the discourse modes, and the polyphonic authority. The results reveal that the text plans analyzed present argumentative strategies that are specified according to the intentions of the accuser and defender, establishing a relationship with the argumentative orientation identified by the linguistic features.

Keywords: textual discourse analysis; text plan; argumentative orientation.

RÉSUMÉ

Le but de cette investigation est d'étudier les relations qui s'établissent entre le plan de texte et l'orientation argumentative, dans des extraits de texte issus de documents concernant l'accusation et la défense dans le dossier de l'affaire de l'*impeachment* de la présidente Dilma Vana Rousseff. Avec les questions de recherche, on demande: comment les structures des plans de texte s'établissent-elles?; comment ces plans incident sur l'orientation argumentative?; comment celle-ci est explicitée et fonctionne par rapport aux plans du texte?; e quelles fonctions exercent les marques linguistiques de l'argumentation aux plans de texte; comment s'établie la relation entre plan de texte et orientation argumentative? d'où découlent les objectifs de recherche: décrire comment sont créés les plans de texte; relever les marques linguistiques et ses relations avec les plans de text et l'orientation argumentative; et interpréter le rapport entre les plans de texte et l'orientation argumentative. La méthodologie suit les méthodes déductive et inductive, dans une approche descriptive, documentaire et bibliographique. Le *corpus* est constitué de deux extraits de texte de deux pièces du dossier: la section *Des Faits*, de la dénonce, et la section *De la contextualisation générale*, de la défense . Le plan de texte et l'orientation argumentative constituent deux niveaux d'analyse proposés par le cadre théorique et méthodologique de l'analyse textuelle des discours (ATD) selon Adam (2011). L'analyse essaie de rejoindre ces deux niveaux: au "niveau 5" (N5), le plan de texte et, au "niveau 8" (N8), l'orientation argumentative. L'analyse s'appuie sur la linguistique textuelle (LT) et sur l'analyse textuelle des discours d'Adam (2011); en ce qui concerne l'argumentation, Aristoteles (1969), Perelman et Olbrechts-Tyteca (1996), Koch (2009, 2011), Pinto (2010), Fiorin (2014, 2015), Amossy (2014, 2018) et Adam (2014). Au-delà des catégories du plan de texte et de l'orientation argumentative, on considère aussi les marqueurs linguistiques de l'argumentation en relation avec les organisateurs textuels de la présupposition, des modalités du discours et de l'autorité polyphonique. Les résultats montrent que les plans des textes analysés présentent des stratégies argumentatives qui se déploient selon des intentions d'accuser ou de défendre, en établissant des étroites relations avec les orientations argumentatives visées et, à leurs tours, identifiées par des marques linguistiques bien spécifiques.

Mots-clés: analyse textuelle des discours; plan de texte; orientation argumentative.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – “Esquema 4” – Níveis da análise de discurso e da análise textual | 42 |
| Figura 2 – Níveis de análise textual da tese | 44 |
| Figura 3 – Esquema da relação entre os dois níveis de análise da tese | 45 |
| Figura 4 – Excerto do <i>corpus</i> – plano de texto da resposta à acusação..... | 48 |
| Figura 5 – “Esquema 5” – Operações de segmentação e de ligação | 49 |
| Figura 6 – “Esquema 30” – Ligações textuais | 52 |
| Figura 7 – “Esquema 21” – Esquema simplificado de base da sequência argumentativa | 58 |
| Figura 8 – “Esquema 22” – Modelo da sequência argumentativa prototípica completa | 59 |
| Figura 9 – Sequência argumentativa na denúncia | 61 |
| Figura 10 – Sequência argumentativa na resposta à acusação | 61 |
| Figura 11 – Diagrama: crimes de responsabilidade | 98 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Discurso jurídico no âmbito da ATD/PPgEL/UFRN..... | 31 |
| Quadro 2 – Discurso político no âmbito da ATD/PPgEL/UFRN..... | 34 |
| Quadro 3 – Conectores argumentativos..... | 68 |
| Quadro 4 – Articuladores discursivos argumentativos com função de conjunção..... | 71 |
| Quadro 5 – Articuladores discursivos argumentativos com função de contrajunção | 71 |
| Quadro 6 – Articuladores discursivos argumentativos com função de explicação ou justificativa | 71 |
| Quadro 7 – Articuladores discursivos argumentativos com função de comprovação | 72 |
| Quadro 8 – Articuladores discursivos argumentativos com função de conclusão..... | 72 |
| Quadro 9 – Articuladores discursivos argumentativos com função de comparação . | 72 |
| Quadro 10 – Articuladores discursivos argumentativos com função de generalização/extensão | 73 |
| Quadro 11 – Articuladores discursivos argumentativos com função de especificação/exemplificação | 73 |
| Quadro 12 – Articuladores discursivos argumentativos com função de correção/definição..... | 73 |
| Quadro 13 – Articuladores de organização textual..... | 74 |
| Quadro 14 – Articuladores modalizadores | 74 |
| Quadro 15 – Articuladores delimitadores de domínio..... | 75 |
| Quadro 16 – Articuladores voltados para a formulação textual | 75 |
| Quadro 17 – Articuladores evidenciadores da propriedade autorreflexiva da linguagem | 76 |
| Quadro 18 – Operadores modais..... | 79 |
| Quadro 19 – Categorias de análise das marcas linguísticas | 82 |
| Quadro 20 – Principais documentos do processo de <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff..... | 86 |
| Quadro 21 – <i>Corpus</i> da tese | 87 |
| Quadro 22 – Quantidade dos pedidos de <i>impeachment</i> no Brasil..... | 94 |
| Quadro 23 – Identificação da peça acusatória | 97 |
| Quadro 24 – Identificação da peça de defesa | 98 |
| Quadro 25 – Classificação dos documentos mediante a intenção comunicativa | 99 |
| Quadro 26 – Identificação metodológica do <i>corpus</i> | 99 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 27 – Volume textual total do <i>corpus</i> | 99 |
| Quadro 28 – Racionalidade e emoção nos textos | 100 |
| Quadro 29 – Epígrafes | 101 |
| Quadro 30 – Seções analisadas | 102 |
| Quadro 31 – Síntese descritiva dos elementos gráficos dos textos analisados | 102 |
| Quadro 32– Sumário de análise de T1 | 103 |
| Quadro 33 – Plano de texto do pedido de <i>impeachment</i> – T1 | 104 |
| Quadro 34 – Sumário de análise de T2 | 105 |
| Quadro 35 – Plano de texto da resposta à acusação – T2 | 108 |
| Quadro 36 – Equivalências nos sumários: T1 e T2 | 109 |
| Quadro 37 – Equivalências dos planos de textos de T1 e T2 | 114 |
| Quadro 38 – Articuladores textuais na seção “Dos fatos” em T1 | 116 |
| Quadro 39 – Articuladores discursivo-argumentativos em T1 | 121 |
| Quadro 40 – Articuladores de organização textual em T1 | 122 |
| Quadro 41 – Articuladores metadiscursivos em T1 | 123 |
| Quadro 42 – Pressupostos em T1 | 124 |
| Quadro 43 – Modalidades do discurso em T1 | 124 |
| Quadro 44 – Autoridade polifônica em T1 | 125 |
| Quadro 45 – Articuladores textuais em T2 | 127 |
| Quadro 46 – Articuladores discursivo-argumentativos em T2 | 129 |
| Quadro 47 – Articuladores de organização textual em T2 | 129 |
| Quadro 48 – Articuladores metadiscursivos em T2 | 130 |
| Quadro 49 – Pressuposição em T2 | 130 |
| Quadro 50 – Modalidades do discurso em T2 | 131 |
| Quadro 51 – Autoridade polifônica em T2 | 132 |
| Quadro 52 – Síntese das marcas linguísticas de articuladores textuais em T1 e T2 | 134 |
| Quadro 53 – Síntese das marcas linguísticas da pressuposição | 135 |
| Quadro 54 – Síntese das marcas linguísticas dos modalizadores do discurso em T1 e T2 | 135 |
| Quadro 55 – Síntese das marcas linguísticas da autoridade polifônica | 136 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------|--|
| AD | Análise do discurso |
| ADF | Análise de discurso francesa |
| ADPF | Arguição de descumprimento de preceito fundamental |
| ATD | Análise textual dos discursos |
| BR | Brasil |
| CCHLA | Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes |
| CPP | Código de Processo Penal |
| E1 | Enunciador primeiro |
| L1 | Locutor primeiro |
| Leg | Legislativo |
| LT | Linguística textual |
| NCPP | Novo Código de Processo Penal |
| N5 | “Nível 5” – nível da estrutura composicional |
| N8 | “Nível 8” – nível dos atos do discurso |
| ORarg | Orientação argumentativa |
| PdV | Ponto de vista (de acordo com Adam, 2011) |
| PDV | Ponto de vista (de acordo com Rabatel, 2016) |
| PPgEL | Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| Rd | Representação discursiva |
| RE | Responsabilidade enunciativa |
| RN | Rio Grande do Norte |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| Uol | Universo On-line |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 19 |
| 2 ESTADO DA ARTE | 26 |
| 2.1 TEXTO JURÍDICO NO ÂMBITO DA ATD..... | 27 |
| 2.2 TEXTO POLÍTICO NO ÂMBITO DA ATD..... | 32 |
| 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 36 |
| 3.1 LINGUÍSTICA TEXTUAL..... | 37 |
| 3.2 ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS – ATD | 41 |
| 3.2.1 Plano de texto | 45 |
| 3.2.1.1 Plano de texto fixo ou convencional | 49 |
| 3.2.2 Plano de texto ocasional | 49 |
| 3.2.2 Sequência textual | 50 |
| 3.2.2.1 Sequência textual argumentativa | 57 |
| 3.3.2 Orientação argumentativa | 61 |
| 3.3 ARGUMENTAÇÃO | 62 |
| 3.3.1 Retórica | 63 |
| 3.3.2 Nova Retórica | 64 |
| 3.3.3 Argumentação na língua | 65 |
| 3.4 MARCAS LINGUÍSTICAS DA ARGUMENTAÇÃO | 67 |
| 3.4.1 Operadores argumentativos | 67 |
| 3.4.1.1 Articuladores discursivos-argumentativos | 70 |
| 3.4.1.1.1 <i>Conjunção</i> | 70 |
| 3.4.1.1.2 <i>Contrajunção</i> | 71 |
| 3.4.1.1.3 <i>Explicação ou justificativa</i> | 71 |
| 3.4.1.1.4 <i>Comprovação</i> | 71 |
| 3.4.1.1.5 <i>Conclusão</i> | 72 |
| 3.4.1.1.6 <i>Comparação</i> | 72 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 3.4.1.1.7 | Generalização/extensão..... | 73 |
| 3.4.1.1.8 | Especificação/exemplificação..... | 73 |
| 3.4.1.1.9 | Correção/redefinição..... | 73 |
| 3.4.1.2 | Articuladores de organização textual..... | 73 |
| 3.4.1.3 | Articuladores metadiscursivos..... | 74 |
| 3.4.1.3.1 | Modalizadores..... | 74 |
| 3.4.1.3.2 | Delimitadores de domínio..... | 75 |
| 3.4.1.3.3 | Formuladores textuais..... | 75 |
| 3.4.1.3.4 | Evidenciadores da propriedade autorreflexiva da linguagem..... | 75 |
| 3.4.2 | Pressuposição..... | 76 |
| 3.4.3 | Modalidades do discurso..... | 80 |
| 3.4.4 | Autoridade polifônica..... | 80 |
| 4 | METODOLOGIA..... | 83 |
| 4.1 | ABORDAGEM METODOLÓGICA..... | 84 |
| 4.2 | DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> | 86 |
| 4.2.1 | Denúncia: o pedido de <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff..... | 87 |
| 4.2.2 | Resposta à acusação do pedido de <i>impeachment</i>..... | 90 |
| 4.3 | COLETA E TRATAMENTO DE DADOS..... | 90 |
| 5 | ANÁLISE..... | 93 |
| 5.1 | ESTABELECIMENTO DOS TEXTOS..... | 93 |
| 5.2 | OS PLANOS DE TEXTO NA ACUSAÇÃO E NA DEFESA NO <i>IMPEACHMENT</i> DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF..... | 103 |
| 5.2.1 | Plano de texto do pedido de <i>impeachment</i> - T1..... | 103 |
| 5.2.2 | Plano de texto da resposta à acusação..... | 105 |
| 5.3 | ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA NA ACUSAÇÃO NO PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF – T1..... | 115 |
| 5.3.1 | Articuladores textuais no pedido de <i>impeachment</i>..... | 116 |
| 5.3.1.1 | Articuladores discursivo-argumentativos em T1..... | 120 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 5.3.1.2 | Articuladores de organização textual em T1 | 122 |
| 5.3.1.3 | Articuladores metadiscursivos em T1 | 123 |
| 5.3.2 | Pressupostos no pedido de <i>impeachment</i>..... | 123 |
| 5.3.3 | Modalidades do discurso no pedido de <i>impeachment</i>..... | 124 |
| 5.3.4 | Autoridade polifônica no pedido de <i>impeachment</i>..... | 125 |
| 5.4 | ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA NA DEFESA NO PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF – T2..... | 126 |
| 5.4.1 | Articuladores textuais na resposta à acusação | 126 |
| 5.4.2.1 | Articuladores discursivo-argumentativos em T2 | 128 |
| 5.4.1.2 | Articuladores de organização textual em T2..... | 129 |
| 5.4.1.3 | Articuladores metadiscursivos em T2..... | 130 |
| 5.4.2 | Pressuposição na resposta à acusação | 130 |
| 5.4.3 | Modalidades do discurso na resposta à acusação..... | 131 |
| 5.4.4 | Autoridade polifônica na resposta à acusação..... | 132 |
| 6 | SÍNTESE DE RESULTADOS | 133 |
| 7 | CONCLUSÕES..... | 137 |
| | REFERÊNCIAS | 141 |
| | ANEXOS..... | 152 |
| | ANEXO A – Texto da sessão “Dos Fatos” do pedido de <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff | 153 |
| | ANEXO B – Texto da sessão “Da contextualização geral” do pedido de <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff | 163 |

1 INTRODUÇÃO

Com a presente tese, realizamos uma análise linguística do plano de texto e da orientação argumentativa (ORarg) de textos de documentos da recente história do Brasil, em um momento marcante e sob a égide de um processo de *impeachment*, em um cenário assinalado pela conjugação de instabilidade política e econômica. Após um forte clima de polarização verificado nas eleições de 2014, envolvendo as candidaturas de Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PMDB), quando a então presidenta Dilma Rousseff, democraticamente, logrou-se vitoriosa, foi intensificado um movimento oposicionista com vista a desestabilizar o governo federal.

Em 2015, foram protocolados mais de cinquenta pedidos de *impeachment* contra Dilma Rousseff, que foram arquivados por falta de elementos comprobatórios suficientes para que prosseguissem. Contudo, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu, em 2 de setembro de 2016, o pedido protocolado em outubro do mesmo ano pelos juristas Janaína Conceição Pascoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Pereira Bicudo, subscrito por lideranças de movimentos sociais, e que trazia como denúncia a tese de que o Governo Federal, por meio da presidenta, havia cometido crime de responsabilidade contra a Administração Pública.

Textos escritos, registrados em documentos, pautam a história de um povo. Nesse sentido, é essencial a realização de estudos, investigações e pesquisas que tenham tais textos e, por extensão, tais documentos, como objeto de análise. Sobretudo, para que estes não caiam no esquecimento e permitam pesquisas e, também, possíveis revisões futuras dos fatos ali registrados, constituindo, assim, novas perspectivas na tessitura da história.

A nossa trajetória de imersão nos estudos e nas pesquisas na área da Linguística Textual, tomando como base o quadro teórico-metodológico da análise textual dos discursos proposta por Adam (2011), coincide com o clima de inquietação vivido pelos brasileiros em função dos eventos sociais e políticos ocorridos nos últimos anos neste país, com desdobramentos nas diversas áreas da atividade nacional e com sérias implicações éticas, morais e identitárias. Nesse processo, a utilização da linguagem verbal constitui-se em uma ferramenta imprescindível para a expressão do pensamento e, conseqüentemente, para o registro da história em todas as formações discursivas. Além disso, estabelece a interação social entre os integrantes de uma comunidade, enquanto constrói mentalidades, institui e ressignifica valores. As

práticas de linguagem nas mais diferentes formações discursivas têm ocorrido, cada vez mais, de forma convergente, em função da forte conectividade proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico da multimídia, tornando assuntos e textos cada vez mais acessíveis.

Naquilo que é de seu interesse imediato, esta pesquisa concentra-se em dois domínios discursivos: o jurídico e o político, consolidando, ainda mais, e dando continuidade, aos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em ATD, do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os domínios discursivos jurídico e político têm despertado interesse na investigação de fenômenos linguísticos em seus documentos, cujos textos têm se tornado objeto de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, como a Filosofia, a História, a Sociologia, a Política, o Direito etc. Não somente pela sua importância para a sociedade como um todo, mas também pela riqueza de suas potencialidades históricas, comunicativas e linguísticas, em que vários recursos enunciativos e discursivos são evocados.

Particularmente, os textos jurídicos e políticos têm sido bem mais propagados na atualidade, pelo fato de estarem sendo disponibilizados para consulta e acompanhamento em plataformas *on-line* e pela mídia. Essa propagação e essa acessibilidade têm se dado justamente pelo aumento de sua circulação na *Internet*. Isso tem resultado no aumento dos acessos aos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com grandes acervos de textos digitalizados, virtuais, disponíveis a qualquer cidadão para consultas *on-line*. São fonte documental não apenas para interessados os mais diversos, como jornalistas e advogados, por exemplo, mas também por pesquisadores da linguagem, como é o caso do grupo de estudos ao qual pertencemos, que se interessa pela descrição, análise e interpretação de textos de diversos domínios discursivos.

O objeto deste estudo é a relação entre plano de texto e orientação argumentativa, categorias que constituem dois níveis de análise propostos pelo quadro teórico-metodológico da análise textual dos discursos, doravante ATD, proposto por Adam (2011). Especificamente, nesta pesquisa, objetivamos relacionar dois níveis de análise utilizados pela ATD, a saber, o “nível 5” (N5), com o plano de textos; e o “nível 8” (N8), com a orientação argumentativa.

A análise desses dois níveis acontece em um *corpus* constituído pelos textos de dois documentos do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff,

quais sejam: a denúncia feita na peça acusatória, que deu início ao referido processo de *impeachment* e que culminou com o seu impedimento; e a resposta à acusação, peça de defesa da denunciada. Os dois documentos estão disponibilizados, digitalmente, no portal eletrônico do Senado Federal. Informamos que, ao tratarmos dos textos em análise, iremos nos referir a Dilma Rousseff como ex-presidenta, preservando, assim, o aspecto temporal dos documentos cujos textos são constitutivos do *corpus*, datados no período em que ela exercia o mandato, e dos textos tratados e analisados, que são abordados após o seu impedimento.

Por outro lado, é preciso destacar que *impeachment* é um processo em parte jurídico, em parte político, podendo acontecer nos âmbitos Federal, Estadual ou Municipal, em que julga se uma pessoa com função pública cometeu o chamado crime de responsabilidade, conforme a Lei do *Impeachment* – Lei Nº 1.079, de 10 de abril de 1950 (Cf. BARROSO, 1998; BROSSARD, 1965).

No Brasil, um processo de *impeachment* ainda não havia se efetivado até o final, como o que ocorreu com a presidenta Dilma Rousseff em 2016, uma vez que, no caso do ex-Presidente Collor¹, em 1992, ele renunciou ao mandato antes da finalização do processo. A palavra *impeachment* é de origem anglicana e o termo traduzido para o português significa, literalmente, impedimento. No caso, designa, exatamente, o impedimento do chefe do executivo de exercer suas funções administrativas. Essa sanção máxima só aplica-se em sua fase decisória, uma vez que, durante o processo, o denunciado deve ficar apenas afastado das funções por, no máximo, 180 dias. O impedimento é a sanção máxima decorrente de um conjunto de atos. Ele é um processo jurídico e político, no qual os juízes são os congressistas, deputados e senadores.

É importante salientar, ainda, que várias pesquisas já foram realizadas, tendo como base os níveis do quadro teórico-metodológico supracitado e específicos de análise. A esse respeito, em sua singularidade, esta pesquisa desenvolve e aprofunda o estudo a partir da relação entre dois níveis de análise específicos, conforme exposto, apresentando-se, assim, como um avanço na temática, tornando-a mais instigante e

¹ Fernando Affonso Collor de Mello, atualmente, é senador da República, político brasileiro, 32º Presidente da República Federativa do Brasil. Ocupou o cargo de Presidente de 1990 até 1992, quando renunciou para evitar o seu impedimento, cujo processo o acusava de envolvimento em corrupção e fraudes financeiras.

representativa, quanto às contribuições para as análises da Linguística Textual, doravante LT.

Na ocasião, consideramos pertinente destacar o caráter inédito, neste trabalho, da proposta de desenvolver uma análise que envolve, ao mesmo tempo, categorias de dois níveis de análise textual, dentre os propostos no quadro teórico de Adam (2011), no caso, o plano de texto e a orientação argumentativa. Por outro lado, também é pertinente lembrar que, ao explorar textos de um *corpus* documental de notória importância social e histórica no Brasil contemporâneo, este trabalho também propõe-se a contribuir com a ampliação das fronteiras do conhecimento sobre fatos e documentos importantes da recente história política do país, na perspectiva dos estudos da linguística textual e da análise do discurso, com as devidas implicações com a abordagem da argumentação nos discursos jurídico e político.

Assim, dentre os motivos da escolha desse *corpus*, destacam-se:

a) trata-se de documentos que fazem parte da narrativa histórica recente da política nacional;

b) apresenta um potencial significativo, em termos de aprofundamento de análises do plano de texto e da orientação argumentativa, categorias que têm sido objeto de estudos e pesquisas que já temos desenvolvido;

c) expande o interesse pela investigação em textos de documentos com intenções comunicativas e pontos de vista antagônicos, como é o caso das peças de acusação e de defesa;

d) dá seguimento a pesquisas do grupo que investigam textos dos documentos do referido processo; e,

e) promove a continuidade de investigações em textos dos discursos jurídico e político, no caso, mais especificamente, textos que apresentam essa simbiose.

Refletindo sobre os postulados de Adam (2011, p. 44), particularmente sobre os níveis, ou planos, de análise dos discursos, podemos identificar uma inter-relação entre esses níveis. Como a noção de plano de texto sempre nos foi cara, decidimos investigar uma hipótese que motivou a realização desta pesquisa de doutoramento, a saber: esses níveis estão relacionados entre si, isto é, existe uma relação entre o plano de texto e a orientação argumentativa, que resulta nos efeitos de sentido pretendidos.

Assim, elegemos as seguintes questões de pesquisa, no que se refere às seções da acusação e da defesa no processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, aqui analisadas:

- Como são constituídas as estruturas dos planos de texto?
- Como os planos de texto incidem sobre a orientação argumentativa?
- Como a orientação argumentativa é evidenciada e como ela se realiza nos planos de texto?
- Que funções as marcas linguísticas da argumentação exercem nos planos de texto?

Em decorrência, com base nessas questões, definimos nosso objetivo geral:

- Analisar como se estabelece, linguisticamente, a relação entre planos de texto e orientação argumentativa na acusação e na defesa no processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Tendo em vista o atendimento desse objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar como se constituem os planos de texto.
- Descrever a relação entre os planos de texto e a orientação argumentativa.
- Analisar as funções das marcas linguísticas e sua relação com os planos de texto e com a orientação argumentativa.

A fundamentação teórica da pesquisa baseia-se no quadro geral da Linguística Textual (LT), no eixo dos estudos linguísticos do texto e nos pressupostos da ATD, proposta por Adam (2011), que é estudada no Brasil, entre outros pesquisadores, por Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010a, 2014, 2016, 2018), da linha de pesquisa “Linguística Teórica e Descritiva” do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Esse quadro teórico enfoca avanços recentes na concepção da relação entre texto e discurso, em uma abordagem em que ambos são pensados de forma articulada e, ao mesmo tempo, em categorias de análise dos textos nos diferentes domínios discursivos. Enquanto objeto de análise, segundo Adam (2011), o discurso é concebido na continuidade englobante do texto como um todo, considerando-se a historicidade de suas condições de produção e de recepção, na perspectiva de determinadas formações discursivas.

Em relação à noção de plano de texto, o suporte deste estudo baseia-se em Adam (2011). Quanto ao estudo da argumentação, apoiamos-nos em Aristóteles (1969), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Koch (2011), Pinto (2010) e Fiorin (2014, 2015), Amossy (2014, 2018) e Adam (2014).

Apresentamos, a seguir, o plano de texto desta tese, cuja sequencialidade já atende aos princípios norteadores da noção de plano de texto, e que se configura a partir desta introdução, que constitui a primeira seção.

A segunda seção focaliza o estado da arte. Para compormos essa parte, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre estudos que abordam o plano de texto e a orientação argumentativa, bem como o objeto teórico desta tese, a partir da análise de textos dos domínios jurídico e político, no âmbito do grupo de pesquisa da ATD/UFRN, com o intuito de tomar e dar conhecimento sobre o que tem sido produzido a partir de investigações sobre essas categorias.

Trazemos, na terceira seção, a fundamentação teórica da pesquisa, em abordagens norteadoras sobre a linguística textual, a análise textual dos discursos, teoria que embasa esta pesquisa, e estudos mais específicos, sobre plano de texto (fixo e ocasional), sequências textuais, dando ênfase à sequência argumentativa, à orientação argumentativa e a um subtópico sobre argumentação, que enfoca a Retórica, a nova Retórica, a argumentação na língua, como também as categorias constituídas pelos operadores argumentativos, ou articuladores textuais, a pressuposição, as modalidades do discurso e a autoridade polifônica.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da tese é apresentada na quarta seção. Nela, constam os tópicos referentes à abordagem metodológica, à descrição do *corpus*, à coleta e ao tratamento dos dados.

Na quinta seção, apresentamos a análise dos textos constitutivos do *corpus*. Subdividimos essa seção em tópicos sobre o estabelecimento do texto, os planos de

texto e a orientação argumentativa. Na análise, identificamos, descrevemos e interpretamos esses textos, em função dos objetivos de pesquisa.

Como encerramento da tese, temos a sexta e a sétima seção, respectivamente, a síntese dos resultados e a conclusão, na qual tecemos nossas considerações finais sobre os resultados e as contribuições da pesquisa para os estudos linguísticos dos textos, e, em especial, dos textos jurídicos e políticos.

2 ESTADO DA ARTE

[...] embora recentes, os estudos de Estado da Arte que objetivam a sistematização da produção numa determinada área do conhecimento já se tornaram imprescindíveis para apreender a amplitude do que vem sendo produzido. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 4).

Nesta seção, apresentamos uma etapa inicial e fundamental desta pesquisa, que se refere aos estudos e às investigações linguísticas realizadas e relacionadas com as discussões que são apresentadas nesta tese. Trata-se de uma retomada, ora total, ora em parte, de temáticas pertinentes e diretamente relacionadas com a pesquisa, que consideramos relevantes para o seu embasamento teórico-metodológico, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão do objeto de estudo. Ao final de cada subseção, traremos quadros que apresentam, sinteticamente, a relação das pesquisas citadas.

Vários são os processos e as dinâmicas que envolvem a produção científica nas últimas décadas em todas as áreas do conhecimento. A tarefa de atualizar e acompanhar o desenvolvimento da pesquisa científica, em qualquer área do conhecimento, tem se tornado um grande desafio, devido ao enorme fluxo de publicações tradicionais (livros, periódicos etc.) e virtuais (por meio da *Internet*). Nesse sentido, desenvolvemos um percurso exploratório, o qual consideramos suficiente, que permite situar os avanços teóricos e as diretrizes que foram verificadas em pesquisas correlatas ao nosso projeto e, certamente, contribui com a ampliação e o aprofundamento do conhecimento buscado na investigação. Trata-se de um levantamento de trabalhos que versam sobre a análise de textos relacionados às formações discursivas jurídica e política. Nas demais seções, apresentamos informações sobre outras pesquisas, resultantes de leituras que, mais especificamente, subsidiaram a execução de nosso estudo.

De acordo com Romanowiski e Ens (2006), o termo “estado da arte” resulta de uma tradução literal do Inglês, “*state of the art*”, e designa um tipo de investigação que tem por objetivo realizar levantamentos do que se conhece sobre determinado assunto, a partir de pesquisas realizadas em determinada área. O estado da arte é também chamado por alguns de estado do conhecimento. Considerando os interesses e os limites práticos de nossa pesquisa, realizamos, assim, um levantamento de caráter bibliográfico, que resultou em um inventário descritivo, sucinto, sobre a

produção acadêmica do grupo de pesquisa da ATD/PPgEL/UFRN, relacionada ao quadro teórico-metodológico da ATD. Isso nos permite mostrar um escopo de como se encontram os estudos sobre a ATD, particularmente nesse ambiente acadêmico, enquanto situamos e identificamos a contribuição desta pesquisa para esse cenário.

Romanowski e Ens (2006) asseveram, ainda, que a elaboração do estado da arte pode significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma determinada área do conhecimento. Em seus procedimentos, procura, sobretudo, identificar os aportes significativos da construção da teoria e da prática pedagógicas, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática, como também reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. Ferreira (2002), por sua vez, corrobora essas afirmações, considerando que as investigações do estado da arte

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258).

Apresentamos, então, nesta seção, pesquisas que representam o crescimento quantitativo e qualitativo da área de nosso interesse e que, em decorrência, contribuem para reforçar a pertinência e a relevância desta pesquisa, naquilo que traz como complementação, avanço e contribuição para a LT e, mais particularmente, para o conjunto dos trabalhos conduzidos no grupo de pesquisa da ATD/PPgEL/UFRN. Nessa perspectiva, trazemos, a seguir, algumas pesquisas cujas temáticas são o discurso jurídico e o discurso político, obedecendo a uma ordem cronológica em conformidade com o ano de suas publicações.

2.1 TEXTO JURÍDICO NO ÂMBITO DA ATD

De acordo com Lourenço (2017, p. 113), “A ciência do Direito não pode existir em uma dimensão exterior à linguagem [...]”. Nesse sentido, elencamos pesquisas realizadas com foco na LT, que se inserem no grupo da ATD/PPgEL/UFRN, cujo

objeto de análise foi o discurso jurídico, a partir de níveis da análise textual, conforme propostos por Adam (2011), e de outros subsídios teóricos dos estudos linguísticos. Durante o período do doutoramento, tivemos a oportunidade de vivenciar algumas das etapas dessas pesquisas, estar presente nas qualificações e nas defesas, momentos que, de maneira subjetiva, também se fazem presentes nesta seção.

Inicialmente, observamos que Lourenço (2008) inaugura, no grupo, a temática de pesquisa voltada para a análise linguística do discurso jurídico, com a dissertação *A argumentação na petição inicial*. Esse trabalho resultou em um livro (LOURENÇO, 2017), que leva o mesmo título, em que a autora apresenta sua pesquisa no mestrado. Perseguindo a mesma vertente de pesquisa, Lourenço (2013) defende a tese intitulada *Análise textual dos discursos: responsabilidade enunciativa no texto jurídico*, que objetivou descrever, analisar e interpretar a responsabilidade enunciativa (RE) em petições iniciais, gênero discursivo circunscrito ao domínio jurídico.

Dando prosseguimento à pesquisa linguística em textos do domínio discursivo jurídica, Gomes (2014) realiza a tese *A responsabilidade enunciativa na sentença judicial condenatória*. Na investigação, o autor estuda o fenômeno da responsabilidade enunciativa na sentença judicial condenatória seguindo os aportes teóricos da ATD (ADAM, 2011) e da Linguística Enunciativa.

Lopes (2014), por sua vez, apresentou a dissertação *A representação discursiva da vítima e do réu no gênero sentença judicial*. Nesse estudo, a autora identifica e descreve o fenômeno da representação discursiva da vítima e do réu no gênero sentença judicial.

Em sua tese, *Dispositivos enunciativos na sentença judicial condenatória de crimes contra a dignidade sexual infanto-juvenil*, Soares (2016) investiga, entre outros aspectos, dispositivos enunciativos concernentes à orientação argumentativa e à (não) assunção da responsabilidade enunciativa. A autora analisa a sentença judicial condenatória de crimes cometidos contra a dignidade sexual de crianças e de adolescentes no âmbito da família.

No mesmo ano, Medeiros (2016) defendeu a tese com o título *Responsabilidade enunciativa no gênero jurídico contestação*. A autora estabelece, como objetivo geral, investigar o gênero jurídico “Contestação”, no que concerne ao fenômeno da responsabilidade enunciativa (RE).

Ainda nesse mesmo ano, Lanzillo (2016) defendeu a tese *Ponto de vista e responsabilidade enunciativa em sentenças de pedido de falência*, cujo objetivo geral

foi estudar o ponto de vista (PDV) e a responsabilidade enunciativa (RE) no gênero discursivo “Sentença judicial de pedido de falência”. O estudo do PDV e da RE foi realizado em uma perspectiva textual-enunciativa, por meio da qual toma a enunciação como fator de construção do sentido do texto (coesão enunciativa).

Na tese *A responsabilidade enunciativa em textos de um inquérito policial relacionado a crimes de violência contra a mulher*, Oliveira (2016) teve como objeto de investigação a responsabilidade enunciativa associada ao componente argumentativo em documentos de inquérito policial, e foi desenvolvida com enfoque na enunciação e nos efeitos argumentativos dos enunciados. Com estudo sobre esse mesmo gênero textual/discursivo, Santos (2016), por sua vez, com a tese intitulada *Representações discursivas de vítima e agressor em textos de inquéritos policiais*, investigou as representações discursivas de vítima e de agressor em textos de inquéritos policiais. O objetivo geral dessa pesquisa foi investigar a composição das representações discursivas de vítima e de agressor em inquéritos policiais.

A (não) assunção da responsabilidade enunciativa em narrativas das sentenças condenatórias de crimes contra a mulher foi o título de uma dissertação de autoria de Ferreira (2016), que objetivou identificar, descrever, analisar e interpretar a Responsabilidade Enunciativa (RE) em narrativas de sentenças judiciais condenatórias, gênero discursivo textual que finaliza um processo-crime.

Fonseca (2016), por sua vez, desenvolveu a dissertação intitulada *Os operadores argumentativos como estratégia linguística e discursiva da argumentação na sentença judicial*. Nessa pesquisa, autor estudou a argumentação na sentença judicial, cujo objetivo é identificar, descrever e explicar o funcionamento dos operadores argumentativos na orientação argumentativa do texto e do discurso construído em textos de sentença judicial.

Foi também nesse ano que concluímos nossa dissertação, intitulada *O gênero sentença judicial: um estudo exploratório do plano de texto* (SILVA, 2016). A dissertação teve como proposta estudar o fenômeno da genericidade em sentenças judiciais, gênero textual/discursivo circunscrito ao domínio jurídico, a partir da sua estrutura composicional e do seu plano de texto. Tratou-se de uma pesquisa de natureza documental sob uma perspectiva indutivo-dedutiva, de caráter qualitativo e descritivo. Investigamos um *corpus* de quatro sentenças judiciais de natureza criminal e, nas análises, mostramos que a sentença judicial possui várias potencialidades genéricas que a atravessam, em seus níveis textuais e transtextuais, estabelecendo

um diálogo intergenérico (ADAM; HEIDMANN, 2011), sendo uma prática normatizada, cognitiva e socialmente instituída, podendo conter variações, mas tendo elementos cristalizados e com uma tradicionalidade funcional que não foi eliminada com o tempo.

Nesse mesmo ano, uma publicação foi muito significativa para o grupo de pesquisa: *Textos e discursos no Direito e na Política: análises e perspectivas interdisciplinares* (PINTO; RODRIGUES, 2016), reunindo artigos produzidos em decorrência da realização de um curso no PPgEL/UFRN, intitulado *Argumentação em textos jurídicos, políticos e midiáticos*, ministrado pela professora Rosalice Pinto. A publicação retoma a reflexão teórica e metodológica dos participantes do curso, em que foram abordados estudos da argumentação, revistos por teóricos dos estudos linguísticos e textual-discursivos. Foi dada, também, ênfase à importância do estudo da argumentação em uma perspectiva de gênero.

No ano seguinte, Cardoso (2017a) apresentou a dissertação intitulada *A história de um delito: a sequência narrativa em termos de depoimento*. O objetivo do estudo foi investigar como ocorrem as sequências narrativas no gênero termo de depoimento, peça processual que integra o inquérito policial e é destinada ao depoimento da(s) testemunha(s).

Na continuidade, a dissertação intitulada *As sequências narrativas em sentença judicial*, de Cardoso (2017b), teve como proposta estudar a estrutura composicional do gênero sentença judicial com foco na noção de plano de texto e de sequências textuais narrativas que se realizam no “relatório” – parte da sentença que contém uma espécie de sinopse do processo. Com o objetivo principal de analisar como essas sequências ocorrem, a dissertação procurou identificar quais elementos textuais e discursivos são utilizados em sua tessitura, descrever esses elementos textuais e os seus encadeamentos na organização das sequências narrativas, além de interpretar o papel dessas sequências textuais para a estruturação e a composição do gênero.

Em 2018, foi publicado o livro *Argumentação à luz da racionalidade e da emoção* (DAMELE; PINTO; RODRIGUES, 2018), como resultado da parceria estabelecida entre pesquisadores/docentes do PPgEL, do IFILNOVA e do CLUNL/CEDIS-UNL², com o intuito de favorecer inter-relações entre os estudos da linguística textual/discursiva (com ênfase na prática jurídica) e os da Teoria da

² Instituto de Filosofia da NOVA (IFILNOVA), Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (CEDIS), Universidade Nova de Lisboa.

Argumentação Jurídica, em um diálogo entre juristas, linguistas e teóricos da argumentação.

Em sua tese intitulada *De “Governante máxima” a “denunciada”*: as representações discursivas na denúncia do processo de impeachment de Dilma Rousseff, Lopes (2019) transita entre o discurso jurídico e o discurso político. A autora constatou que os objetos de discurso são construídos em favor ou desfavor de determinada representação discursiva, em função dos interesses ou dos pontos de vista do enunciador, ou seja, de acordo com a orientação argumentativa que ele propõe ao seu texto.

Gomes (2019) defendeu a tese *Representações textual-discursivas de si e dos outros em acordo de colaboração premiada*. O objetivo foi investigar como se (re)constróem as representações textual-discursivas de associações e organizações criminosas em um *corpus* do domínio jurídico, a saber, o Acordo de Colaboração Premiada do ex-senador Delcídio do Amaral Gomez para a Operação Lava-jato.

Mais recentemente, Fonseca (2020) defendeu a tese *Argumentação e aspectos retóricos das representações discursivas na denúncia contra Renan Calheiros, Aníbal Gomes e Paulo Twiaschor: o caso Serveng*. O autor investigou a composição e os efeitos de sentido dos recursos argumentativos e retóricos.

Assim, a partir da leitura desses trabalhos, apresentamos, a seguir, o Quadro 1, que sintetiza o estado da arte do discurso jurídico no âmbito da ATD/PPgEL/UFRN.

Quadro 1 – Discurso jurídico no âmbito da ATD/PPgEL/UFRN

| ANO | TIPO | AUTOR(A) | TÍTULO |
|------|-------------|--|--|
| 2008 | dissertação | LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva | <i>A argumentação na petição inicial</i> |
| 2013 | tese | LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva | <i>Análise textual dos discursos: responsabilidade enunciativa no texto jurídico</i> |
| 2014 | tese | GOMES, Alexandro Teixeira | <i>A responsabilidade enunciativa na sentença judicial condenatória</i> |
| | dissertação | LOPES, Alba Valéria Saboia Teixeira | <i>A representação discursiva da vítima e do réu no gênero sentença judicial</i> |
| 2016 | tese | MEDEIROS, Célia Maria de | <i>Responsabilidade enunciativa no gênero jurídico contestação</i> |
| | dissertação | SILVA, José Iranilson da | <i>O gênero sentença judicial: um estudo exploratório do plano de texto</i> |
| | dissertação | FONSECA, Francisco Geonilson Cunha | <i>Os operadores argumentativos como estratégia linguística e discursiva da argumentação na sentença judicial</i> |
| | tese | FERNANDES, Emiliania Souza Soares | <i>Dispositivos enunciativos na sentença judicial condenatória de crimes contra a dignidade sexual infante-juvenil</i> |
| | tese | LANZILLO, Anderson Souza da Silva | <i>Ponto de vista e responsabilidade enunciativa em sentenças de pedido de falência</i> |

| ANO | TIPO | AUTOR(A) | TÍTULO |
|------|-------------|-------------------------------------|--|
| | tese | OLIVEIRA, Maria do Socorro | <i>A responsabilidade enunciativa em textos de um inquérito policial relacionado a crimes de violência contra a mulher</i> |
| | tese | SANTOS, Maria de Fátima Silva dos | <i>Representações discursivas de vítima e agressor em textos de inquéritos policiais</i> |
| | dissertação | FERREIRA, Isabel Romena Calixta | <i>A (não) assunção da responsabilidade enunciativa em narrativas das sentenças condenatórias de crimes contra a mulher</i> |
| 2017 | dissertação | CARDOSO, Marília Silva Lemos | <i>A história de um delito: a sequência narrativa em termos de depoimento</i> |
| | dissertação | CARDOSO, Valter Régis de Souza | <i>As sequências narrativas em sentença judicial</i> |
| 2019 | tese | LOPES, Alba Valéria Saboia Teixeira | <i>De “Governante máxima” a “denunciada”: as representações discursivas na denúncia do processo de impeachment de Dilma Rousseff</i> |
| | tese | GOMES, Flávia Elizabeth de Oliveira | <i>Representações textual-discursivas de si e dos outros em Acordo de Colaboração Premiada</i> |
| 2020 | tese | FONSECA, Francisco Geonilson Cunha | <i>Argumentação e aspectos retóricos das representações discursivas na denúncia contra Renan Calheiros, Aníbal Gomes e Paulo Twiaschor: o caso Serveng</i> |

Fonte: autoria própria.

Tratamos, a seguir, do estado da arte do discurso político no âmbito da ATD/PPgEL/UFRN. Ao final da seção, do mesmo modo, apresentamos um quadro com a contribuição das pesquisas para nossa investigação.

2.2 TEXTO POLÍTICO NO ÂMBITO DA ATD

Retomando os mesmos procedimentos adotados na seção anterior, apresentamos aqui pesquisas realizadas no âmbito do grupo da ATD/PPgEL/UFRN, cujo objeto de análise, desta vez, é o discurso político. Tendo em vista seu componente persuasivo, o discurso político vem recebendo bastante atenção como objeto de estudo, desde os tratados clássicos de Retórica na Grécia e em Roma até os dias atuais. Sem dúvida, trata-se de uma formação discursiva (Adam, 2011) muito rica em elementos linguístico-textuais a serem analisados, em que os textos têm uma importância significativa para a sociedade, de um modo geral. Passemos, então, ao estado da arte de estudos versando sobre o discurso político.

Queiroz (2011), com a tese intitulada *Representações discursivas no discurso político. “Não me fiz sigla e legenda por acaso”: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães*, estabeleceu o marco inicial, no grupo de pesquisa, no que

tange aos estudos linguísticos em textos situados na formação discursiva das práticas políticas. A autora investigou como as representações discursivas do locutor e dos alocutários são construídas no discurso de renúncia ao mandato de senador, proferido por Antônio Carlos Magalhães, na 62ª sessão deliberativa ordinária, em 30 de maio de 2001. Na pesquisa, a autora trata da noção de representação discursiva apresentada pela ATD.

Oliveira (2014), por sua vez, defendeu a tese intitulada *Análise textual das representações discursivas no discurso político brasileiro: o discurso da primeira posse da presidenta Dilma Rousseff (1º/01/2011)*, na qual descreve a representação discursiva que a presidenta Dilma Rousseff faz de si mesma no seu discurso de posse, em primeiro de janeiro de 2011. A autora utiliza as operações semânticas de construção da representação discursiva, a referenciação e a predicação.

Ainda com ênfase no discurso político, Fonseca (2014) defendeu a dissertação intitulada *A relação responsabilidade enunciativa/emoção nos discursos políticos de posse de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff*. Esse trabalho identifica, descreve, analisa e interpreta a responsabilidade enunciativa (RE) e a sua articulação com as emoções, a partir da discussão sobre as modalidades linguísticas, buscando compreender e relacionar esses fenômenos materializados nos discursos políticos, em uma pesquisa qualitativa, de natureza interpretativista, adotando noções advindas da Análise do Discurso de linha francesa, da Linguística Textual e da Linguística da Enunciação.

Aquino (2015) defendeu a tese *Representações discursivas de Lula nas capas das revistas Época e Veja*. O autor analisou as representações discursivas de Lula nas capas dessas revistas, considerando os elementos verbo-visuais que constituem o gênero de discurso capa de revista.

Moreira Neto (2018), em *J'Accuse!: análise de representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy*, analisou as representações textual-discursivas de dois sujeitos do texto *J'Accuse...!*. e teve por objetivo geral analisar a construção das representações textual-discursivas, verificando o valor argumentativo das representações ao selecionar aspectos que direcionam a interpretação do texto. O autor justifica a análise pela relevância histórica desse texto. É uma pesquisa de natureza quali-quantitativa e interpretativista.

Lopes (2019) defendeu a tese intitulada *De “governante máxima” a “denunciada”*: as representações discursivas na denúncia do processo de

impeachment de Dilma Rousseff, que transita entre o discurso jurídico e o discurso político, sobre a qual já tratamos no subtópico anterior.

Da mesma forma, a partir da leitura desses trabalhos, apresentamos, a seguir, o Quadro 2, que sintetiza o estado da arte do discurso político no âmbito da ATD/PPgEL/UFRN.

Quadro 2 – Discurso político no âmbito da ATD/PPgEL/UFRN

| ANO | TIPO | AUTOR(A) | TÍTULO |
|------|-------------|--------------------------------------|--|
| 2013 | Dissertação | QUEIROZ, Maria Eliete de. | <i>Representações discursivas no discurso político. Não me fiz sigla e legenda por acaso: o discurso de renúncia do senador Antonio Carlos Magalhães (30/05/2001).</i> |
| | Tese | OLIVEIRA, Anahy Samara Zamblano de | <i>Análise textual das representações discursivas no discurso político brasileiro: o discurso da primeira posse da presidenta Dilma Rousseff (1º/01/2011).</i> |
| | Dissertação | FONSECA, Angélica Ferreira da. | <i>A relação responsabilidade enunciativa / emoção nos discursos políticos de posse de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. 2014.</i> |
| | Tese | AQUINO, Lucélio Dantas de. | <i>Representações discursivas de Lula nas capas das revistas Época e Veja.</i> |
| 2018 | Dissertação | MOREIRA NETO, Euclides. | <i>J'Accuse!: análise de representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy.</i> |
| 2019 | Tese | LOPES, Alba Valéria Saboia Teixeira. | <i>De “Governante máxima” a “denunciada”: as representações discursivas na denúncia do processo de impeachment de Dilma Rousseff.</i> |

Fonte: autoria própria.

Na ocasião, consideramos importante destacar alguns aspectos relacionados a trabalhos ainda não citados nesta seção, como é o caso da tese de Costa (2015), uma vez que esta não se configura como inscrita nas formações discursivas relativas às das práticas jurídica ou política. No entanto, apresenta a categoria do plano de texto como objeto de estudo, no que configura uma relação direta como esta tese.

O mesmo se dá em relação à pesquisa de Lopes (2019), que estabelece uma nova discussão no grupo de pesquisa, quanto à inscrição do texto do *corpus* em determinada formação discursiva. A sua tese, *De “Governante máxima” a “denunciada”*, a autora defende uma nova perspectiva discursiva, que considera textos situados no interdiscurso das práticas jurídica e política. Vale salientar que, quanto a esse aspecto, além da nossa tese, encontram-se em processo outros trabalhos que têm como foco o texto intergenérico, situado entre o jurídico e político.

Diante do exposto até então, com base nos trabalhos mencionados no estado da arte, verificamos que a noção de plano de texto tem sido utilizada de forma auxiliar e metodológica, para se alcançarem os objetivos propostos nas pesquisas. Isso nos permite, assim, inferir que o conhecimento sobre plano de texto é fundamentalmente importante nas discussões que envolvem a ATD, quer para o tratamento dos textos para análise, quer enquanto categoria de análise, propriamente dita. Verificamos, também, que a noção de orientação argumentativa permeia as discussões das pesquisas no âmbito da ATD/PPgEL/UFRN, principalmente a partir de categorias de análise, como é o caso dos operadores argumentativos, por exemplo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, apresentamos os fundamentos epistemológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa, situando-a no quadro geral da Linguística Textual, no eixo dos estudos linguísticos do texto e nos pressupostos da ATD (Adam, 2011), considerando, entre vários outros, os estudos de Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, 2012, 2014), da linha de pesquisa “Linguística Teórica e Descritiva” do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Esse recorte teórico enfoca avanços na concepção das relações entre texto e discurso, propondo uma abordagem em que ambos são pensados de forma articulada e, ao mesmo tempo, em categorias de análise de textos situados em diferentes domínios discursivos.

O discurso, segundo Adam (1999), é concebido como a inclusão de um texto em seu contexto, considerando as condições de produção e de recepção. Nessa perspectiva, a articulação entre texto e discurso é uma contribuição de extrema relevância dessa teoria para o campo da Linguística Textual.

Em relação à teoria do plano de texto, mais especificamente, nosso suporte baseia-se em Adam (2011), e quanto ao estudo da argumentação, apoiamo-nos em Aristóteles (1969), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Koch (2009, 2011), Pinto (2010) e Fiorin (2014, 2015), e Adam (2014). No que se refere à orientação argumentativa, baseamo-nos em Adam (2011) e Koch (2011).

No primeiro tópico, abordamos, de forma sucinta, a Linguística Textual e o quadro teórico-metodológico da ATD, enfatizando o nível de análise da estrutura composicional, notadamente o plano de texto, com suas duas possibilidades de ocorrência estrutural, quais sejam, o plano de texto fixo e o plano de texto ocasional, e as sequências textuais, com foco nas sequências argumentativas. No tópico seguinte, abordamos a argumentação, fazendo um percurso que vai da Retórica Aristotélica à Nova Retórica, e estendendo-se à teoria da argumentação na língua e da argumentação no texto. Por fim, discutimos as marcas linguísticas da argumentação a partir das categorias dos operadores argumentativos, da pressuposição, das modalidades do discurso e da autoridade polifônica, voltadas para os textos da análise.

3.1 LINGUÍSTICA TEXTUAL

Como anunciado anteriormente, nossa fundamentação teórica baseia-se no quadro geral da Linguística Textual (LT), que apresenta o texto como entidade superior e complexa, que só se realiza na sua totalidade, a partir da interação; e, mais especificamente, nos pressupostos da análise textual dos discursos (ATD). Nesse quadro teórico, entende-se que, nessa interação, os sentidos são (re)construídos em um processo dialógico entre texto e seus interlocutores. Mais recentemente, essa abordagem apresenta pesquisas no sentido de identificar limites e convergências entre o texto e discurso.

Há um consenso na área que a Linguística Textual (LT) tem origem na década de 1960, na Alemanha. Conforme Adam (2011), o termo remonta a Eugenio Coseriu³, embora tenha sido empregado e divulgado apenas na década de 1960 por Harald Weinrich⁴. A LT apresentou algumas fases em seu desenvolvimento. Nesse sentido, Bentes (2010) destaca três fases, que abordamos, sucintamente, a seguir.

A primeira fase foi a análise transfrástica, que consistia no estudo dos mecanismos interfrásticos, ou seja, como afirma Marcuschi (2008, p. 73), de “[...] certas propriedades linguísticas de uma frase que só eram explicáveis na sua relação com uma outra frase.”. No entanto, argumenta-se que, nessa fase, a teoria não dava conta de alguns fenômenos linguísticos que ultrapassavam as fronteiras da frase, como no caso dos fenômenos da correferenciação, da pronominalização, da concordância dos tempos verbais, entre outros, que somente poderiam ser mais bem explicados e compreendidos no interior do texto.

A segunda fase surge da necessidade de uma teoria que não considerasse o texto apenas como “[...] uma simples soma de frases (e palavras) que o compõem.” (KOCH, 2009, p. 11). Essa fase, das gramáticas textuais, tem o texto como objeto da linguística. Surgem as primeiras propostas para a construção e elaboração das gramáticas textuais, tomando-se o texto como unidade básica de investigação, por ser este considerado “a forma específica de manifestação da linguagem” (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 15).

Para Koch (2009), nessa segunda fase, as principais tarefas de uma gramática de texto seriam: verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja,

³ COSERIU, Eugenio. *Textlinguistik: Eine Einführung*. Tübingen: Francke, 1994 (1980).

⁴ WEINRICH, Harald. *Le Temps*. Paris: Éd. du Seuil, 1973 (1964).

determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade; levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais; e, diferenciar as várias espécies de textos. No entanto, apesar dos esforços em tornar o texto objeto de estudo da ciência da linguagem, ele ainda era tratado como um sistema uniforme, estável e abstrato, ou seja, “[...] postulava-se o texto como unidade teórica formalmente construída, em oposição ao discurso, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída.” (BENTES, 2008, p. 249).

O projeto de elaboração das gramáticas textuais teve, em sua maioria, grande influência dos pressupostos gerativistas. Semelhante à gramática de frases, a gramática textual, dispensando ao texto um tratamento formal e homogêneo, propunha “[...] estabelecer regras capazes de descrever todos e apenas todos os textos possíveis em uma determinada língua natural.” (BENTES, 2008, p. 251). Em decorrência dessa perspectiva teórica, surgiram obstáculos quanto à conceituação do texto como uma unidade estrutural, formal, gerada a partir da competência de um usuário idealizado e descontextualizado. Além disso, a separação entre as noções de texto e discurso constituiu outro problema para as gramáticas textuais, uma vez que o texto somente pode ser compreendido no seu contexto e em uma situação real de uso.

A terceira fase da LT volta-se para os fatores de produção, recepção e interpretação de textos. O texto adquire, então, particular importância no seu contexto pragmático, isto é, “[...] o âmbito da investigação se estende do texto ao contexto, este último entendido, de modo geral, como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos.” (BENTES, 2008, p. 252). Desse modo, o texto deixa de ser considerado um produto formal que deve ser apenas analisado, sintática e semanticamente, e passa a ser investigado como um fenômeno complexo, devendo-se levar em consideração seus instrumentos de realização, as intenções comunicativas dos falantes e o seu uso em determinado contexto social e interacional (KOCH, 2014).

Hodiernamente, a LT assume uma perspectiva interdisciplinar sob a influência de diversas teorias, como a pragmática, a análise do discurso, a teoria dos atos de fala e a teoria da argumentação (RAMOS, 2013). Marcuschi (1998 *apud* BENTES,

LEITE, 2010)⁵ compreende a LT como “uma disciplina de caráter multidisciplinar, dinâmica, funcional e processual, considerando a língua como não autônoma nem sob seu aspecto formal”. Em harmonia com Marcuschi, Koch (2011) caracteriza a Linguística Textual como uma “ciência integrativa”, ou seja, ela percebe a necessidade de intensificar diálogos com as demais ciências, tornando-se um domínio “[...] multi e transdisciplinar, em que busca compreender e explicar essa entidade multifacetada que é o texto.” (*op. cit.*, p. 157).

A LT no Brasil teve seu advento na década de 1980, com uma considerável influência alemã, mas já não mais com a perspectiva de ser uma gramática de texto. As pesquisas em Linguística Textual no Brasil se iniciam, de acordo com Bentes e Leite (2010), com os estudos sobre coesão e coerência desenvolvidos, principalmente, por Marcuschi (2008), Koch (2007) e Fávero e Koch (1983): “A preocupação com as formas de representação dos conhecimentos na memória, os processos inferenciais, o processamento cognitivo de textos escritos e orais *etc.* passam a fazer parte do programa da LT no Brasil.” (BENTES; LEITE, 2010, p. 41). Esse momento da LT no Brasil foi chamado de “virada cognitiva”.

Em seguida, no Brasil, tivemos um novo momento da LT, a etapa seguinte é caracterizada pela chamada “virada sociocognitiva” (KOCH, 2007 *apud* BENTES; LEITE, 2010, p. 41) e a tônica recai no entendimento de que “[...] a cognição é um fenômeno situado [...]”, ou seja, é preciso incorporar os “aspectos sociais, culturais e interacionais à compreensão do processamento cognitivo” (BENTES; LEITE, 2010, p. 42). Nessa etapa, a noção de contexto e a concepção interacional e dialógica da linguagem recebem especial atenção, bem como muitas

questões pertinentes para a ‘agenda de estudos da LT’, dentre as quais se destacam a referenciação, as diversas formas de progressão textual [...], a dêixis textual, o processamento cognitivo do texto, os gêneros [...], questões ligadas ao hipertexto, à intertextualidade. (BENTES; LEITE, 2010, p. 42-43).

Na continuidade, as autoras afirmam ainda que, atualmente,

o campo alargou-se ainda mais com os estudos de Marcuschi sobre os gêneros orais, [...] o que veio permitir um diálogo bastante frutífero com a literatura sociológica, antropológica, a psicologia social e outras

⁵ MARCUSCHI, Luís Antônio. Rumos atuais da Linguística Textual. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GEL), 66., São José do Rio Preto, São Paulo, Unesp, jun. 1998.

disciplinas na interação do homem em sociedade. (BENTES; LEITE, 2010, p. 43).

Por sua vez, nesse contexto, a publicação intitulada *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos* (ADAM, 2011) propõe uma relação entre a Linguística Textual e a Análise do Discurso, que permite pensar o texto e o discurso de forma articulada, fomentando teoricamente as pesquisas no campo dos estudos da linguagem, enquanto tornando a LT um terreno ainda mais fértil para o desenvolvimento de novas e mais pesquisas. Assim, no domínio da LT, a concepção de texto teve seus paradigmas baseados, principalmente, no desenvolvimento destas três linhas teóricas, quais sejam: a análise transfrástica, as gramáticas do texto e as teorias do texto.

Com as teorias do texto, passa-se a compreender, além da noção de texto, a noção de contexto pragmático, que implica as condições de produção, recepção e interpretação que envolvem o texto (FÁVERO; KOCH, 2012). Para as autoras, texto, em sentido *lato*, corresponde a qualquer tipo de manifestação da textualidade sob qualquer mediação.

Ainda sobre a noção de texto, segundo Marcuschi (2008, p. 61), tem sido desenvolvida “uma postura textual discursiva em uma perspectiva sociodiscursiva”. Para ele, a Linguística Textual ocupa-se das “operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso” (MARCUSCHI, 2008, p. 73). Assim, o texto opera em planos enunciativos complexos que transcendem o funcionamento das regras fixas, uma vez que perpassam as relações existentes entre os indivíduos, ou seja, “[...] o texto se dá como um ato de comunicação unificado em um complexo universo de ações alternativas e colaborativas.” (MARCUSCHI, 2008, p. 79).

Por sua vez, ao abordar essa temática em seus estudos, Bronckart (1999) observa as características comuns a qualquer produção textual, em contraste com sua complexidade, como prática sociointerativa. Nessa perspectiva, o autor considera textos as “[...] produções verbais efetivas, que assumem aspectos muito diversos, principalmente por serem articuladas a situações de comunicação muito diferentes.” (BRONCKART, 1999, p. 69).

No próximo tópico, abordaremos a ATD, quadro teórico-metodológico de fundamental importância para esta pesquisa, entre outros motivos, por fornecer as duas categorias de base, adotadas para a análise do *corpus*.

3.2 ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS – ATD

No que diz respeito aos gêneros, Adam (2011, p. 237) considera que consistem em “práticas discursivas institucionalizadas”, ou seja, constituem-se a partir de uma estabilidade pública e normativa. Nesse sentido, o autor propõe a análise dos gêneros mediante sua materialidade textual, o texto como objeto empírico, sendo investigado por uma teoria interdisciplinar em consonância com as demais ciências da linguagem. É por isso que ele postula a Linguística Textual “como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas” (ADAM, 2011, p. 43). Dessa forma, entendemos que a caracterização de pertencimento a determinado gênero é um dos principais aspectos responsáveis pela construção dos sentidos do texto.

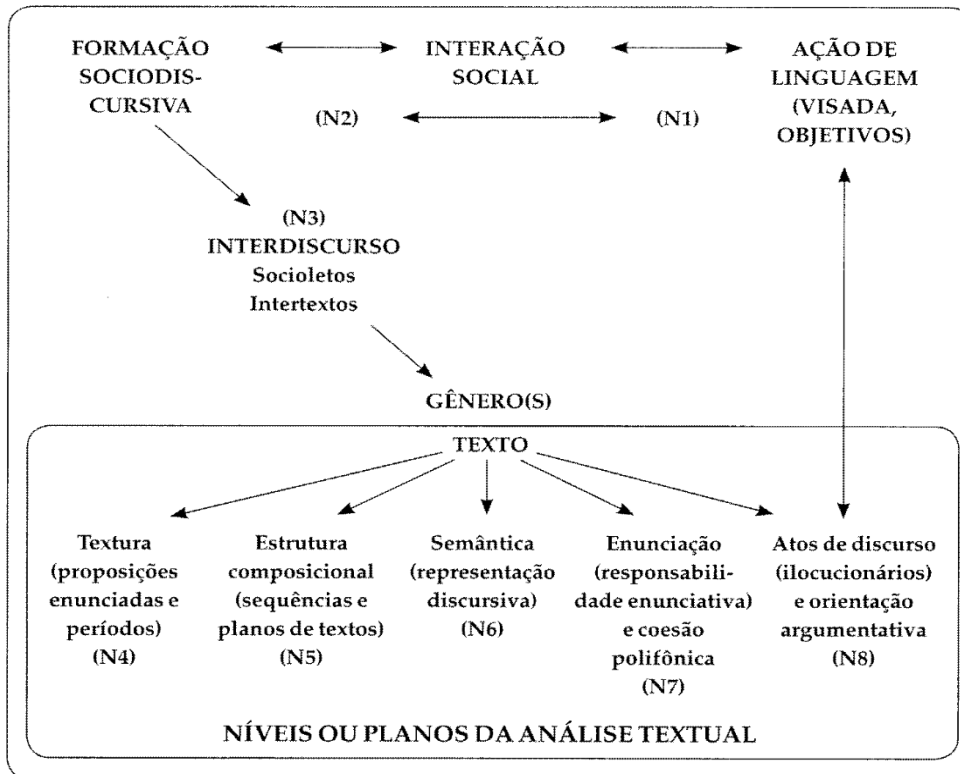
Na publicação *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*, Adam (2011) propõe os elementos para uma análise dos discursos, a partir de textos concretos, isto é,

[...] uma teoria da produção co(n)textual de sentido que deve, necessariamente, ser fundamentada na análise de textos concretos. Essa formulação sintetiza as duas características principais da obra: a elaboração de um quadro teórico e, ao mesmo tempo, sua constante fundamentação em análises empíricas. (ADAM, 2011, p. 13).

Ao identificarmos esse quadro teórico com a proposta da análise textual dos discursos, entendemos a base de uma abordagem teórica e descritiva do campo da Linguística Textual que objetiva pensar o texto e o discurso de forma articulada, por meio da sistematização de categorias em função de um modelo de análise representado no “Esquema 4” de Adam (2011, p. 61), reproduzido logo adiante (Figura 1). Trata-se de uma proposta que retoma elementos da Análise do Discurso (AD), emancipada da Análise do Discurso Francesa, e é gerada a partir da LT e da Linguística da Enunciação, com base em um ponto central, os gêneros do discurso, situados, analiticamente, no trânsito entre texto e discurso. O modelo da proposta da ATD, representado nesse esquema, apresenta oito níveis de análise, sendo três referentes à dimensão do discurso – os níveis da ação (N1), da interação social (N2)

e da formação sociodiscursiva (N3) – e cinco referentes à dimensão do texto – os níveis da textura (N4), da estrutura composicional (N5), da semântica (N6), da enunciação (N7) e dos atos do discurso (N8). O esquema seguinte (Figura 1) expõe, relacionando-os entre si, os níveis da análise de discurso e da análise textual.

Figura 1 – “Esquema 4” – Níveis da análise de discurso e da análise textual
NÍVEIS OU PLANOS DA ANÁLISE DE DISCURSO



Fonte: Adam (2011, p. 61).

Adam (2011) considera, ainda, que as unidades textuais organizam-se em níveis crescentes de complexidade e que sua configuração permite unir as proposições em macroproposições e em feixes de proposições que formam os períodos, as sequências e as partes que compõem um plano de texto.

A ATD fundamenta-se em dois aspectos: o primeiro é a relação entre a Linguística Textual e a Análise do Discurso, articulando texto e discurso, partindo do pressuposto de que não há como os dissociar; e o segundo são as operações de textualização, que servem de subsídios para se considerar que uma sequência de enunciados forma um todo significativo, tanto na produção como na leitura/audição.

A esse respeito, em particular, Adam (2011, p. 63) defende o papel da LT “no campo da análise do discurso”, qual seja, o de “[...] teorizar e descrever os

encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto”. Para isso, o autor propõe o estudo dos discursos mediado pela análise do texto a partir das dimensões: a) sequencial-composicional, que considera a textura (proposições enunciadas e períodos) e estrutura composicional (sequências e plano de texto); b) semântica, por meio da representação discursiva; c) sintática, com a responsabilidade enunciativa e a coesão polifônica; e d) argumentativa, com os atos de discurso (ilocucionários) e a orientação argumentativa. Essas dimensões estabelecem relação entre si e, ao mesmo tempo, com as dimensões discursivas da ação de linguagem, da interação social, da formação sociodiscursiva e do interdiscurso. Ressaltamos que a articulação entre as dimensões de análise dos discursos e dos textos se dá por meio dos gêneros.

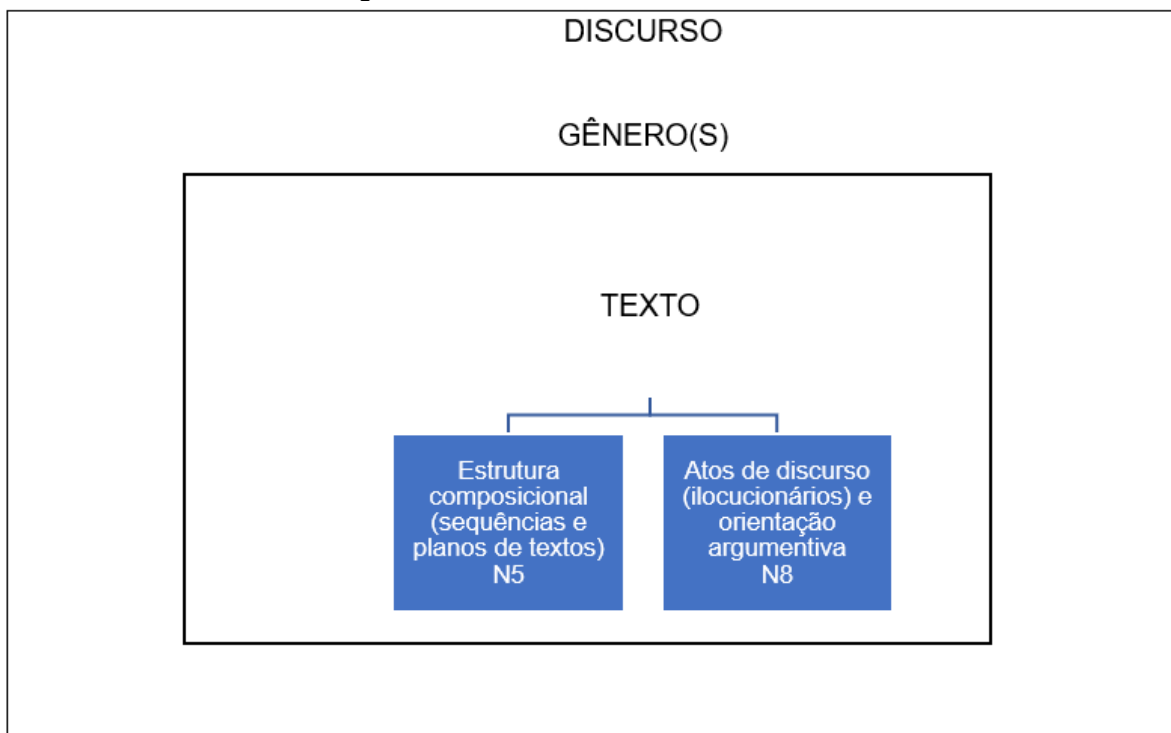
Nesse sentido, Rodrigues *et al.* (2010, p. 152) retomam esses níveis de análise da ATD e aprofundam sua compreensão, complementando suas delimitações, da seguinte maneira: nível sequencial-composicional, que corresponde ao modo como os enunciados se organizam em períodos, originando as sequências e estas, por sua vez, agrupam-se conforme um plano de texto, que incorpora a estruturação linear do texto; nível enunciativo, que se estrutura linearmente, mas pode se configurar ainda de forma não linear, e diz respeito às vozes do texto, à sua polifonia, vinculado, também, com a noção de responsabilidade enunciativa; nível semântico, que, conforme o nível anterior (enunciativo), pode ocorrer de forma linear ou não, correspondendo à noção de representação discursiva e à noção de conteúdo referencial, como no caso das anáforas, correferências, isotopias etc.; e o nível argumentativo, que se relaciona aos atos de discurso e à sua orientação argumentativa no texto.

Articulando a Linguística textual (LT) e a Análise do discurso (AD), os estudos em ATD começaram no Brasil com a tradução e publicação do texto *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*, de Adam (2011). O autor afirma que é sobre novas bases que se propõe, como trouxe anteriormente, a articular uma Linguística Textual desvincilhada da gramática de texto e uma análise de discurso emancipada da Análise de Discurso Francesa (ADF). O autor afirma, ainda, que a LT tem como papel teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto. Isso “[...] concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades como às operações,

em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados.” (ADAM, 2011, p. 63).

No que se refere a esta pesquisa, as análises estão concentradas nas categorias do plano da análise textual, situadas nos níveis N5 e N8, que constituem, respectivamente, a estrutura composicional, com foco no plano de texto e na sequência argumentativa, e a orientação argumentativa. Esse recorte teórico é apresentado na Figura 2, que consideramos como o esquema sintético de nossa abordagem analítica:

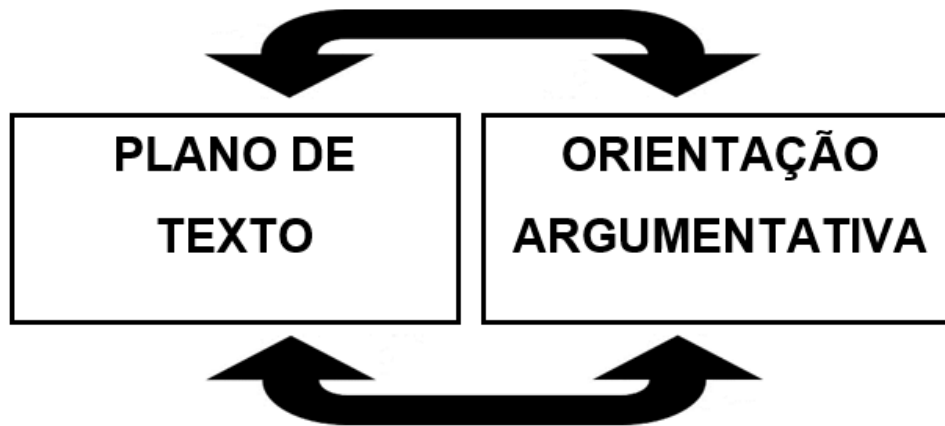
Figura 2 – Níveis de análise textual da tese



Fonte: autoria própria.

Como já mencionado, investigamos a relação entre o plano de texto e a orientação argumentativa, que pode ser representada em um movimento circularidade, como representada na Figura 3, a seguir, em que ambos os níveis estabelecem uma complementariedade que culmina com os efeitos de sentido do texto, sobretudo no que se refere à argumentação.

Figura 3 – Esquema da relação entre os dois níveis de análise da tese



Fonte: autoria própria.

3.2.1 Plano de texto

Neste tópico, fazemos uma reflexão teórica sobre o plano de texto, baseando-nos no quadro teórico-metodológico da ATD. Ilustraremos essa temática, ao final deste tópico, com um excerto exemplificativo do *corpus* analisado. Como subtópicos, apresentamos as distinções estabelecidas por Adam (2011), quando apresenta os planos de texto convencionais ou fixos e os planos de texto ocasionais. Para o linguista, os planos de texto podem ser mais ou menos marcados, mais ou menos visíveis e legíveis, pela segmentação, pelos anúncios de temas e subtemas, pelas mudanças de tópico e reformulações, pela articulação dos organizadores textuais.

Nessa perspectiva de análise, entendemos que uma das características do gênero é, certamente, a forma que o texto assume, marcada pelo seu plano de texto. De um modo geral, há uma tendência de certos gêneros serem identificados a partir do seu plano de texto e da sua composição, sendo esses aspectos reconhecíveis pelos usuários de uma língua, tanto por aqueles que utilizam tais gêneros, como também por impregnação cultural. Nas práticas languageiras, aprendemos que alguns textos, tanto os orais quanto os escritos, estruturam-se conforme determinados planos de texto. Esse reconhecimento estaria no nível das competências discursivas relacionadas com a genericidade. Isso significa que, de um modo geral, um dos traços da genericidade é a tendência de guardar certo padrão de plano de texto, por meio das tradições discursivas que, em certa medida, incorporam também a normatização de certos usos.

A estruturação do plano depende do conhecimento de mundo sobre aquilo que é tratado, dimensão do não dito, dos implícitos e dos subentendidos. Isso mostra, de certa forma, que quem constrói o plano de texto é o sujeito interessado em construir uma interação comunicativa, considerando-se, certamente, um componente de intencionalidade, de determinada visada argumentativa.

O plano de texto pode ser elaborado em função das intenções comunicativas, mas a estruturação interna acaba sendo semelhante a outros textos que já circulam no domínio discursivo. Os planos de texto permitem a junção de partes multiperíodicas ou multissequenciais mais complexas, na medida em que possuem uma homogeneidade semântica interna, diretamente relacionada com os sentidos do texto. Não sem razão, daí a relevância teórica, para nossa pesquisa, da ideia de que “Os planos de texto desempenham um papel fundamental na composição macrotextual do sentido.” (ADAM, 2011, p. 257). Com efeito, nossa percepção dessa relevância é reforçada, ainda, com a constatação de que “O reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências.” (*op. cit.*, p. 256.).

Nesse sentido, encontramos o plano de texto como principal fator unificador da estrutura composicional, sendo criado e elaborado durante e em função do evento comunicativo e dos coenunciados, devendo ser por eles reconhecido e “(re)construído”, cognitivamente, na leitura/audição, na fala e na escrita. Nesse aspecto, o autor afirma que

A (re)construção de partes ou segmentos que correspondem ou ultrapassam os níveis do período e da sequência é uma atividade cognitiva fundamental que permite a compreensão de um texto e, para isso, mobiliza todas as informações linguísticas de superfície disponíveis [...].(ADAM, 2011, p. 263).

Isso se explica, em certa medida, ainda segundo Adam (2011), pelo fato de que, assim como os gêneros, os planos de texto estão disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais. Eles permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura ou na fala/escrita) a organização global de um texto prescrita por um determinado gênero, com implicações diretas nas escolhas relativas à sua estrutura composicional.

Aliás, a esse respeito, Passeggi *et al.* (2010, p. 297) afirmam que “[...] os planos de texto são responsáveis pela estrutura composicional do texto, sobretudo

nos casos em que os encadeamentos de proposições ou períodos não chegam a formar claramente seqüências.”. Sobre esse aspecto, aliás, Queiroz (2013) afirma que

[...] os planos de texto são estudados em sua materialidade e estão relacionados à textura, à configuração, à segmentação de proposições e dos enunciados que formam os períodos, construindo assim o campo composicional, formado pelas seqüências de base que encadeiam a unidade semântica do texto. (QUEIROZ, 2013, p. 31).

Nessa perspectiva, o plano de texto seria, então, uma estruturação sequencial ordenada de enunciados hierarquizados, característica e específica de qualquer texto, desempenhando um papel relevante na sua estrutura composicional e na composição macrotextual do sentido. Lembramos, aliás, que, para a Adam (2011), um texto, independentemente do seu tamanho ou da sua estrutura, é uma sucessão de partes, seqüências ou períodos, muito mais do que um encadeamento de frases.

Na perspectiva da ATD aqui adotada, o plano de texto pode também ser sinalizado pela segmentação, pelos subtítulos, pela mudança de parágrafos, de capítulos, numeração dos assuntos, pelo sumário. O plano de texto seria, sobretudo, o que propicia reconhecer o texto como um todo significativo. Com isso, no reconhecimento do plano de texto, é a identificação das suas partes, ou dos seus subconjuntos, que torna possível a apreensão do sentido global, indicada, principalmente, pelo contexto em que se insere.

A noção de plano de texto (ADAM, 2011) tem suas origens relacionadas com noção de superestrutura (DIJK, 2015). Quanto a isso, Coutinho (2003) esclarece que

[...] as superestruturas nem sempre têm uma estrutura ‘normal’ ou ‘canônica’, tal qual é definida pelas regras. Na prática, algumas categorias podem ser omitidas (por exemplo, a moral de uma fábula) ou a ordem de aparição de algumas categorias pode ser modificada. (COUTINHO, 2003, p. 51).

Por outro lado, conforme tratado anteriormente, mesmo formado por diferentes seqüências, o texto possui um sentido global. Assim, a composição macrotextual dos sentidos é o que diferencia um texto de um mero aglomerado de frases, por isso, Adam (2011, p. 256) destaca o papel relevante do plano de texto nessa construção, afirmando ser “[...] o principal fator unificador da estrutura composicional.”. Isso porque há casos em que o encadeamento de proposições não indica uma seqüência evidente, sendo os planos de texto a possibilidade de

estabilização (PASSEGGI *et al.*, 2010).

Na continuidade de nossa percepção teórica do plano de texto, podemos associar a noção de plano de texto à de *dispositivo* da Retórica clássica, e, assim, compreendermos como sendo essencial para a identificação de certos gêneros, como os acadêmicos, científicos, jurídicos, entre outros. Para exemplificar plano de texto, trazemos um excerto do *corpus* desta pesquisa, especificamente do texto do documento “resposta à acusação”, no qual o locutor/enunciador explicita uma estrutura composicional, ou plano, da sua exposição, conforme foi aplicado na elaboração, ou no desenvolvimento, do texto do “processo de impeachment”. Vejamos:

Figura 4 – Excerto do *corpus* – plano de texto da resposta à acusação

| | |
|----|--|
| 41 | Para a melhor análise fática, jurídica e valorativa deste processo de |
| 42 | impeachment promovido em desfavor da Sra. Presidente da República, dividiremos a |
| 43 | exposição em cinco segmentos: |
| 44 | a) uma breve exposição objetiva dos fatos e atos que antecederam a decisão |
| 45 | que determinou a sua abertura; |
| 46 | b) a contextualização política dos fatos e atos que ensejaram a tomada de |
| 47 | decisão pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, |
| 48 | quanto a abertura deste processo de impeachment; |
| 49 | c) a análise lógica e jurídica da decisão que determinou a abertura do processo |
| 50 | de impeachment; |
| 51 | d) a tramitação deste processo de impeachment pela Câmara dos Deputados; |
| 52 | e) a atuação do Presidente Eduardo Cunha em relação ao processo de |
| 53 | impeachment, mesmo após o início do seu processamento no Senado |
| 54 | Federal. |

Fonte: autoria própria.

Com esse exemplo, verificamos, claramente, que a indicação do plano de texto constitui um elemento de orientação argumentativa a serviço da intenção comunicativa do produtor do texto, no caso, objetivamente planejado. Para esta tese, portanto, essa discussão mostra-se relevante para o atendimento de nossos objetivos, considerando a necessidade dessa clareza conceitual sobre o plano de texto, para a análise, como também a pertinência dessa noção para o esclarecimento do componente argumentativo dos textos analisados. Na ocasião, lembramos que, no que se refere às sequências textuais, o foco do estudo está nas sequências argumentativas. Particularmente, elas são aqui assumidas como elementos que se somam à composição do plano de texto, com função altamente significativa, na medida em que são expressivas das intenções de quem produz o texto, como modos

particulares de organização, visando, sobretudo, a orientação argumentativa à qual o texto se propõe. Nessa perspectiva, em sentido amplo, o plano de texto teria uma relação direta com uma estruturação composicional cujo intuito é fazer cumprir o propósito comunicativo do gênero que ele materializa.

Na continuidade de nossa discussão, retomamos a ideia de que todo texto necessita, tanto na produção como na leitura/audição, e decorrente compreensão, ser construído e reconstruído. Em virtude das mais variadas práticas discursivo-textuais, os usuários da língua dispõem de estruturas predefinidas, ou as constroem, livremente, em função das circunstâncias interacionais. Nesse sentido, os planos de texto podem ser fixos ou ocasionais, como nos informa Adam (2011). Isso será discutido logo a seguir.

3.2.1.1 Plano de texto fixo ou convencional

Os planos de texto convencionais, para Adam (2011), estão disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais. Eles permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura ou na escrita) a organização global de um texto, prescrita por um gênero “[...] são fixados pelo estado histórico de um gênero ou subgênero de discurso.” (ADAM, 2011, p. 258). Os planos de texto correspondem às constantes composicionais de gêneros discursivos, possuindo um plano previsto. São estruturas mais fixas, clássicas, canônicas e com uma estrutura prototípica respaldada pela tradição. São os planos que apresentam os gêneros discursivos com composição constante, fixados na sociedade. Referem-se a planos canônicos como dissertações, artigos acadêmicos, verbetes de dicionários etc.

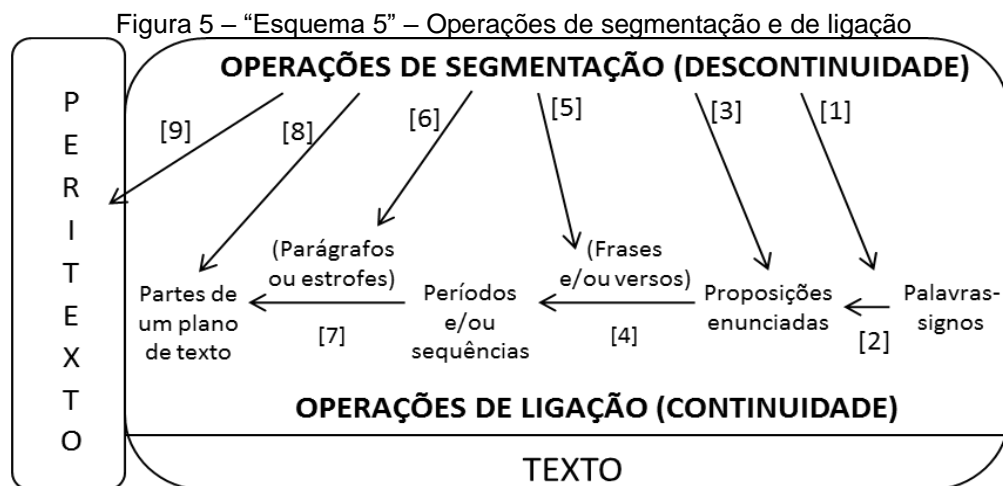
3.2.2.2 Plano de texto ocasional

Conforme postula Adam (2011), os planos de texto ocasionais são mais livres, inesperados, deslocados em relação a um gênero ou subgênero do discurso, dependentes, em maior grau, de decisões do produtor textual. Muitas vezes, são inventados e descobertos durante o evento comunicativo, sendo, assim, mais flexíveis e baseados na macrossegmentação (alíneas e separações marcadas) e em dados peritextuais (entretítulos, mudanças de partes ou de capítulos). Variam,

principalmente, por mobilizarem, na (re)construção, atividades cognitivas e uso de informações linguísticas de superfície.

3.2.2 Sequência textual

Para abordar a noção de sequência textual, recorreremos inicialmente Adam (2011), segundo o qual, para reconhecermos o texto como uma unidade de sentido, torna-se necessário entendermos a sua construção. Isso significa dizer que todo texto é constituído por partes, por sequências, as quais evidenciam um plano ou uma estrutura sequencial. O autor volta a sua atenção, então, para o campo da unidade de sentido e destaca dois tipos de agrupamento, quais sejam: períodos – unidades frouxamente tipificadas; e sequências – unidades mais complexas, tipificadas. Para uma melhor compreensão desse aspecto teórico, vejamos o “Esquema 5” (ADAM, 2011, p. 64), disposto na Figura 5, adiante. Esse esquema apresenta os dois tipos de operação de textualização: as operações de segmentação e as operações de ligação. São essas operações que definem as unidades textuais, dentre elas, as sequências, objeto de nosso interesse imediato.



Fonte: Adam (2011, p. 64).

Nessa perspectiva, períodos e sequências são unidades distintas. Os períodos são considerados unidades que compõem as partes de um plano de texto, e as sequências, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados, são entendidas como macroproposições. Aliás, Adam (2011, p. 204) descreve a macroproposição como “[...] uma espécie de período cuja propriedade

principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando posições precisas dentro do todo ordenado da sequência.”. E é no conjunto das sequências, então, que os sentidos se formam, e Adam (2011) representa-as como

[...] uma **rede relacional hierárquica**: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem; e, uma **entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna** que lhe é própria, e, portanto, numa relação de dependência-interdependência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto). (ADAM, 2011, p. 205, grifos do autor).

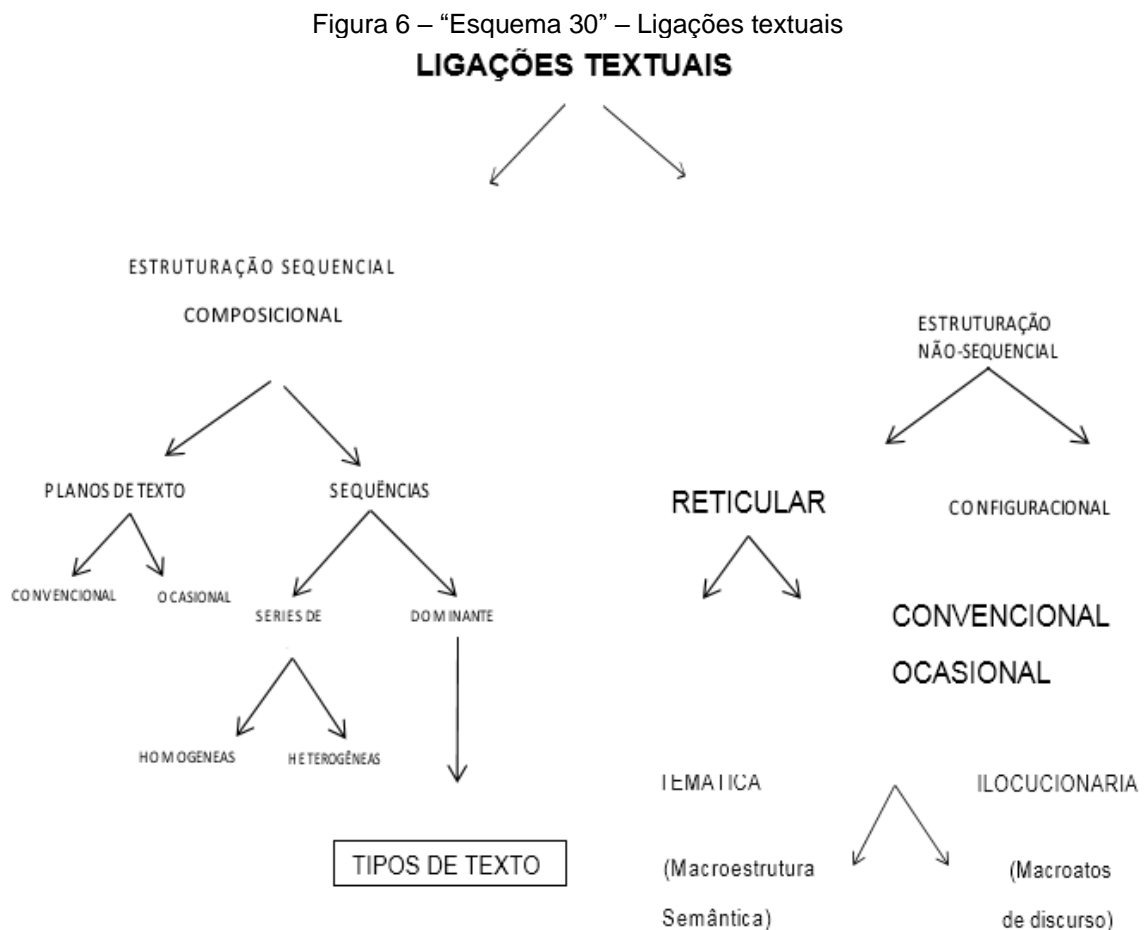
Ainda segundo o autor, dois tipos de operação tornam o texto um complexo configurado: “[...] o estabelecimento de uma unidade semântica (temática) global, e (pelo menos) um ato de discurso dominante.” (ADAM, 2011, p. 256). Nesse processo, tanto a unidade temática como a unidade ilocucionária confluem para a coerência semântico-pragmática global de um texto ou de uma sequência.

Por outro lado, podemos assumir a ideia de que são as intenções do produtor do texto que determinam a ocorrência dessa ou daquela sequência textual e a sua predominância, ou não, no plano de texto. Por isso, acreditamos que o plano de texto e as sequências se organizam em função de uma orientação argumentativa, aspectos relacionados com os objetivos que o produtor deseja alcançar com a sua produção, o que nos leva, em decorrência, à questão e sua estreita relação com as noções de plano de texto e de sequências textuais. Quanto a isso, retomamos o pensamento de Bonini (2005), para quem

[...] as sequências são atualizadas no texto mediante as exigências pragmáticas do enunciado (correspondentes em parte ao gênero), o que faz com que uma sequência prototípica se mostre, na superfície textual, geralmente de modo parcial em relação aos seus traços típicos. Neste sentido, também, tais exigências podem levar o texto a explicitar, em sua superfície, mais de uma sequência, ao que uma delas será dominante, devendo as demais a ela se adequar. (BONINI, 2005, p. 218).

Desse modo, acreditamos que os mecanismos de organização da textualidade, conforme se configura no plano de texto, em associação com as sequências textuais, podem constituir ferramentas das quais tanto o produtor quanto o leitor podem valer-se, como meio argumentativo, no momento de planejar e executar a tarefa de redigir ou de ler/compreender um texto. Daí nosso propósito de discutir como o plano de texto constitui em um importante recurso para a produção textual.

No interior da discussão sobre o plano de texto, vimos que as sequências textuais são importantes sinalizadores do modo de organização textual e, por conseguinte, da produção de sentidos. No “Esquema 30” de Adam (2011, p. 255), apresentado adiante na Figura 6, há um outro módulo informacional relativo ao que vimos discutindo, que diz respeito, particularmente, à estruturação sequencial composicional, pensada em termos de plano de texto e sequências. A ideia mais ampla de estruturação, nesse esquema, é exposta em dois módulos, em associação ligações textuais, que, teoricamente, retomam as operações de segmentação e de ligação, anteriormente apresentadas no “Esquema 5”.



Fonte: Adam (2011, p. 255).

Em linhas gerais, retomamos a posição de Adam (2011), para quem os planos de textos são muito importantes para a construção dos sentidos. Eles fazem parte, inclusive, do sistema de conhecimentos dos grupos sociais, assim como os gêneros que circulam nos diversos ambientes sociais, cumprindo suas funções. Em certa medida, podemos afirmar que plano de texto reflete a maneira como as informações

estão organizadas ao longo do texto, indicando, também, a organização das sequências textuais, sempre de acordo com as intenções, ou a visada argumentativa, de que o produz.

Neste momento, aliás, devemos lembrar que, dentre os elementos que nos permitem identificar um gênero, encontra-se a sua estrutura composicional. A identificação dessas estruturas faz parte dos conhecimentos prévios que nos auxiliam a compreender um texto, como também a elaborar, a redigir/enunciar. O plano de texto permite, dessa forma, justificar a ordem em que as partes se apresentam, explicitando, também, as relações entre elas e o sentido global, que o fazem ter existência como um todo. Dessas partes, são igualmente importantes as sequências textuais que, em função de predominâncias tipológicas, exercem relevante papel na determinação do gênero.

Ainda retomando esse aspecto da composição textual, recorreremos a Adam (2011, p. 282), em sua referência à estruturação configuracional do texto, ao afirmar, a partir de Ricoeur (1980, p. 22)⁶, que todo texto pode ser definido como uma “estrutura dialética [que combina] figura e sequência em um ato configuracional”, assim, a distribuição espacial do texto, suas marcas presentes nos títulos, blocos textuais etc., é construída de maneira que direciona a uma compreensão específica do leitor sobre as intenções do produtor revelando, assim, uma orientação argumentativa. Assim, é nesse sentido que, para Adam (*op. cit.*, p. 283, grifo do autor), “[...] compreender um texto é ser capaz de *passar da sequência* (ler-compreender os enunciados como vindo um após os outros) *à figura* (configuração inteligível de relações)”. Decorre daí que o plano de texto torna-se fundamental para o leitor compreender a essência do texto, ou seja, a intenção do autor. Conforme Adam (*op. cit.*), ainda, é a partir de uma sucessão de enunciados sequenciais formando essa estrutura que o leitor vai conseguir realizar uma possível interpretação do sentido do texto.

Neste momento, é importante ressaltar que a estruturação sequencial relaciona-se, diretamente, com um plano de texto, considerando-se ainda que, para Adam (2011), os planos de textos desempenham um papel fundamental na composição macrotextual de sentido. Por outro lado, constitutivas dos gêneros textuais e de seus propósitos, enquanto macroestruturas, as sequências textuais

⁶ RICOEUR, Paul. *La narrativité*. Paris: CNRS, 1980.

articulam, aspectos linguísticos, cognitivos, sociais e interacionais envolvidos no uso da língua e na produção de sentidos (CABRAL, 2017).

Quanto à classificação das sequências textuais, entendidas como modos de organização interna, Adam (2011) propõe cinco possibilidades de ocorrência, estruturadas em macroproposições, quais sejam: as sequências descritivas, narrativas, explicativas, argumentativas e dialogais (apresentadas em detalhes, logo a seguir). Salientamos que, em função de sua relevância para a análise, a sequência argumentativa será abordada em seção própria, mais adiante.

As sequências textuais, além de sinalizarem o modo de organização do texto, orientam, argumentativamente, em dado sentido, enquanto incorporam, de algum modo, aspectos circunstanciais relacionados com a intencionalidade de quem produziu o texto. Essa noção retoma, assim, um posicionamento teórico segundo a qual a argumentatividade não apenas se inscreve nos usos da língua, mas também nos modos como esse uso se configura nas práticas languageiras, podendo ser materializadas em composições textual-discursivas as mais diversas.

Inicialmente, tratamos da sequência descritiva que, para Adam (2011), apresenta-se como a menos estruturada, não possuindo uma ordem predefinida na união das proposições-enunciados em macroproposições. Por essa, é mais comumente identificada em períodos do que, propriamente, em sequências textuais. Ao definir essa sequência, o linguista (*op. cit.*, p. 218) informa que “[...] quatro macrooperações agrupam nove operações descritivas que geram uma dezena de tipos de operações descritivas de base.”.

As macro-operações da sequência descritiva são as seguintes (ADAM, 2011, p. 218-225): a) tematização: é a macro-operação principal, apresentando fortes características ao período, e aplica-se de três maneiras: pré-tematização, pós-tematização, retomatização; aspectualização; é apoiada na tematização e opera sobre a seleção de partes e/ou nas propriedades do objeto descrito ou de parte dele, o que envolve dois tipos de operação – a fragmentação (ou partição) e a qualificação (ou atribuição de propriedades); b) relação: é uma macro-operação que ocorre por meio de duas outras operações – a relação de contiguidade temporal (relação do objeto de discurso em um tempo) ou espacial (relação do objeto de discurso com outros); e relação de analogia, que pode ser comparativa ou metafórica e descreve o todo ou as partes de um objeto de discurso, colocando-os em relação com outros; c) expansão

por subtematização: possibilita a extensão da descrição, pelo acréscimo de uma operação a uma outra anterior.

A sequência textual descritiva está presente na grande diversidade de textos que lemos/ouvimos, diariamente, desde um romance, um poema, notícias de jornal, anúncios publicitários. As sequências descritivas cumprem funções variadas, tais como caracterizar, definir, conceituar, avaliar e contextualizar, mas também orientar o texto, argumentativamente, considerando, quanto a isso, em particular, o seu papel na construção da representação discursiva. Considerando-se essa perspectiva teórica, seria difícil imaginarmos um texto que não contenha elementos de descrição e, em decorrência, que esses elementos não estejam, de algum modo, vinculados a um componente argumentativo. Nesse sentido, comparando-se os estudos sobre o descritivo de Marquesi (2004) e Adam (2011), é possível dizer que, ao designar, tematizar ou nomear um ser/objeto, o produtor já indica a orientação argumentativa do texto, que se manifestará pelas escolhas lexicais e sintáticas para qualificar, localizar, situar esse objeto, em função de um querer dizer.

A sequência textual narrativa (ADAM, 2011, p. 325-322), por sua vez, corresponde à textualização de acontecimentos e envolve os seguintes elementos básicos estruturadores de sua macroproposição, pensados como constituintes de um processo, percebido no eixo da temporalidade: situação inicial, nó (conflito), reação (avaliação), desenlace (resolução), situação final. Nesse processo, os acontecimentos ocorrem com alguém, em determinado tempo, e normalmente têm uma causa. Esses elementos constituem condições para a narrativa. Com efeito, os fatos da narrativa ocorrem em relação a uma referência temporal, do que decorre que o tempo constitui o eixo de progressão textual de toda sequência narrativa. Além disso, a narrativa envolve intenções, objetivos, ação, causa, consequências, intrigas, resolução de problemas. Na macroproposição de narrativa, todos esses aspectos estão inseridos em um eixo temporal no qual os fatos relacionam-se entre si. Vale destacar que o nó, ou o conflito, isto é, um acontecimento que desencadeia um “problema” para determinado personagem ou para a história como um todo, constitui o elemento-chave da sequência narrativa, uma vez que é em função dele que se desenrola a ação no eixo temporal.

A sequência explicativa (ADAM, 2011, p. 238-248) apresenta-se, geralmente, em segmentos curtos. Ocorre “[...] na forma da frase periódica no presente, que combina um SE (introdutor de uma proposição que coloca um problema) com É QUE

ou É PORQUE, introdutores de uma explicação [...]” (*op. cit.*, p. 238, grifo do autor). A explicação tem por função procurar fazer com que o interlocutor compreenda algo que, já havendo sido tematizado, precisa ser retomado, mediante reformulação do raciocínio, com vistas a uma expansão dos aspectos de sua compreensão. Refere-se, assim, a um fenômeno incontestável que, em certas circunstâncias, precisa ser explicado, como acontece, por exemplo, com os conceitos teóricos.

Para Bronckart (1999a), a explicação parte da constatação de um fenômeno de difícil compreensão, a partir do qual ocorre uma problematização, com uma questão da ordem do porquê ou do como. Esse questionamento leva a uma explicação que, por sua vez, apresenta informações capazes de responder às questões colocadas. Ao fim da explicação, geralmente apresenta-se uma conclusão-avaliação, que permite reformular e, eventualmente, complementar a constatação inicial. Há diferentes possibilidades de combinações para a construção das sequências explicativas. Para esse linguista, todas elas apresentam um período hipotético seguido de uma explicação. Essa explicação pode não ser indicada imediatamente, mas ser desencadeada por conectores do tipo “é/por isso”. Do ponto de vista da composição, as sequências explicativas realizam-se por meio de enunciados analíticos, com verbos predominantemente no presente do indicativo e períodos compostos, contendo orações adjetivas.

Embora a explicação esteja associada a fenômenos incontestáveis, que acreditamos ser necessário tornar mais evidentes para nossos interlocutores, devemos considerar o fato de que, se desejamos explicar mais um fenômeno, é porque ele constitui um elemento importante no contexto de nossas intenções e, por isso, precisa ser esclarecido. Assim, entendemos que a explicação de um conceito ou de um fenômeno pode, muitas vezes, servir de argumento para apoiar um ponto de vista e, nesse sentido, contribuir para a orientação argumentativa do texto. Nessa perspectiva, a explicação estaria relacionada a interesses dos sujeitos envolvidos em uma interação, motivo pelo qual a sequência explicativa funciona como uma importante estratégia argumentativa, considerando-se que se presta para apoiar um determinado ponto de vista e, desse modo, orientar o sentido do texto na direção pretendida pelo seu produtor/enunciador, de acordo com certos propósitos enunciativos.

Em Adam (2011), as sequências textuais dialogais são pensadas, no texto escrito, por como macroproposições que se configuram com base na conversação

autêntica. A esse respeito, o linguista adverte que “A normalização escritural dos enunciados conduz a uma forma de texto dialogal que ninguém confundiria com a oralidade autêntica.” (*op. cit.* p. 248). Elas são identificadas em conformidade com dois módulos distintos da conversação, como sequências dialogais fáticas e sequências dialogais transacionais. As primeiras constituem a abertura e o encerramento da conversação; e a segunda, o corpo do texto conversacional, ou “núcleo transacional de base”.

Aliás, neste momento, lembramos que um dado bastante significativo para nossa análise, e que se destaca no *corpus*. A epígrafe que inaugura o texto da defesa (T2) realiza-se por meio da reprodução de um diálogo, como podemos verificar na seção de análise.

Nesta altura, em que consideramos quatro tipos de sequências textuais, cabe aqui uma informação relativa à sua estruturação, considerando-se a ocorrência, bastante frequente, de várias delas, em maior ou menor número, ao longo do texto. No caso, Adam (2011) nos informa dois tipos de estruturação: uma primeira refere-se à maneira como são combinadas as sequências, que pode ser homogênea (constituída por sequências do mesmo tipo) e heterogênea (constituída por sequências diferentes); uma segunda estruturação refere-se à predominância do tipo de sequência, isto é, há um modo de composição em que certa sequência ocorre com mais frequência. Com isso, entende-se que há textos predominantemente descritivos, predominantemente narrativos, predominantemente argumentativos, e assim por diante.

A sequência argumentativa, por sua vez, apresenta-se, nesta tese, como uma atividade verbal voltada ao convencimento do outro. Adam (2011) evidencia dois movimentos para essa sequência: demonstrar-justificar e refutar. É nessa sequência que entram em jogo os conectores argumentativos, como possível estratégia de contra-argumentação. Descrevemos essa sequência com mais detalhes no subtópico a seguir, que a põe em destaque, como uma das categorias de base para nossa análise.

3.2.2.1 Sequência textual argumentativa

Um texto argumentativo apoia-se em dados (argumentos) que visam ancorar pontos de vista para confirmar ou refutar uma tese. Seguindo os pressupostos de

Adam (2011), assumimos que, composicionalmente, a sequência argumentativa estabelece a relação entre tese, argumentos (dados) e conclusão. A sequência argumentativa se define por ser uma situação textual na qual um segmento de um texto constitui um argumento a favor de outro segmento do mesmo texto. Esse segmento pode ser uma oração, um período ou uma sequência de enunciados estabelecendo uma relação do tipo “dados (premissas) fato → Asserção conclusiva”. Um esquema de base das sequências argumentativas compõe-se, assim, de três elementos: dados ou fatos; sustentação ou princípios de base (apoio); e conclusão (*op. cit.*, p. 233).

Nos estudos sobre sequências textuais argumentativas, Adam (2011, p. 231-232) busca substituir a nomenclatura “período argumentativo”, percebido como uma “série de proposições ligadas por conectores argumentativos”, por sequência argumentativa, tomando como base os pensamentos de Ducrot⁷, que, ao analisar os modelos de composição de textos literários, reflete sobre os procedimentos argumentativos utilizados para demonstrar ou refutar uma tese ou argumentos de uma tese adversa. Assim, na concepção da sequência argumentativa proposta por Adam (2011), ocorre uma organização composta de premissas (dados, fatos) que são direcionadas a uma conclusão-asserção. É no decorrer dessa organização que podem-se perceber certos procedimentos argumentativos, formadores de argumentos-prova, apoiando a assertiva final.

Segundo Adam (2011, p. 233), na sequência argumentativa, basicamente ocorrem dois movimentos em forma de raciocínios, ou “procedimentos argumentativos”, que fazem passar das premissas à conclusão. O primeiro movimento tem por objetivo demonstrar-justificar uma tese, ao passo que o segundo objetiva “[...] refutar uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa.” (ADAM, 2011, p. 233). E o linguista completa seu pensamento, afirmando que

Entre os dois, a passagem está garantida pelos “procedimentos argumentativos” que assumam a forma de encadeamentos de argumentos-prova, correspondendo ora aos suportes de uma lei de passagem, ora a microcadeias de argumentos ou movimentos argumentativos encaixados. (ADAM, 2011, p. 233, grifo do autor).

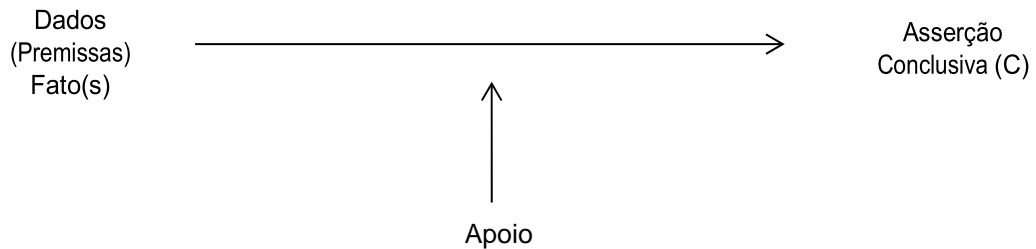
Retomando uma formulação de argumentatividade proposta por Toulmin⁸,

⁷ DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris: Éd. de Minuit, 1980.

⁸ TOULMIN, Stephen Edelston. *Les usages de l'argumentation*. Paris: PUF, 1993.

Adam (2011) expõe um esquema simplificado de base para uma sequência argumentativa, conforme apresentado na Figura 7, a seguir.

Figura 7 – “Esquema 21” – Esquema simplificado de base da sequência argumentativa



Fonte: Adam (2011, p. 233).

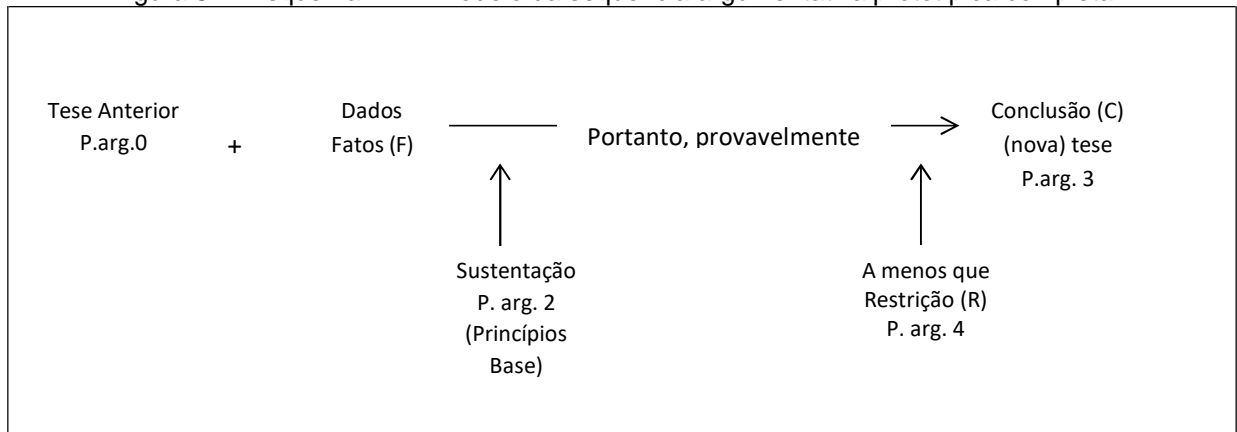
Em seu raciocínio sobre a sequência argumentativa, Adam (2011) apoia-se, também, em Moeschler⁹, para ampliar esse esquema, levando em consideração que todo processo argumentativo inclui a polêmica. Dessa forma, é levado em conta o fato de que, ao defender uma ideia, está-se propenso a submetê-la a outras, sendo necessário, então, contra-argumentar.

Nessa linha teórica, as sequências argumentativas podem realizar dois movimentos: demonstrar e/ou justificar uma tese, e refutar outras teses ou argumentos adversos. Em ambos os casos, parte-se de uma tese, com dados ou fatos, os quais, apoiados em princípios que lhe dão sustentação, conduzem a determinada conclusão. Esse movimento reflete um princípio dialógico segundo o qual o discurso argumentativo prevê sempre um contradiscurso, efetivo ou virtual, frente ao qual ele se coloca, considerando que sempre que se defende um ponto de vista, isso é feito contra outros que a ele se opõem.

Assim, na continuidade, verificando a necessidade de incrementar o esquema anterior para permitir uma sequência argumentativa mais completa, Adam (2011) apresenta o “Esquema 22”, reproduzido na Figura 8, adiante.

⁹ MOESCHLER, Jacques. *Argumentation et conversation*. Paris: Hatier-Crédif, 1985.

Figura 8 – “Esquema 22” – Modelo da sequência argumentativa prototípica completa



Fonte: Adam (2011, p. 234).

O autor justifica essa expansão esquemática: “Propus dar à sequência argumentativa prototípica completa uma forma que deixe lugar para a contra-argumentação.” (ADAM, 2011, p. 234). E ainda esclarece que os procedimentos argumentativos estão vinculados à construção da orientação argumentativa pelo enunciador, informando que

[...] esse esquema não está estruturado numa ordem linear obrigatória: a (nova) tese (P.arg 3) pode ser formulada de início e retomada, ou não, por uma conclusão que repete no final da sequência, sendo que a tese anterior (P.arg 0) e a sustentação podem estar subentendidos. (ADAM, 2011, p. 234).

Esse entendimento é de fundamental importância para a presente pesquisa, uma vez que estudamos a argumentação em uma perspectiva de polarização, ou seja, considerando orientações argumentativas que estão postas em sentidos contrários, em oposição, como acusação e como defesa, predominando nesta última, a contra-argumentação.

Para ilustrar a discussão teórica, apresentamos, a seguir, excertos de sequências argumentativas identificadas nos textos analisados:

Figura 9 – Sequência argumentativa na denúncia

96 Mas o quadro é ainda pior. A Operação Lava Jato jogou luz sobre a promíscua
 97 relação havida entre o ex- Presidente Lula e a maior empreiteira envolvida no
 98 escândalo, cujo presidente já está preso, há um bom tempo. Não há mais como negar
 99 que o ex- Presidente se transformou em verdadeiro operador da empreiteira,
 100 intermediando seus negócios junto a órgãos públicos, em troca de pagamentos
 101 milionários por supostas palestras, dentre outras vantagens econômicas.

Fonte: autoria própria.

Figura 10 – Sequência argumentativa na resposta à acusação

103 A estratégia desse novo pedido era clara. Atendendo a sinalização do Sr.
 104 Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, as oposições sabiam que o pedido
 105 originalmente apresentado não tinha condições jurídicas de prosperar, por foça do
 106 disposto no art. 86, §4o, da Constituição Federal. De fato, como adiante melhor se
 107 especificará, este dispositivo constitucional, segundo posição doutrinária majoritária,
 108 impede que fatos anteriores ao início do mandato presidencial possam ensejar a
 109 responsabilidade política do Presidente da República. O próprio Sr. Presidente da
 110 Câmara já havia desacolhido pedidos anteriores, invocando este fundamento.

Fonte: autoria própria.

3.3.2 Orientação argumentativa

Além do plano de texto, a orientação argumentativa, representada no “Esquema 4” e situada no “nível 8” proposto por Adam (2011), constitui um dos nossos principais objetos de estudo (ver Figura 1). A esse respeito, Adam (*op. cit.*, p 113) afirma que “[...] o valor ilocucionário da orientação argumentativa é inseparável do vínculo entre o sentido de um enunciado e uma atividade enunciativa significativa [...] o valor descritivo de um enunciado (A) só assume sentido na relação com o valor argumentativo desse enunciado.”. Ainda segundo Adam (*id.*), em toda proposição enunciado subjaz uma dimensão enunciativa que se encarrega da representação construída verbalmente de um conteúdo referencial e lhe dá certa potencialidade argumentativa que, por sua vez, confere-lhe uma força ou um valor ilocucionário mais ou menos identificável.

Por outro lado, ao abordarem os níveis, ou planos, da análise de discurso, Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, p. 152) destacam, além dos níveis sequencial-composicional, enunciativo e semântico, um nível argumentativo, embasado nos atos de discurso realizados e na sua contribuição para a orientação

argumentativa do texto. Por sua vez, Pinto (2010, p. 187) afirma que os estudos de Ducrot e Ascombre (1988)¹⁰ estabelecem uma “[...] evidencia a noção de orientação argumentativa como parte integrante da língua, estando relacionada com o encadeamento lógico dos enunciados.”.

3.3 ARGUMENTAÇÃO

Neste tópico relativo à fundamentação teórica, apresentamos, sucintamente, o enfoque teórico para a argumentação, em seus aspectos históricos e teóricos, trazendo, na sequência, um subtópico em que abordamos a Retórica (Clássica), a Retórica Moderna, ou Nova Retórica, a argumentação na língua e a orientação argumentativa, seguido de um subtópico em que são apresentadas as categorias das marcas linguísticas de nosso interesse imediato, quais sejam, os operadores argumentativos, a pressuposição, as modalidades do discurso e a autoridade polifônica.

A argumentação é um fenômeno linguístico e, portanto, intrinsecamente social. A efervescência, no que diz respeito aos estudos teóricos em torno da noção de argumentação, assim como a grande variedade de disciplinas correlatas não permitem uma definição global desse fenômeno, pois se corre o risco de cair no reducionismo, sendo vários os vieses de abordagem dessa temática.

No que se refere à sua inserção nesta pesquisa, o estudo da argumentação é relevante tendo em vista que o *corpus* situa-se, ao mesmo tempo, em nos domínios de duas formações discursivas em que a argumentação constitui elemento intrínseco aos textos que ali se produzem e circulam, como é o caso das práticas de linguagem nos âmbitos jurídico e político. De fato, lidamos com textos de documentos oriundos dessas duas formações discursivas, considerando, também, de forma mais restrita, a natureza antagônica dos posicionamentos argumentativos neles assumidos, em seus propósitos de acusação, de um lado, e de defesa, de outro.

¹⁰ ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *l'Argumentation dans la langue*. 2. ed. Liège/Bruxelles: Mardaga, 1988.

3.3.1 Retórica

Com vista a resgatar a concepção da antiga Retórica, podemos inicialmente partir da ideia generalizada de que a argumentação constitui seu núcleo central. Não por acaso, os estudos sobre discurso, no Ocidente, iniciaram-se com a disciplina de Retórica. A palavra Retórica tem sua origem no grego *rhésis*, que quer dizer “ação de falar”, “discurso”, enquanto que *rhetórike* é a arte oratória, de convencer pelo discurso. Entende-se que a Retórica seja um elemento indispensável para as práticas da democracia, uma vez que, nesta, pressupõe-se haver espaço para a contradição, o que constitui uma de suas bases.

Essa concepção nasce com Aristóteles (1969), a quem é conferida a sistematização dos estudos retóricos, atribuindo a credibilidade a quem fala, ao orador. A esse respeito, como nos informa Pinto (2010, p. 37), esse filósofo distingue três tipos de provas no raciocínio argumentativo: “aquelas que se concentram no carácter do orador construído discursivamente (*ethos*); as que se baseiam no próprio discurso (*logos*) e as que se ancoram nas emoções (paixões) provocadas no auditório pelo discurso (*pathos*)”. Aristóteles (1969) é, pois, quem eleva a Retórica à condição de ciência, com categorias e regras delimitadas. Nesse contexto, Amossy (2018, p. 17, grifo nosso), por sua vez, apresenta como se define a Retórica na tradição aristotélica:

- 1 Um discurso que não existe fora do processo de comunicação, em que um locutor leva em consideração aquele a quem se dirige: falar (ou escrever) é comunicar;
- 2 Um discurso que pretende agir sobre os espíritos, e, assim, sobre o real; portanto, uma atividade verbal no sentido pleno do termo: o dizer é um fazer;
- 3 Uma atividade verbal que toma como referência a razão e que se dirige a um auditório capaz de raciocinar: *logos*, em grego, como se sabe, designa, ao mesmo tempo, a palavra e a razão;
- 4 Um discurso construído, usando técnicas e estratégias para chegar à sua finalidade de persuasão: falar é mobilizar recursos verbais num *conjunto organizado e orientado*.

A partir da definição da autora, entre outros aspectos a considerar, podemos reter a ideia de que esse “conjunto organizado e orientado” estaria, em certa medida, relacionado ao que se entende, com base em Adam (2011), por estrutura composicional, em que se considera o plano de texto e a composição sequencial marcada por uma orientação argumentativa.

Ademais, conforme Amossy (2018, p. 19), a fundamentação da Retórica clássica pautava-se em cinco grandes partes, quais sejam: a *inventio*, ou a busca dos materiais a ser utilizados no discurso; a *dispositio*, ou a organização dos materiais no discurso; a *elocutio*, ou a questão do estilo; a *memoria*, ou a memorização do discurso; e, a *actio*, ou o exercício da palavra pública, que incide sobre a voz e o gesto. Neste ponto, é importante frisar que a *dispositio* da Retórica clássica pode ser associada à noção de estruturação composicional e, em decorrência, à de plano de texto, conforme o que foi discutida a respeito anteriormente.

De acordo com o que nos ensina Aristóteles (1969), a Retórica tem a capacidade de descobrir o que é próprio para persuadir e pode ser entendida como a faculdade que analisa, caso a caso, na busca do que é possível para gerar persuasão. Com a efetivação de outras formas de cientificismo, o que provocou certo descrédito e declínio da Retórica, observou-se uma retomada dos fundamentos da argumentação, em meados do século XX, reconhecidamente com os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Toulmin (1958), Ducrot (1981, 1987) e Plantin (2008), de que trataremos a seguir.

É a partir de Aristóteles (1969), que a Retórica assume a definição da arte de persuadir pela utilização do raciocínio lógico, ou seja, pela escolha de meios pertinentes para persuadir, e não mais como a arte da oratória, do bem falar, como era definida pelos sofistas. Para ele, a Retórica apoia-se no verossímil, e sua clássica obra, *Arte Retórica*, dá início à sistematização da estrutura do pensamento racional, o que possibilitou, ao longo dos séculos, o ensino e a difusão de práticas oratórias baseadas na construção de provas argumentativas, com vistas à persuasão.

3.3.2 Nova Retórica

Trataremos, neste subtópico, do que é conhecido como a Nova Retórica. Ela corrente dos estudos da argumentação define-se a partir de 1996, com o lançamento da obra *Tratado da Argumentação: a nova Retórica*, por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Essa obra promove um retorno à Dialética de Aristóteles (1969), e não, à própria Retórica.

Entre outros aspectos, a Nova Retórica retomou a ideia de auditório, presente na Retórica aristotélica, como elemento fundamental para o desenvolvimento da argumentação. Assim, adota-se o princípio de que “[...] é a relação entre orador e

auditório que constitui o sentido da argumentação.” (RIBEIRO, 2009, p. 27). O que explica, assim, “[...] a concepção de auditório vista sob a ótica da heterogeneidade, que supõe a existência de vários indivíduos, pensando de forma diferente e possivelmente chegando também a conclusões diferentes.” (*id. ibid.*).

Em sua obra, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) distinguem três tipos de auditório: o particular, o universal e o individual. O auditório particular é concebido como aquele composto por um tipo de interlocutor ou interlocutores, a quem o orador direciona o seu discurso. O auditório universal corresponde a um auditório constituído por todos os homens. Já o individual, é aquele composto pelo próprio sujeito que delibera, sendo capaz de “experimentar o valor de seus próprios argumentos” (*op. cit.*, p. 46).

Assim, retomando o pensamento de Aristóteles (1969), a Nova Retórica aponta três pontos básicos na atividade argumentativa:

(1) Orador | falante (emissor), peça central, cuja função é propor um ponto de vista ao tu (destinatário). Para tanto deve adaptar-se ao ouvinte para lhe captar a atenção e conseguir fazê-lo aceitar a proposta oferecida. (2) Auditório (receptor), peça fundamental, em função do qual se promove toda e qualquer forma de argumentação. O auditório é quem decide da aceitação ou rejeição da proposta do orador. (3) Acordo que só prospera se o auditório aceitar e aderir, isto é, a comunicação surte efeito e a argumentação se tornou eficaz. Rejeitada a proposta, a argumentação mostrou-se ineficaz. (TRUBILHANO; HENRIQUES, 2015, p. 87).

Apoiando-se nos fundamentos da antiga Retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) conservam, em seus estudos, além da concepção de auditório, a ideia de orador e discurso, que, como nos lembra Ribeiro (2009, p. 26), constituem os “[...] elementos responsáveis pelo movimento argumentativo.”. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*, p. 5), “O objeto desta teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses propostas ao seu assentimento.”.

3.3.3 Argumentação na língua

Uma das abordagens da teoria da argumentação em que buscamos suporte para esta pesquisa, é a teoria da argumentação na língua, desenvolvida por Oswald

Ducrot (1988)¹¹ e Jean-Claude Ascombre¹². No resgate da história dessa vertente teórica, verifica-se, conforme Pinto (2010), um marco importante, com a publicação de Ducrot (1988), intitulada *Polifonia y argumentación*, em que ele apresenta as primeiras etapas do que passou a ser conhecido como a argumentação na língua, também chamada de teoria dos *topoi* argumentativos. Nessa obra, o linguista considera que o valor argumentativo das palavras é o responsável pela direção argumentativa do discurso.

Nesse percurso, ainda conforme Pinto (2010), são comumente citados Carel e Ducrot¹³, que desenvolvem a teoria dos blocos semânticos, entendidos como encadeamentos por meio de elementos linguísticos, no caso, conectores, em que dois segmentos de discurso estabelecem uma relação argumentativa. Nesse sentido, Ducrot e Ascombre (1976)¹⁴, por sua vez, inauguram a semântica argumentativa, também chamada de semântica da enunciação, na qual os elementos linguísticos têm efeitos de sentido na orientação discursiva e, portanto, argumentativa. Baseando-se na subjetividade da língua, consideram que o locutor se constitui também como interlocutor na produção do discurso. No Brasil, Vogt (1977, 1978, 1980) retoma e difunde o pensamento desses linguistas, defendendo a relação de um componente pragmático na descrição linguística e, desse modo, promovendo um repensar na abordagem lógico-formal, quanto ao conteúdo semântico de certos operadores argumentativos.

Assim, na perspectiva da argumentação na língua, Ascombre e Ducrot (1997, p. 163, *apud* Pinto, 2010)¹⁵ entendem que, “[...] quando falamos de argumentação, referimo-nos sempre a discursos que comportam pelo menos dois enunciados, E1 e E2, dos quais um é dado para autorizar, justificar ou impor o outro; o primeiro é o argumento, o segundo a conclusão.”. Nesse sentido, Koch (1992) afirma que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, orientando para determinadas conclusões. A autora considera que o uso da linguagem procura “[...] dotar nossos

¹¹ DUCROT, Oswald. *Polifonia y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

¹² ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. 2. ed. Liège/Bruxelles: Mardaga, 1988.

¹³ CAREL, Marion.; DUCROT, Oswald. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. In: *Langue Française*. Paris: n. 123, 1999a, p. 6-26 ; CAREL, Marion.; DUCROT, Oswald. Les propriétés linguistiques du paradoxe: paradoxe et négation. In: *Langue Française*. Paris: n. 123, 1999b, p. 27-40.

¹⁴ ANSCOMBRE, Jean-Claude.; DUCROT, Oswald. L'argumentation dans la langue. In: *Langages*. Paris: Didier-Larousse, n.42, p. 5-27, 1976.

¹⁵ ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'Argumentation dans la langue*. 2. ed. Liège/Bruxelles: Mardaga, 1988.

enunciados de determinada força argumentativa.” (*op. cit.*, p. 29). Ainda, segundo a linguista, “[...] o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia.” (KOCH, 2002, p. 17).

3.4 MARCAS LINGUÍSTICAS DA ARGUMENTAÇÃO

Nesta subseção, destacamos as categorias que subsidiam a nossa análise, entendendo-as como inscrições linguísticas relacionadas à orientação argumentativa dos textos. A argumentatividade, segundo Anscombre, Ducrot,¹⁶ e Vogt¹⁷ (*apud* KOCH, 2011, p. 101), “[...] não constitui apenas algo acrescentado ao uso linguístico, mas, pelo contrário, está inscrita na própria língua.”. Nessa perspectiva, Koch (2011, p. 101) afirma, ainda, que “[...] faz-se preciso admitir que existem enunciados cujo traço constitutivo é o de serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros.”.

Nos subtópicos seguintes, tratamos das categorias adotadas para a análise dos dados, na perspectiva dos componentes linguísticos e discursivo-textuais da argumentação utilizados em nossa análise, quais sejam: os operadores argumentativos, os pressupostos, as modalidades do discurso e a autoridade polifônica.

3.4.1 Operadores argumentativos

Enunciados e sequências textuais podem ter seu encadeamento estabelecido por meio de recursos linguísticos, de articuladores ou operadores textuais que podem exercer funções enunciativas ou discursivo-argumentativas¹⁸. Os operadores

¹⁶ ANSCOMBRE, Jean-Claude.; DUCROT, Oswald. L’argumentation dans la langue. In: *Langages*. Paris: Didier-Larousse, n. 42, p. 5-27, 1976 ; ANSCOMBRE, Jean-Claude.; DUCROT, Oswald. *Échelles argumentatives, échelles implicatives et lois logiques*, 1978a. (Mimeo.); ANSCOMBRE, Jean-Claude.; DUCROT, Oswald. *Lois logiques et lois argumentatives*, 1978b. (Mimeo.).

¹⁷ VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo: Ática, 1977. (Col. Ensaios); VOGT, Carlos. Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções “porque”, “pois”, e “já que”. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, Unicamp, n. 1, p. 35-50, 1978.

¹⁸ As conceituações desse tópico são informadas por Adam (2011), Charaudeau (2016), Charaudeau e Mainguenau (2012) e Koch (2011, 2014, 2018).

argumentativos são, portanto, geradores de efeitos de sentido, tanto com relação ao enunciado quanto no que compete ao discurso; estão relacionados com a coesão, a introdução de dados, as informações, os argumentos, que incidem sobre o ponto de vista de coenunciadores.

Em se tratando de marcas linguísticas da argumentação, estas constituem uma das ferramentas que determinam fortemente a orientação argumentativa. A partir de morfemas, estabelecem uma relação Retórica que introduz os enunciados e funcionam como mecanismos de coesão, como afirmamos anteriormente, situando-os nas direções argumentativas pretendidas.

Os operadores têm a função de conectores e “permitem a reutilização de um conteúdo proposicional seja como argumento, seja como uma conclusão, seja, ainda, como um argumento encarregado de sustentar ou de reforçar uma inferência, ou como um contra-argumento” (ADAM, 2011, p. 189). Eles fazem parte das operações de ligação que asseguram a continuidade textual, isto é, operações que agrupam as proposições-enunciado, por isso, sua importante função nas sequências. Adam (2011, p. 190-191) destaca quatro grandes categorias de conectores que apresentamos no Quadro 3, utilizando excertos do *corpus* deste estudo.

Quadro 3 – Conectores argumentativos

| ORIENTAÇÃO | FUNÇÃO | EXEMPLOS DE CONECTORES | EXCERTOS DO CORPUS |
|----------------|-------------------------|--|--|
| ARGUMENTATIVOS | MARCADORES DO ARGUMENTO | porque, já (uma vez) que, pois, com efeito, como, mesmo, aliás, por sinal etc. | Com efeito , mesmo com todas as notícias veiculadas, a denunciada insistiu na estapafúrdia tese de que as denúncias seriam uma espécie de golpe, ... (T1 – L90-91). |
| | MARCADORES DA CONCLUSÃO | portanto, então, em consequência etc. | As instituições estão funcionando bem e, por conseguinte , possibilitam sejam desvendados todos os crimes perpetrados no coração do Poder. (T1 – L7-9). |

| ORIENTAÇÃO | FUNÇÃO | EXEMPLOS DE CONECTORES | EXCERTOS DO CORPUS |
|-----------------------|---------------------------------|---|--|
| CONTRA-ARGUMENTATIVOS | MARCADORES DE ARGUMENTO FORTE | mas, porém, contudo, entretanto, no entanto etc. | Os protestos da base governista foram imediatos, mas a intransigência do Presidente se apresentava como intransponível, em claro alinhamento com os partidos oposicionistas (T2 – L74 - 76). |
| | MARCADORES DE ARGUMENTOS FRACOS | certamente, embora, apesar de que, ainda que etc. | os mesmos cidadãos reiteraram seu pedido original, vindo ainda a aditá-lo, (T2 L60 – 61). |

Fonte: proposta com base em Adam (2011).

Nas sequências argumentativas, em especial, os conectores cumprem um importante papel, pois, além de articularem as unidades linguísticas, organizando o plano textual, eles também indicam a orientação argumentativa do texto, revelando a intenção do produtor subjacente ao plano do texto. Acreditamos que o uso dos conectores constitui uma operação de textualização das mais importantes, por atuar na articulação de ideias ao longo do texto, orientando sentidos e marcando, argumentativamente, os propósitos comunicativos.

Aliás, neste momento é importante salientar, nessa operação, o papel da progressão textual, que se realiza por meio de relações semânticas estabelecidas entre as partes de um texto, marcadas pelo emprego de elementos que operam e articulam a coesão, e, por conseguinte, a orientação argumentativa. A esse respeito, Koch (2018) afirma o seguinte:

Essas marcas que promovem o encadeamento dos segmentos textuais e, por conseguinte, orientam argumentativamente o texto, são denominadas de articuladores textuais, operadores de discurso ou marcadores discursivos, e que atuam no nível da organização global do texto, explicitando as articulações das sequências ou partes maiores do texto; no nível intermediário, assinalando os encadeamentos entre parágrafos ou períodos; e, no nível microestrutural, indicando os encadeamentos entre orações e termos das orações. (KOCH; ELIAS, 2018, p. 121-123).

A partir daí, considerando as funções que os articuladores podem exercer,

simultaneamente, nos níveis discursivo, textual e linguístico, pensamos em na formulação de duas, mais específicas e adaptadas aos nossos interesses imediatos. Essas funções estão, no caso, diretamente relacionadas com os objetivos de análise deste estudo, voltados para a relação entre o plano de texto e a orientação argumentativa: a) o funcionamento como organizadores textuais, o que permite o delineamento do plano textual argumentativo e; b) a sinalização textual-discursiva da orientação argumentativa. Assim, nesse recorte teórico, os operadores argumentativos são os articuladores textuais que consistem em marcas linguísticas que encadeiam os segmentos textuais, integrando a estruturação do plano de texto e, ao mesmo tempo, orientando-o, argumentativamente. Com categorias de análise, esses operadores constituem um recorte estabelecido em função da própria análise do *corpus*, em um movimento indutivo e dedutivo, como é próprio no trabalho qualitativo de exploração de textos, baseado na empiria (de onde são geradas categorias próprias).

Assim, adotamos como categorias empíricas de análise, três grupos de articuladores textuais: os articuladores discursivos-argumentativos, os articuladores de organização textual e os articuladores metadiscursivos. É sobre esses articuladores que trataremos nos subtópicos seguintes.

3.4.1.1 Articuladores discursivos-argumentativos

Os articuladores discursivos-argumentativos determinam relações entre dois ou mais enunciados distintos, encadeando-se o segundo sobre o primeiro, que é tomado como tema (KOCH, 2018). Também são chamados de operadores ou encadeadores do discurso, pois podem ocorrer, encadeando unidades proposições-enunciados ou entre sequências textuais, também no interior destas, estabelecendo relações pragmáticas, retóricas ou argumentativas. Utilizamos, na análise, os articuladores discursivos-argumentativos com as funções apresentadas adiante.

3.4.1.1.1 *Conjunção*

A conjunção estabelece uma relação discursivo-argumentativa de soma e é marcada por meio de operadores que encadeiam enunciados cujos argumentos apontam para uma mesma conclusão, conforme mostrado no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Articuladores discursivos argumentativos com função de conjunção

| |
|---|
| e, também, não só... mas também, tanto... como, além de, além disso, ainda, nem (= e não) |
|---|

Fonte: Koch (2018, p. 132).

3.4.1.1.2 *Contrajunção*

O articulador discursivo-argumentativo de contrajunção estabelece relação de oposição, de contraste de argumentos. Nessa relação, contrapõem-se enunciados de orientações argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido por **mas** (o operador argumentativo por excelência) (KOCH, 2018). Destacamos outros articuladores que expressam essa relação de contrajunção, ou adversidade, no Quadro 5.

Quadro 5 – Articuladores discursivos argumentativos com função de contrajunção

| |
|--|
| porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto, embora, ainda que, apesar de (que) |
|--|

Fonte: Koch (2018, p. 134).

3.4.1.1.3 *Explicação ou justificativa*

Articuladores de explicação ou de justificativa iniciam um argumento para uma tese/opinião ou uma atitude expressa no enunciado anterior, indicada por meio dos operadores apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 – Articuladores discursivos argumentativos com função de explicação ou justificativa

| |
|-------------------|
| pois, porque, que |
|-------------------|

Fonte: autoria própria, com base em Koch (2018).

3.4.1.1.4 *Comprovação*

O articulador de comprovação marca o acréscimo de uma possível confirmação da asserção anteriormente apresentada, como prova de que sua asserção é verdadeira.

Quadro 7 – Articuladores discursivos argumentativos com função de comprovação

| |
|-----------|
| tanto que |
|-----------|

Fonte: autoria própria, com base em Koch (2018).

3.4.1.1.5 Conclusão

O articulador de conclusão marca a introdução de um enunciado conclusivo em relação a asserções anteriores. A partir de uma premissa maior, geralmente implícita, e de uma premissa menor, explícita, extrai-se uma conclusão. Quando primeiramente é apresentado o argumento, o enunciado seguinte, que contém a tese/opinião ou expressa a atitude, é introduzido por um operador argumentativo de conclusão (KOCH, 2018).

Temos, no Quadro 8, exemplos de articuladores que introduzem um operador argumentativo de conclusão.

Quadro 8 – Articuladores discursivos argumentativos com função de conclusão

| |
|---|
| portanto, logo, por isso, por conseguinte, consequentemente, então |
|---|

Fonte: Koch (2018, p. 137).

3.4.1.1.6 Comparação

Articuladores de comparação são importantes na orientação argumentativa por indicarem igualdade, superioridade ou inferioridade, na relação estabelecida entre um termo comparante e um comparado, possuindo, assim, uma conotação argumentativa muito evidente e forte. O articulador discursivo-argumentativo que tem a função da comparação é utilizado para contribuir com a conclusão favorável ou contrária à tese em função da qual se está argumentando. Como exemplo, podemos destacar o Quadro 9.

Quadro 9 – Articuladores discursivos argumentativos com função de comparação

| |
|---|
| igual a, mais... do que, menos... do que. |
|---|

Fonte: autoria própria, com base em Koch (2018).

3.4.1.1.7 *Generalização/extensão*

Os articuladores de generalização/extensão marcam a relação de dois ou mais enunciados, generalizando fato(s) relatado(s), como também podem amplificar a(s) ideia(s) expressa(s) no enunciado anterior. Temos, como exemplos:

Quadro 10 – Articuladores discursivos argumentativos com função de generalização/extensão
aliás, ou seja, ou melhor, quer dizer

Fonte: autoria própria, com base em Koch (2018, p. 138).

3.4.1.1.8 *Especificação/exemplificação*

Na relação entre dois enunciados, o segundo especifica, particulariza e/ou exemplifica uma asserção mais geral, anteriormente citada. Assim atua o articulador discursivo-argumentativo, como exemplificado no Quadro 11.

Quadro 11 – Articuladores discursivos argumentativos com função de especificação/exemplificação
por exemplo, exemplificando

Fonte: autoria própria, com base em Koch (2018, p. 139).

3.4.1.1.9 *Correção/redefinição*

Os articuladores de correção/redefinição têm a função de corrigir, suspender ou redefinir conteúdo(s) anteriormente referidos. São utilizados, também, para atenuar ou reforçar o comprometimento com a legitimidade de uma asserção anterior, podendo também questioná-la para uma maior evidência. Destacamos esses articuladores no Quadro 12.

Quadro 12 – Articuladores discursivos argumentativos com função de correção/definição
ou seja, isto é, ou melhor

Fonte: autoria própria, com base em Koch (2018, p. 139, 140).

3.4.1.2 Articuladores de organização textual

Os articuladores de organização textual estabelecem marcas da complementariedade e da segmentação que definem a organização espacial e

temática dos textos. Quanto a isso, Maingueneau (1996¹⁹ *apud* KOCH, 2018, p. 140) apresenta um conjunto de marcadores com a função de articulação da organização textual, conforme apresentado no Quadro 13.

Quadro 13 – Articuladores de organização textual

primeiro (primeiramente), depois, em seguida, enfim,
por um lado/por outro (lado), às vezes/outras vezes,
em primeiro lugar/em segundo lugar, por último etc.

Fonte: Koch (2018, p. 140).

3.4.1.3 Articuladores metadiscursivos

Articuladores com essa função metadiscursiva são relevantes sobretudo quando tratamos de orientação argumentativa. Eles servem para introduzir comentários, e isso pode acontecer ora sobre o modo como o enunciado foi formulado (como aquilo que se diz é dito), ora sobre a própria enunciação (o ato de dizer) (KOCH, 2018).

3.4.1.3.1 Modalizadores

Os modalizadores são articuladores utilizados para avaliar o que foi dito como verdadeiro, obrigatório ou duvidoso, assinalando o grau de certeza com relação ao(s) fato(s) enunciado(s). Temos, então, advérbios, expressões adverbiais e expressões avaliativas, como apresentados no Quadro 14.

Quadro 14 – Articuladores modalizadores

realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, obviamente,
reconhecidamente, logicamente, seguramente, verdadeiramente, certamente,
absolutamente, forçosamente, fatalmente, incontestavelmente, inegavelmente,
indiscutivelmente, indubitavelmente, obrigatoriamente, necessariamente,
(in)felizmente, lamentavelmente, curiosamente, surpreendentemente,
espantosamente, estranhamente, sinceramente, francamente, ingratamente, para
falar a verdade, com franqueza, para ser totalmente honesto

¹⁹ MAINGUENEAU, Dominique. *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Seuil, 1996.

Fonte: Koch (2018, p. 143).

3.4.1.3.2 *Delimitadores de domínio*

Os articuladores que delimitam domínio marcam, eficientemente, uma argumentação, uma vez que atribuem a legitimação de asserções a partir da enunciação de áreas do conhecimento, para corroborar o que está sendo dito. De acordo com Koch (2018, p. 146), “[...] explicitam o âmbito dentro do qual o conteúdo do enunciado deve ser verificado (= estou falando do ponto de vista x) para definir o ponto de vista ou domínio de conhecimento do qual depende a validade do que enunciamos.”.

Quadro 15 – Articuladores delimitadores de domínio
em termos jurídicos, do ponto de vista político etc.

Fonte: autoria própria, com base em Koch (2018).

3.4.1.3.3 *Formuladores textuais*

Os articuladores voltados para a formulação textual assumem as funções de indicar o estatuto de um segmento textual em relação aos anteriores, introduzir, interromper ou reintroduzir o tópico. Assim, temos o Quadro 16.

Quadro 16 – Articuladores voltados para a formulação textual
em síntese, em suma, resumindo, em acréscimo a, em oposição a, para terminar,
quanto a, em relação a, no que diz respeito a, a respeito de, no que tange a, no
que concerne a, com referência a, relativamente a etc.

Fonte: autoria própria, com base em Koch (2018).

3.4.1.3.4 *Evidenciadores da propriedade autorreflexiva da linguagem*

Como podemos perceber na sua nomenclatura, há articuladores que indicam uma reflexão da própria linguagem utilizada, com o objetivo de reforçar dados apresentados em um enunciado anterior, como mostrado no Quadro 17.

Quadro 17 – Articuladores evidenciadores da propriedade autorreflexiva da linguagem
digamos assim, podemos dizer assim, por assim dizer,

vamos dizer assim, em outras palavras etc.

Fonte: Koch (2018, p. 150).

Passaremos, na próxima subseção, a apresentar outros operadores argumentativos que fazem parte do aparato de categorias de análise desta tese.

3.4.2 Pressuposição

Segundo Baldini (2011), o filósofo alemão Friedrich Frege²⁰ apresenta uma das primeiras discussões com o interesse de sistematizar a questão do pressuposto. Ele estabelece, como referência de uma proposição, o seu valor de verdade, ou seja, ao substituirmos uma parte de uma proposição por uma expressão que possua o mesmo valor de verdade, toda proposição manterá o mesmo valor de verdade, ou seja, a mesma referência. Com isso, o valor de verdade de um enunciado permanece inalterado se o referente permanece o mesmo.

Tomemos esse exemplo do *corpus*: **“O Brasil está mergulhado em profunda crise”** (L1). Seguindo esse raciocínio, poderíamos substituir o termo “O Brasil” por “O maior país da América Latina”, tendo-se, como resultado, o enunciado **“O maior país da América Latina está mergulhado em profunda crise”**. No caso, ambos possuem a mesma referência e, embora descrevam o mesmo objeto de maneira diferente, não se altera o valor de verdade global do enunciado.

De forma geral, nessa abordagem, Baldini (2011) considera necessário distinguir três coisas: o sentido de um nome (só podemos falar de algo no mundo, de um objeto, dando-lhe uma descrição); a referência desse nome (o objeto se mantém); e a sua representação (cada indivíduo faz a representação do objeto, distintamente). Para essa abordagem teórica, é possível o fato de que um nome tenha um sentido, mas não possua referência, e

É devido a esse tipo de possibilidade que a linguagem oferece que, para Frege, ela se torna suscetível de criar um mundo de ficções, de mentiras. É por isso, reconhece Frege, que expressões como a vontade do povo (cuja referência também é inexistente

²⁰ FREGE, Gottlob. *Sobre o sentido e a referência*. Trad. Paulo Alcoforado. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1978 [1982].

universalmente) podem ser usadas com fins demagógicos. (BALDINI, 2011, p. 14).

Assim, conforme Baldini (2011), Frege percebe que existe algo que não se encontra estritamente no enunciado, algo que é externo a ele, mas que é parte importante dele, e denomina esse fenômeno de pressuposto, podendo ser ainda uma intenção do locutor/enunciador. Nesse aspecto, a bibliografia especializada traz um exemplo que se tornou famoso: **“Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica morreu na miséria.”** (BALDINI, 2011, p. 15). Nesse exemplo, Frege considera como pressuposto “aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica”, e como conteúdo posto, “morreu na miséria”, isso porque, se substituíssemos a primeira expressão por outra, o valor da verdade da proposição seria alterado.

Outros pensadores avançaram na discussão dos pressupostos. Segundo nos informa Koch (2011²¹, p. 48), Russel (1950 [1905])²² descreve o exemplo de Frege²³ como a conjunção de duas proposições, “Existe um X tal que: X descobriu que a órbita dos planetas é elíptica; X morreu na miséria”, considerando que a verdade do pressuposto de existência torna-se uma condição necessária para que o enunciado seja verdadeiro, embora não seja uma condição necessária para que ele tenha valor lógico (*id. ibid.*). Segundo a linguista, esses dois filósofos tratam a questão da significação em termos das condições de verdade das proposições, situando-a no campo da lógica.

Conforme nos informa ainda Koch (2011), Frege (1982 [1978]), Russell (1950 [1905]) e Strawson (1950)²⁴ entendem a pressuposição como condição de emprego de enunciados, considerando-a como emprego lógico. Este último autor sustenta que o emprego lógico diz respeito às condições que devem ser satisfeitas, para que o enunciado possa preencher as funções a que se propõe. Collingwood (1940)²⁵, por sua vez, afirma que a pressuposição dos enunciados constitui apenas um caso particular de um fenômeno mais geral que abrange toda a atividade humana. Para ele, todo ato é orientado a um determinado fim.

²¹ Fonte dos autores citados nesta breve resenha.

²² RUSSEL, Bertrand. On denoting. In: *Mind XIV*, p. 479-493, 1950 [1905];

²³ FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: ALCOFORADO, Paulo (org. e trad.). *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1978 [1982].

²⁴ STRAWSON, Peter Frederick. *On referring*. In: *Logic-Linguistic Papers*, Londres, 1950.

²⁵ COLLINGWOOD, Robin George. *An essay on methaphysics*. Londres: Oxford University Press, 1940.

Na sequência, Koch (2011) nos informa também que Austin (1962)²⁶ avança nessa questão, ao demonstrar que os atos de linguagem como a interrogação, a ameaça, a promessa, por exemplo, possuem pressupostos, não só enunciados assertivos. Já Fillmore (1965)²⁷ entende as pressuposições como condições de emprego, sugerindo que se analise a situação de comunicação verbal sob os aspectos ilocucionário (explícito) e pressuposicional (implícito). Ainda sobre essas conceituações, Stalnaker (1977)²⁸ define a pressuposição como uma disposição linguística do falante, devendo ser analisada do ponto de vista pragmático. Sob essa ótica, Lakoff (1971)²⁹ afirma que não se pode admitir que seja possível falar de boa ou má formação de uma frase de modo isolado, sem levar em conta todas as pressuposições sobre a natureza do mundo. Por fim, Kiparsky e Kiparsky (1970)³⁰ atribuem especial importância à pressuposição e demonstram que o fato de o falante pressupor a verdade de um complemento contribui para determinar a forma sintática que esse complemento pode assumir na estrutura superficial, assim como o modo verbal a ser empregado, no caso de assumir a forma de completiva desenvolvida.

Dedicamo-nos, particularmente, à noção de pressupostos de Ducrot (1984)³¹ citado por Charadeau e Mangueneau (2012), em seu *Dicionário de análise do discurso*. Essa noção parte da ideia de que os pressupostos consistem em tipos particulares de conteúdos inscritos nos enunciados. De acordo com esses autores, os pressupostos têm as seguintes características:

- (1) Eles correspondem a realidades supostas já conhecidas do destinatário (evidências partilhadas ou fatos particulares decorrentes de seus saberes prévios), e constituem um tipo de pedestal sobre o qual se formulam os *postos* (que, ao contrário, se presume-se que correspondem a informações novas), garantindo a coesão do discurso, quando os postos se encarregam de sua progressão. Devido a isso, eles são assumidos por uma espécie de voz coletiva e são, segundo Ducrot (1984: 231-233) da ordem da polifonia enunciativa.
- (2) Eles não são afetados pela negação nem pela interrogação.
- (3) Eles não podem, em princípio, nem ser “anulados” nem servir de base para o encadeamento. (CHARADEAU; MANGUENEAU, 2012, p. 404).

²⁶ AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Londres: Oxford University Press, 1962.

²⁷ FILLMORE, CHARLES. J. Entailment rules in a semantic theory. In: *Research foundation projects on linguistic analysis*. Ohio: Ohio University, 1965, p. 60-82.

²⁸ STALNAKER, Robert Culp. Pragmatic presuppositions. In: *Proceedings of the Texas conference on performatives, presuppositions, and implicatures, center for applied linguistics*, Virginia, 1977.

²⁹ LAKOFF, George. Presupposition and relative well-formedness. In: STEINBERG, D.; JAKOBOVITS, L. *Semantics*, 1971, p. 329-340.

³⁰ KIPARSKY, Paul; KIPARSKY, Carol. Fact. In: STEINBERG, D.; JAKOBOVITS, L. (Org.). *Semantics*, 1970, p. 345-359.

³¹ DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

Ducrot (1978)³², por seu turno, apresenta uma tipologia dos pressupostos: gerais – que não estabelecem qualquer relação com a estrutura interna das frases (ex.: um código comum ao locutor e o interlocutor, um pode ouvir o que o outro diz, os pressupostos de ordem cultural etc.); ilocucionários – quando a efetivação de um ato ilocucionário particular pressupõe que a situação de discurso torne possível e razoável cumpri-lo (correspondendo às “condições de felicidade”, de Austin (1990)³³; e ligados à existência, na frase, de morfemas bem determinados.

Para o momento, diante do que vimos até então, gostaríamos de destacar o pensamento Koch (2011), quando afirma que a pressuposição

[...] exerce um papel específico em todo e qualquer discurso, sendo, no nível fundamental da língua, um dos fatores constitutivos do sentido dos enunciados, inscrito geralmente na própria significação das frases: dizer que F pressupõe X significa dizer que a maior parte de seus enunciados pressupõem X, engajando seu locutor com a relação a X; embora não servindo para anunciar X, a manutenção dos pressupostos constitui um dos fatores de coerência do discurso. Por outro lado, **o uso retórico da pressuposição** – justamente para anunciar aquilo que, aparentemente, funciona como pressuposto – é um recurso retórico de segundo nível, ou seja, faz parte da Retórica ou pragmática aplicada, **constituindo-se em uma manobra argumentativa de grande eficácia**. (KOCH, 2011, p. 70, grifo nosso).

É justamente esse papel de operadores argumentativos, exercido pelos pressupostos, que interessa à nossa pesquisa, sobremaneira. Assim, para a análise, adotamos a tipologia dos pressupostos da língua, conforme Ducrot (1978 *apud* Koch, 2011, p. 69-70)³⁴, que se subdividem em:

c1 – **existenciais** – quando aparece um grupo nominal precedido de artigo definido, havendo, porém, morfemas ou construções específicas que podem impedir a sua formação;

c2 – **verbais** – a) quando o verbo descreve uma sucessão de estados como **continuar, perder, manter, deixar (de)** etc., o primeiro deles é pressuposto; b) verbos **factivos**, que têm a propriedade de levar a pressupor a verdade do conteúdo da

³² DUCROT, Oswald. *Présupposition et allusion*, 1978. (Mimeo).

³³ AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

³⁴ DUCROT, Oswald. *Présupposition et allusion*, 1978. (Mimeo).

completiva – **saber, ignorar, perceber, lamentar** etc. (casos em que, às vezes, há necessidade de certos ajustamentos sintáticos na completiva);

c3 – **de construção** – a) por vezes, a maneira como a frase é construída é responsável pela pressuposição. Ex.: **Foi [...] que**; b) algumas **conjunções de subordinação**, como **antes que, depois que**, fazem aparecer como pressuposta a verdade da proposição que introduzem;

c4 – **adverbiais** – introduzidas por morfemas como **mesmo, ainda, já, pelo menos** etc.).

3.4.3 Modalidades do discurso

Ao produzir um discurso, o locutor pode orientá-lo, argumentativamente, por meio de atos ilocucionários de modalização, explicitados pelos modos de lexicalização, ou seja, pelos operadores modais. Destacamos, no Quadro 18, a seguir, os operadores cujas funções estão em foco na análise.

Quadro 18 – Operadores modais

| FUNÇÃO | OPERADORES MODAIS |
|---------------------------------|---|
| auxiliares modais | poder, dever, querer e precisar etc. |
| predicados cristalizados | é certo, é preciso, é necessário, é provável etc. |
| advérbios modalizadores | provavelmente, certamente, necessariamente; possivelmente etc. |
| verbos no futuro do pretérito | com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada etc. |
| verbos de atitude proposicional | crer, saber, duvidar, achar etc. |
| operadores argumentativos | Pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo etc. |

Fonte: autoria própria, com base em Koch (2011, p. 84).

3.4.4 Autoridade polifônica

Na continuidade, seguindo o que nos informa Koch (2009, 2011), os textos manifestam, explícita ou implicitamente, várias vozes que são incorporadas ao discurso por meio de asserções atribuídas a outros enunciadores, sejam terceiros, seja a opinião pública. De acordo com essa linguista, uma noção propriamente

linguística do termo “polifonia” foi desenvolvida a França por Ducrot³⁵ para analisar fenômenos linguísticos. O autor sistematiza a observação desse fenômeno e considera que o locutor, responsável pela enunciação, deixa marcas em seu enunciado, colocando em cena outros enunciadores.

Em linguística, o termo “polifonia” está associado ao nível do enunciado, podendo manifestar-se por meio de marcas pronominais, por exemplo, uma marca muito presente na língua natural. No Brasil, a noção de polifonia é desenvolvida por Vogt (1980), que a determina como um fato constante no discurso, oferecendo ao locutor a possibilidade de tirar consequências de uma asserção cuja responsabilidade não é assumida diretamente, atribuindo-a, assim, a outro enunciador.

Segundo Ducrot (1980 *apud* Koch, 2011)³⁶, a autoridade polifônica constitui o próprio fundamento do encadeamento discursivo. O locutor introduz no seu discurso uma voz responsável pela asserção *p*, de modo que essa asserção é apenas representada, e encadeia sobre ela uma segunda, relativa a outra proposição *q*, como o faria sobre a própria proposição considerada como uma verdade. A autoridade polifônica é coextensiva a toda argumentação.

Na argumentação, o recurso à autoridade polifônica permite ao locutor:

- a) não se portar de modo ditatorial (discurso autoritário);
- b) prever os argumentos possíveis do adversário e reconhecer neles certa validade, incorporando-os ao próprio discurso;
- c) aduzir argumentos decisivos em sentido contrário, fazendo oscilar os pratos da balança para o seu lado;
- d) adotar estratégias de relação, como a da antecipação e do suspense, dependendo do esquema sintático utilizado para introduzir argumentos pela autoridade polifônica;
- e) dotar o seu discurso de maior poder de persuasão, desarmando o seu adversário: a) porque não pode ser contestado; b) porque permite antecipar-se a ele, introduzindo, no próprio discurso, os argumentos possíveis contrários à sua tese, destruindo-os, logo a seguir, pela apresentação de argumentos mais fortes (decisivos).

³⁵ DUCROT, Oswald. *Dizer e não dizer*. princípios de semântica linguística. Tradução brasileira. São Paulo: Cultrix, 1977 [1972]; DUCROT, Oswald. *Présupposition et allusion*, 1978. (Mimeo).

³⁶ DUCROT, Oswald. *L'argumentation por autorité*, 1980 (Mimeo).

Finalizando esta seção, apresentamos um quadro demonstrativo das categorias dos operadores argumentativos, cujas marcas linguísticas serão exploradas neste estudo.

Quadro 19 – Categorias de análise das marcas linguísticas

| | | | |
|--|--------------------------------------|---|------------------------------|
| OPERADORES ARGUMENTATIVOS (marcas linguísticas da argumentação) | Articuladores textuais | Articuladores discursivo-argumentativos | conjunção |
| | | | disjunção argumentativa |
| | | | contração |
| | | | explicação ou justificativa |
| | | | comprovação |
| | | | conclusão |
| | | | comparação |
| | | | generalização/extensão |
| | | | especificação/exemplificação |
| | | | correção/redefinição |
| | Articuladores de organização textual | | |
| | Articuladores metadiscursivos | modalizadores | |
| | | delimitadores de domínio | |
| | | formuladores textuais | |
| | | evidenciadores da propriedade autorreflexiva da linguagem | |
| | Pressupostos | Existenciais | |
| | | Verbais | |
| | | de construção | |
| | | Adverbiais | |
| | Modalidades do discurso | auxiliares modais | |
| predicados cristalizados | | | |
| advérbios modalizadores | | | |
| verbos no futuro do pretérito | | | |
| verbos de atitude proposicional | | | |
| Autoridade polifônica | | | |

Fonte: elaboração própria, com base em Koch e Elias (2018) e Koch (2011).

Com esse quadro, finalizamos o aporte teórico desta tese e passamos, na próxima seção, à metodologia desenvolvida para a execução da análise e, assim, o atendimento de nossos objetivos de pesquisa.

4 METODOLOGIA

O homem não age diretamente sobre as coisas. Sempre há um intermediário, um instrumento entre ele e seus atos. Isso também acontece quando ele faz ciência, quando investiga cientificamente. Ora, não é possível fazer um trabalho científico sem conhecer os instrumentos. E estes se constituem de uma série de leis naturais, teorias e conceitos que devem ser claramente distinguidos [...] a fim de se obter resultados de cunho científico. [...] para fazer ciência, é preciso imbuir-se de espírito científico (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 4-5).

Nesta seção, apresentamos os procedimentos exploratórios e analíticos utilizados adotados na abordagem dos textos de documentos processuais, nosso objeto de investigação. Adiantamos que os textos foram obtidos com base em uma consulta documental no caderno processual do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Falaremos, primeiramente, sobre a maneira como elaboramos o conhecimento sobre esse material.

Em sua feição geral, como vimos anteriormente, Adam (2011) confere à ATD o papel de descrever e analisar os mais diferentes componentes textuais e discursivos, distribuídos em oito níveis de análise, que vão de níveis teoricamente mais linguísticos, da dimensão textual (“interno” ao texto), como o das proposições enunciadas, a níveis mais amplos, teoricamente associados aos aspectos enunciativos (“externos” ao texto), da dimensão discursiva, como as formações discursivas e o interdiscurso – e por extensão, os gêneros textuais/discursivos.

Assim, situados nessa perspectiva, concentramos nossa abordagem analítica na categoria plano de texto, situada em “N5”, associando-a à dimensão da categoria orientação argumentativa, situada, por sua vez, no nível “N8” (ADAM, 2011, p. 61). Com essa abordagem particular, tratamos o plano de texto assumindo o pressuposto de que se trata de elemento constitutivo fundamental do texto, na medida em que não apenas orienta o leitor, para uma melhor apreensão das informações, mas também incorpora, de certo modo, como promotor de sentido, a progressão coesiva, a coerência temática e, sobretudo, todo o movimento argumentativo pretendido pelo enunciador.

Nessa direção, faremos uso do método indutivo, na medida em que trabalhamos com material empírico, a título de dados de pesquisa, a partir de textos de documentos de domínio público. Ao mesmo tempo, o raciocínio da abordagem também tem um componente dedutivo, na medida em que os resultados esperados

decorrem, diretamente, de pressupostos estabelecidos na informação teórica adotada. Quanto à natureza e aos objetivos, esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com investigação descritiva de textos escritos, adotando procedimentos técnicos de coleta de natureza documental e pesquisa bibliográfica (cf. CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007; CRESWELL, 2010; GIBBS, 2009; GIL, 2002; POUPART, 2008).

Passamos então ao detalhamento dos procedimentos que adotados para chegarmos aos resultados esperados. Reiteramos que esta pesquisa reúne aspectos que consideramos importantes com relação à sua temática:

- execução do estudo na perspectiva do quadro teórico-metodológico da ATD;
- análise dos textos, buscando as relações descritivas e funcionais entre plano de texto e movimentos argumentativos, levando-se em conta os propósitos de acusação e de defesa.

4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Conforme já mencionado, esta pesquisa caracteriza-se por sua natureza documental, qualitativa e descritiva. Em seu aspecto documental, a coleta do *corpus* foi feita mediante seleção de textos no caderno processual do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, composto por vários documentos digitalizados. É importante salientar que esta análise não recai sobre os documentos em si, mas sobre os textos desses documentos, uma vez que, metodologicamente, e para efeito de análise, nós deslocamos esse material do cenário institucional, com suas implicações, para o universo da análise linguística, mais especificamente, para o âmbito da pesquisa em linguística textual.

A pesquisa se caracteriza, também, como qualitativa, mesmo que, em determinados momentos, utilizemos alguns aspectos quantitativos no estabelecimento e na caracterização dos textos constitutivos *corpus*. De todo modo, nesse aspecto, entendemos, com Córdova e Silveira (2009, p. 31), que “[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”. No caso, nossa preocupação incide sobre a compreensão dos textos relativos à denúncia e à defesa, nesse processo de *impeachment* em particular.

Trata-se ainda de pesquisa descritiva, uma vez que seguimos os procedimentos da tradição descritiva das pesquisas em linguística, em que são abordados fenômenos linguísticos sem manipulá-los, buscando-se recorrências, relações formais, funcionais, semânticas e pragmáticas. Reiteramos que, nesta pesquisa, descrevemos e interpretamos fenômenos linguísticos do nível textual-discursivo, mais especificamente aqueles relacionados ao plano de texto e à orientação argumentativa.

No que se refere ao método de raciocínio, optamos pelo dedutivo para desenvolver a análise dos dados, considerando os princípios gerais já estabelecidos pelo quadro teórico-metodológico adotado, aos quais se subordinam os fenômenos analisados e a eles podem ser aplicados. Dessa maneira, podemos assegurar conclusões que apresentamos ao final da tese. Ao mesmo tempo, como singularidade das análises de texto, também faremos uso do método indutivo, na medida em que trabalhamos com material empírico, a título de dados de pesquisa, a partir de documentos de domínio público. Desse raciocínio analítico decorrem, necessariamente, novas informações relativas ao material analisado e, portanto, às categorias de análise adotadas, com as devidas extensões ao quadro teórico geral adotado, sobretudo no que se refere às noções de gênero aplicáveis os textos analisados.

Nesse sentido, a escolha do método de análise reflete o interesse em descrever e interpretar, no *corpus*, o significado do objeto de pesquisa, contribuindo, assim, para com estudos correlatos. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos para a obtenção do *corpus*, ele se constitui de material empírico, bibliográfico e documental, uma vez que faz parte de uma coletânea de documentos oficiais e baseia-se na observação e na análise dos fenômenos linguísticos.

Em sua feição geral, nossa metodologia leva em conta as bases teóricas e metodológicas em vários trabalhos acadêmicos, constantes do levantamento do estado da arte, notadamente aqueles realizados no grupo de pesquisa da ATD/PPgEL/UFRN. Dessa forma, ao assumir o aspecto descritivo, esta pesquisa pressupõe conhecimentos diversos – enciclopédicos, linguísticos, cognitivos, entre outros –, que fornecem subsídios necessários para uma análise adequadamente fundamentada e produtiva. Para tanto, ao abordar os textos da denúncia e da defesa, a análise volta-se, em um primeiro momento, para a identificação e a descrição dos planos de texto e das marcas linguísticas da orientação argumentativa, para, em

seguida, pela observação de recorrências e correlações as mais diversas, serem extraídos elementos de interpretação, considerando-se os aspectos genéricos desses textos, na perspectiva das formações discursivas jurídica e política em que se inserem.

4.2 DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

Nesta subseção, tratamos dos dois textos que constituem o *corpus*, considerando suas características genéricas, sem perder de vista a sua historicidade. Inicialmente, para uma melhor compreensão da origem dos documentos dos quais foram extraídos, apresentaremos o Quadro 20, com os dezesseis documentos do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, conforme constam o sítio eletrônico www12.senado.leg.br. Os documentos de nosso interesse, “Denúncia” e “Resposta da defesa à acusação”, estão em negrito.

Quadro 20 – Principais documentos do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff

| |
|---|
| Denúncia |
| Roteiro do julgamento |
| Perecer pela admissibilidade |
| Resposta da defesa à acusação |
| Laudo pericial da junta designada pela CEI 2016 |
| Laudo da assistente pericial da acusação |
| Laudo da assistente pericial da defesa |
| Alegações finais dos denunciantes |
| Alegações finais da acusada |
| Relatório final de CEI 2016 |
| Voto em separado |
| Libelo acusatório |
| Contrariedade ao libelo |
| Discurso de defesa de Dilma no plenário |
| Sentença de <i>impeachment</i> |
| Notas taquigráfica da sessão |

Fonte: autoria própria.

Com esse percurso, chegamos ao conjunto de documentos cujos textos são analisados, constituindo, assim, o *corpus* desta pesquisa. Consideramos importante configurar, no Quadro 21, os que são, efetivamente, objeto desta análise.

Quadro 21 – *Corpus* da tese

| |
|--------------------------------------|
| DENÚNCIA |
| RESPOSTA DA DEFESA À ACUSAÇÃO |

Fonte: autoria própria.

Com esse recorte, o *corpus* desta pesquisa constitui-se, então, pelos textos desses dois documentos do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que serão detalhados a seguir.

4.2.1 Denúncia: o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff

Todo processo de *impeachment* tem seu início com a apresentação de uma denúncia. De acordo com a lei, qualquer cidadão pode denunciar a prática de um crime de responsabilidade, bastando, para isso, apresentar um documento em que são descritos os fatos, devidamente acompanhado de outros documentos que comprovem, minimamente, a acusação. Além disso, o documento de denúncia deve ser assinado pelo denunciante, com firma reconhecida, e por, no mínimo, cinco testemunhas.

No caso em questão, a “denúncia” tornou-se conhecida como o “pedido de *impeachment*” contra a presidenta Dilma Rousseff. Tendo em vista a necessidade de um melhor esclarecimento sobre essa questão terminológica que envolve a genericidade do texto em estudo, é importante fazermos uma distinção entre a denúncia, peça que compõe uma ação Penal Pública, prevista no Código de Processo Penal, e a denúncia de que tratamos aqui, conforme consta da Lei Nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que é a lei específica para os crimes de responsabilidade e crimes contra a Administração Pública. Assim, em um primeiro momento, observamos que, de acordo com Rodrigues (2016),

O que permite que uma denúncia seja evocada, isto é, que alguém tenha o direito de invocar o Poder Judiciário para aplicar o direito penal objetivo, por meio de uma ação penal, é o fato de o crime ser um acontecimento que lesa os direitos tanto do indivíduo como da sociedade e cabe ao Estado reprimi-lo. (RODRIGUES, 2016, p. 55).

Vale lembrar, no momento, que a denúncia é o documento processual, ou peça, que dá início a um inquérito policial, chamada de “notícia crime”. Conforme define Capez (2012),

[...] consiste em uma exposição por escrito de fatos que constituem, em tese, ilícito penal, com a manifestação expressa da vontade de que se aplique a lei penal a quem é presumivelmente seu autor e a indicação das provas em que se alicerça a pretensão punitiva. (CAPEZ, 2012, p. 193).

A denúncia, ou ainda, o libelo acusatório, é um gênero jurídico, redigido pelos operadores do Ministério Público. Para que seja recebida pelo juiz, é preciso que preencha os requisitos legais previstos no art. 41, do Código do Processo Penal, tais como: “A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas”. (BRASIL, 1941).

Ressaltamos que a Constituição Federal (CF/88) (BRASIL, 1988) não fala sobre *impeachment*, mas em crimes de responsabilidade. Dessa forma, para que se dê a apuração de um possível crime dessa natureza, é necessário que se instaure um processo de impedimento. A CF/88 traz um rol exemplificativo dos crimes de responsabilidade que venham a ser cometidos pelo Presidente da República, pelos Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal e pelo Procurador Geral da República, no art. 85:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I – a existência da União;
- II – o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
- III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV – a segurança interna do País;
- V – a probidade na administração;
- VI – a lei orçamentária;
- VII – o cumprimento das leis e das decisões judiciais. (BRASIL, 1988).

A Carta Magna define, ainda, que esses crimes serão normatizados em lei federal específica que regulará e estabelecerá os demais procedimentos de julgamento. Dessa forma, é a Lei Nº 1.079/1950 a responsável por descrever todos

os crimes atentados contra a Constituição, contra o exercício dos direitos, contra a probidade administrativa e o cumprimento de leis e decisões judiciais. Vale esclarecer que outras autoridades também podem ser alvo de um impedimento, ou *impeachment*, a saber: os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, os Governadores e os Secretários de Estado, conforme descritos no art. 52, incisos I e II da CF/88, e art. 74 da Lei Nº 1.079/50.

Assim, ao contrário da denúncia criminal, que só pode ser impetrada pelo Ministério Público, a denúncia contra o Presidente da República pode partir da iniciativa de qualquer cidadão, conforme descrito nos art. 14 e 41 da Lei Nº 1.079/50:

Art. 14. É permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados.

Art. 41. É permitido a todo cidadão denunciar, perante o Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador Geral da República, pelos crimes de responsabilidade que cometerem. (BRASIL, 1950).

A Lei Nº 1.079/50 ainda descreve alguns requisitos necessários para o estabelecimento da denúncia. A falta de alguns desses elementos pode tornar o documento inepto:

Art. 15. A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.

Art. 16. A denúncia assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los, com a indicação do local onde possam ser encontrados, nos crimes de que haja prova testemunhal, a denúncia deverá conter o rol das testemunhas, em número de cinco no mínimo.

Art. 17. No processo de crime de responsabilidade, servirá de escrivão um funcionário da Secretaria da Câmara dos Deputados, ou do Senado, conforme se achar o mesmo em uma ou outra casa do Congresso Nacional.

Art. 18. As testemunhas arroladas no processo deverão comparecer para prestar o seu depoimento, e a Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado por ordem de quem serão notificadas, tomará as providências legais que se tornarem necessárias legais para compeli-las a obediência. (BRASIL, 1950).

A denúncia por crime de responsabilidade contra a presidenta Dilma é o primeiro documento constante do seu processo de *impeachment*. No entanto, não identificamos, na Lei Nº 1.079/50, os elementos essenciais para a composição desse gênero jurídico. Dessa forma, recorreremos ao Código do Processo Penal (CPP) que,

em seu art. 41, descreve os requisitos essenciais que devem compor o gênero em questão.

4.2.2 Resposta à acusação do pedido de *impeachment*

No trâmite processual de *impeachment*, depois que o Presidente da Câmara dos Deputados acata a denúncia e a considera válida, é formada uma Comissão Especial, constituída por representantes de todos os partidos, que será responsável pela análise do caso. Após a formação da Comissão, o acusado tem o prazo de dez dias para apresentar sua defesa. No processo em questão, a defesa foi apresentada pelo então Advogado Geral da União, José Eduardo Cardozo, em 1º de junho de 2016. Nessa fase do processo, a denunciada ainda não é considerada ré, uma vez que estão sendo feitas as diligências. O documento é intitulado de “resposta da defesa à acusação”.

A “resposta à acusação”, título apresentado pelo documento original, é o documento inicial da defesa, com data de 1º de junho de 2016, assinada por José Eduardo Cardozo, advogado da então presidenta Dilma Rousseff, e destinado ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e ao presidente da Comissão Especial do Senado Federal, senador Raimundo Lira (PMDB-PB), para análise da denúncia.

4.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

O propósito deste tópico é expor os principais procedimentos que antecederam o processo de análise propriamente dito, executados em etapas muito importantes para a condução da pesquisa, e que demandaram um planejamento específico para sua realização.

Como já informado anteriormente, objeto de análise deste estudo constitui-se do plano de texto e da orientação argumentativa nos textos da denúncia e da defesa, anteriormente apresentados. Trata-se de categorias situadas, respectivamente, nos níveis “N5” e “N8” da proposta analítica de Adam (2011), que abrangem a estrutura composicional (sequências textuais e plano de texto) e orientação argumentativa (visada argumentativa), respectivamente.

Em sua origem, escolha desses dois documentos deu-se, primeiramente, em função de atenderem ao interesse, no grupo de pesquisa, de se conhecer mais profundamente a ação visada em textos concretos de natureza documental, colhidos no âmbito intergenérico do jurídico e do político. Depois, por se apresentarem, na ocasião, diretamente representativos de um contexto histórico-social de grande relevância para a sociedade brasileira. A coleta foi realizada por meio de acesso ao ambiente virtual do Governo Federal, em documentação de domínio público, não sendo necessária, assim, uma autorização jurídica para a realização do estudo.

Quanto aos procedimentos, para chegarmos a esse recorte, consideramos os seguintes critérios:

- a. levantamento dos documentos oficiais que integram o caderno processual do *impeachment*;
- b. identificação de quais materiais estavam sendo analisados pelo Grupo de pesquisa da Análise Textual dos Discursos e quais poderiam ser analisados;
- c. documentos representativos e de relevância social, histórica e política;
- d. seleção de documentos que estivessem cronológica e tematicamente relacionados entre si.
- e. seleção de documentos cujos textos atendessem aos interesses da pesquisa.

Quanto ao tratamento do *corpus* para a análise, foram realizados os seguintes procedimentos:

1. identificamos o material e realizamos o *download* dos documentos do sítio eletrônico do Senado Federal;
2. convertemos os documentos em *pdf* para textos na versão editável do *Word*;
3. eliminamos possíveis linhas ou espaços entre linhas, provenientes do documento original;
4. numeramos todas as linhas dos textos desses documentos;
5. cada texto foi identificado com uma letra maiúscula e um numeral cardinal, a saber: denúncia, T1, e, resposta à acusação, T2;
6. em levantamento prévio, identificamos, com sombreamentos em cores, as marcas linguísticas de interesse para a pesquisa; e,

7. preservamos todas as marcas tipográficas dos documentos oficiais (sinais gráficos, negritos e recuos).

A partir da numeração das linhas dos textos, recortamos os excertos, ou fragmentos de texto, para análise (e amostragem das ocorrências no texto desta tese) e procedemos sua identificação, conforme a(s) linha(s) (L1, L2...) e o texto em que se encontram (T1 ou T2). Apresentamos os excertos selecionados em quadros, em que aparecem de forma sequencial, conforme encontram-se distribuídos no plano de texto. Esses procedimentos foram adotados para toda a análise, considerando-se sua aplicação para o estudo de todas as categorias analíticas.

5 ANÁLISE

Nesta seção, apresentamos a análise e a interpretação dos dados, que visam elaborar conhecimento sobre o plano de texto em sua relação com a orientação argumentativa dos textos. Inicialmente, faremos a exposição do estabelecimento dos textos, conforme procedimento analítico de Adam (2011). Em seguida, apresentaremos os planos de texto dos textos da denúncia e da defesa, com uma análise comparativa de suas equivalências. Na sequência, serão trazidas as análises em que são estudadas as marcas linguísticas da orientação argumentativa, por meio das categorias operadores argumentativos, pressuposição, modalidades do discurso e autoridade polifônica. Por fim, é apresentada uma síntese de nossas análises.

5.1 ESTABELECIMENTO DOS TEXTOS

Nos últimos anos, o Brasil tem vivido momentos de muita inquietação e, assim, pesquisadores das diversas áreas das Humanidades vêm buscando compreender e produzir conhecimentos que venham contribuir com uma melhor elucidação dos eventos, principalmente os de ordem política, social, econômica e jurídica, que promovem esse momento singular da história do país. Trata-se de eventos marcantes na vida nacional, que têm promovido a mais grave crise política de nossa história recente, envolvendo os mais diversos setores da sociedade, como também comprometendo a imagem do país, quanto à ética e à moral, tanto interna quanto externamente.

Tem-se observado que se trata de um momento da vida nacional, inserida em uma contemporaneidade marcada por radicalismos e polarizações de mentalidades diversas, ideologias, práticas culturais e de costumes de toda sorte. Tem-se observado, no cotidiano da vida nacional, tensões internas e entre grupos dos mais diversos matizes socioculturais, em movimentos de várias ordens que, a exemplo de outros locais pelo mundo, colocam em risco princípios democráticos e o estado de direito, propiciando, assim, a emergência de totalitarismos, crenças segregacionistas e separatistas, “mitos” supostamente “libertários” e representativos de um estado de insatisfação difuso e, assim, susceptível de manipulações ideológicas e políticas. Ademais, esses movimentos têm contado com meios de comunicação de massa representativos dessa clivagem ideológica, manifestações populares nas ruas, mas

também nos ambientes virtuais – as redes sociais e a multimídia eletrônica –, a apropriação de recursos e equipamentos tecnológicos de comunicação pela *Internet*. Isso tudo tem provocado e fortalecido mudanças nas relações interpessoais e sociais, num ritmo vertiginoso, e, conseqüentemente, tem promovido consideráveis transformações das forças sociais, marcadas por antagonismos e divisões as mais diversas. Como nos lembra Souza (2016),

Os resultados das últimas eleições majoritárias para presidente da República (2002, 2006, 2010 e 2014) já mostraram a divisão de classe que crescera e se consolidara ao longo dos anos e que hoje explode em agressividade aberta. O racismo de classe se revelou de diversas maneiras durante todo o período do Lulismo. A classe média e sua função conservadora dominante nunca engoliram também o presidente com modos populares e com metáforas de futebol. (SOUZA, 2016, p. 83).

Por conseguinte, um quadro de polarização foi criado nas eleições de 2014. De um lado, o sentimento de insatisfação, de desejo de mudança que emergiu já em 2013 e, por outro, o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com os direitos sociais, a diversidade, entre outros aspectos. De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, a presidenta Dilma Rousseff foi alvo de sessenta e oito pedidos de *impeachment*. Em 2015, foram protocolados cinquenta pedidos, mas arquivados por falta de evidências que caracterizassem crime de responsabilidade.

Segundo dados da Câmara dos Deputados, já houve 132 denúncias contra Presidentes da República desde o advento da Constituição Federal de 1988, apenas duas foram admitidas, no caso, a dos ex-presidentes Collor de Mello e Dilma Rousseff. O quadro a seguir apresenta um levantamento histórico das denúncias ou pedidos de *impeachment*,

Quadro 22 – Quantidade dos pedidos de *impeachment* no Brasil

| PRESIDENTE(A) | PERÍODO | QUANTIDADE |
|----------------------|----------------|-------------------|
| Collor | 1990-92 | 29 |
| Itamar | 1992-94 | 4 |
| FHC – 1º. Mandato | 1995-98 | 1 |
| FHC – 2º. Mandato | 1999-2002 | 16 |
| Lula – 1º. Mandato | 2003-06 | 25 |
| Lula – 2º. Mandato | 2007-10 | 9 |
| Dilma – 1º. Mandato | 2011-14 | 14 |
| Dilma – 2º. Mandato | 2015-16 | 34 |

Fonte: adaptado Uol Notícias. Disponível em: www.uol.com.br

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseff foi iniciado ao final do ano de 2015, mais precisamente, no dia 02 de dezembro, e efetivado em 31 de agosto de 2016. Nesse período, houve muitas manifestações contra e a favor do *impeachment*, conseqüentemente, umas acusando, outras defendendo a chefe de Estado. É considerando esse cenário sociopolítico, pois, que esta pesquisa resgata textos concretos, para, a partir de uma análise linguística do plano de texto e da orientação argumentativa, contribuir com os estudos linguísticos do texto e com a compreensão sobre o que nos conta a história e, dessa forma, como ela se constitui na tessitura dos registros textuais dos acontecimentos.

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff é o principal elemento desse cenário, que ficou marcado também pela grande repercussão midiática nacional e internacional. Ele é constituído por cerca de setenta e dois volumes com mais de vinte e sete mil páginas. De acordo com a sentença do Ministro Lewandowski, com sessenta e um votos favoráveis ao *impeachment*, vinte contrários e nenhuma abstenção, o Senado Federal entendeu que a presidenta havia cometido crimes de responsabilidade consistentes, por haver contratado operações de crédito com instituição financeira controlada pela União e por haver editado decretos de crédito suplementar, sem autorização do Congresso Nacional, a acusada sendo, assim, condenada à perda do cargo.

Os textos analisados neste estudo são documentos de caráter jurídico, pois neles estão previstas várias leis que os orientam, mas também são de caráter político, tendo em vista que sua ação se dá, essencialmente, por políticos na Câmara dos Deputados, enquanto que a ação visada em ambos os textos é formulada por argumentos, um contra e outro a favor da acusada. Por outro lado, os documentos que compõem o referido processo trazem informações relevantes para que se possa reconstituir o contexto do pleito jurídico-político, que é esse *impeachment*, em particular. A partir dessas informações, o leitor pode, então, compreender o porquê desses textos e a sua relevância para uma pesquisa desta natureza, tendo em vista os tantos outros textos que abordam a questão do *impeachment*, seja para acusar a presidenta, seja para defendê-la.

Em atendimento aos interesses desta pesquisa e mediante a estrutura composicional argumentativa dos textos em análise, eles são aqui denominados texto

de “acusação” e texto de “defesa”. A título de informação, lembramos que o termo “acusação” é originário do latim “*accusationis*” e significa, de um modo geral, o ato de culpar, incriminar³⁷. Já o termo defesa, também origem latina, “*defensa*”, é entendido como ação de defender-se, resistir, combater³⁸.

Em seu estabelecimento histórico, o documento de acusação é o pedido de *impeachment*, datado de 15 de outubro de 2015, e acolhido pelo destinatário, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em 02 de dezembro de 2015, que, na ocasião, estava sendo investigado pelo Conselho de Ética da referida casa legislativa. Esse documento, em que a presidenta foi acusada de crime de responsabilidade, foi protocolado e assinado pelos juristas Hélio Bicudo, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), Miguel Reale Jr., do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Janaína Conceição Paschoal, filiada ao Partido Social Liberal (PSL), e Flávio Henrique Costa Pereira, advogado. Também contou com o aval dos representantes e líderes de três “movimentos”: Carla Zambelli Salgado, do “Movimento Contra a Corrupção”, Kim Patroca Kataguari, do “Movimento Brasil Livre”, e Rogério Cherquer, do “Vem pra Rua”.

Por sua vez, o documento de defesa é a resposta ao documento de acusação, com data de 1º de junho de 2016. Foi assinado pelo advogado da presidenta Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, e destinado ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e ao presidente da Comissão Especial do Senado Federal, para análise da denúncia.

Esse é o contexto de produção dos nossos objetos de análise, o texto da denúncia ou o pedido de *impeachment*, do documento de acusação, e o texto da

³⁷ **substantivo feminino:** 1 ação ou efeito de acusar; acusamento; 1.1 atribuição de falta ou delito; incriminação; 1.1.1 relato de delito ou crime à justiça; delação, denúncia; 1.1.2 declaração espontânea de culpa; confissão; 1.2 julgamento moral desfavorável; censura, repreensão; 1.3 *fig.* ato ou efeito de levar ao conhecimento; indicação, mostra, realce; 1.4 caracterização por meio de palavra, expressão etc.; qualificação; 1.5 comunicação, notificação (de recebimento de carta, ofício etc.); 2 JUR atividade que o Ministério Público ou o advogado da parte ofendida realiza para demonstrar a procedência da denúncia ou da queixa; 3 *p. met.*; JUR órgão que desempenha essa atividade; 4 JUR apresentação escrita ou oral das faltas do acusado. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>. Acesso em: 5 jan. 2019.

³⁸ De origem latina (defensa = ação de defender-se, resistir, combater) tem como significado(s): - ato ou efeito de defender; defendimento, defesa, defensão; capacidade de resistir a ataque(s); guarda, resistência; equipamento ou estrutura defensiva; proteção, resguardo; p.ext. meio ou método de proteção (individual ou coletiva) argumento de reforço ou justificativa; alegação, justificação; o que se apresenta como resposta ou alegação; desmentido; jur. conjunto de fatos e métodos adotados por um réu contra quem é movida queixa-crime ou outra ação qualquer; p.met.; jur. banca de advogados incumbida de defender um ou mais acusados. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#2>. Acesso em: 5 jan. 2019.

defesa, do documento de resposta à acusação. Tendo em vista os interesses da pesquisa, atentamos, sobretudo, pela natureza desses documentos, para a existência dos dois movimentos argumentativos de seus respectivos textos, no que diz respeito às suas intenções comunicativas, ou seja, um movimento no sentido de promover acusação e, em sentido contrário, um movimento que promove defesa.

Na denúncia, observamos essa intenção acusatória é explicitada já no primeiro parágrafo da introdução do texto de acusação, logo após as epígrafes e a citação dos signatários. Observa-se que, na versão original do documento, a palavra “denúncia” vem grafada em letras maiúsculas e em negrito, como pode ser visto no fragmento reproduzido no Quadro 23, logo adiante.

Quadro 23 – Identificação da peça acusatória

vêm apresentar DENÚNCIA em face da Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF, haja vista a prática de crime de responsabilidade, conforme as razões de fato e direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos

Fonte: autoria própria.

Por outro lado, no texto de defesa, figura a expressão “**RESPOSTA À ACUSAÇÃO**”, como identificação atribuída ao documento, em letras maiúsculas, negritadas e sublinhadas, logo na primeira página, antecedida desta outra expressão: “denúncia por suposta prática de crime de responsabilidade”. Entende-se, aí, um sinalizador da intenção comunicativa de “defesa”, justificando, já de entrada, a natureza do documento. Salientamos que o texto destacado no Quadro 24, a seguir, constitui o encaminhamento protocolar do documento, cujo recebimento ocorreu em 1º de junho de 2016. Na ocasião, é importante lembrar que, na medida do possível, com a disponibilidade dos recursos gráficos, mantivemos a formatação original dos documentos. Vejamos:

Quadro 24 – Identificação da peça de defesa

A Excelentíssima Senhora Presidenta da República, por seu advogado abaixo subscrito, nos autos do processo instaurado em virtude de denúncia por suposta prática de crime de responsabilidade nº 1, de 2016, de autoria dos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, oferecer sua

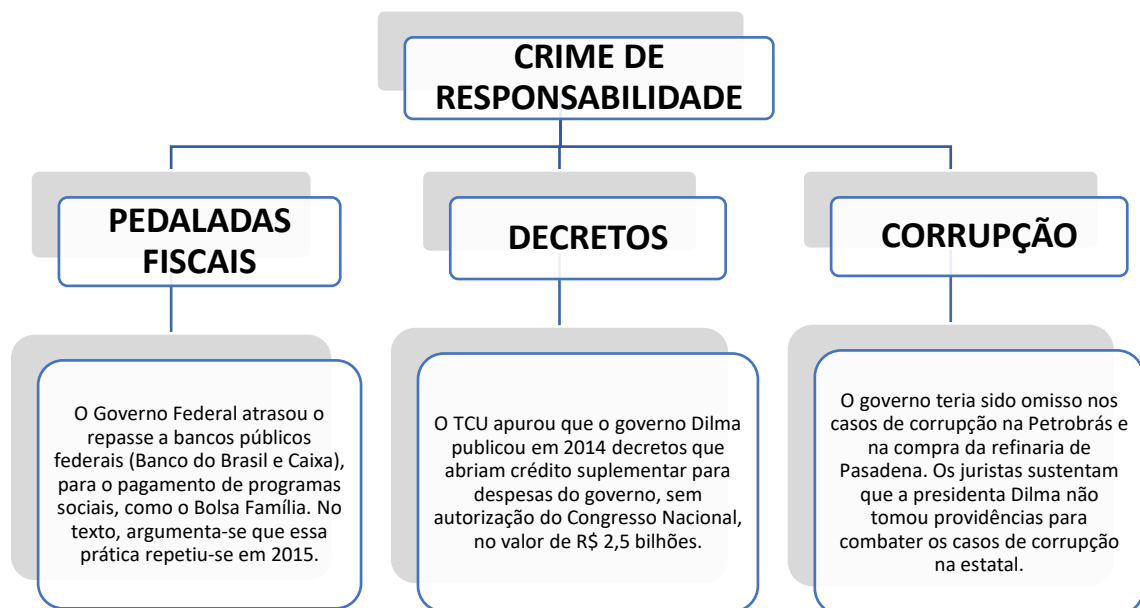
RESPOSTA À ACUSACÃO

pelas razões que se seguem, nos termos do art. 49 da Lei 1.079, de 1950.

Fonte: autoria própria.

Quanto aos excertos ora apresentados, acreditamos importante informar que o pedido para “**inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos**” (grifo nosso), solicitado no texto da denúncia, não foi acolhido na sentença final do processo. Consideramos também importante esclarecer, no diagrama seguinte (Figura 11), o motivo da acusação que deu origem ao processo, ou seja, o “crime de responsabilidade”.

Figura 11 – Diagrama: crimes de responsabilidade



Fonte: autoria própria.

A partir da apresentação desse diagrama, destacamos, assim, no Quadro 25, os textos já classificados de acordo com sua intenção comunicativa, ou seja, o de acusação e o de defesa, representativos das partes envolvidas na dinâmica argumentativa dos textos do processo de *impeachment* analisados.

Quadro 25 – Classificação dos documentos mediante a intenção comunicativa

| ACUSAÇÃO | DEFESA |
|----------|---------------------|
| Denúncia | Resposta à acusação |

Fonte: autoria própria.

Essa classificação é relevante, uma vez que temos como objeto de estudo, além do plano de texto, a orientação argumentativa, que se dará a partir de duas teses:

- a) **houve crime de responsabilidade**, identificado no texto da denúncia;
- b) **não houve crime de responsabilidade**, identificado no texto de resposta à acusação, sendo a primeira tese, conduzida pela intenção comunicativa para justificar o *impeachment*, e a segunda, para refutá-lo.

Para o registro adequado da análise, atribuímos a seguinte identificação para cada um dos documentos: “T1”, para o texto da acusação, e “T2”, para o texto da defesa, como mostrado no Quadro 26.

Quadro 26 – Identificação metodológica do *corpus*

| | |
|----|----------|
| T1 | ACUSAÇÃO |
| T2 | DEFESA |

Fonte: autoria própria.

Vale salientar que uma das características do *corpus* desta tese é o seu volume textual. Nesse sentido, verificamos uma variação significativa entre esses dois textos, destacando-se a discrepância no volume textual de ambos os textos, como podemos observar no Quadro 27.

Quadro 27 – Volume textual total do *corpus*

| | QUANTIDADE DE PÁGINAS |
|----|-----------------------|
| T1 | 65 |
| T2 | 379 |
| | 444 |

Fonte: autoria própria.

Ambos os textos caracterizam-se pela intenção de persuadir e de convencer perante uma questão polêmica, o *impeachment*, valendo-se de elementos racionais, como as leis citadas, mas também emocionais. No Quadro 28, a seguir, trazemos alguns excertos que exemplificam o que estamos afirmando.

Quadro 28 – Racionalidade e emoção nos textos

| | RAZÃO | Linha(s) | EMOÇÃO | Linha(s) |
|----|--|----------|--|----------|
| T1 | [...] no último dia 26 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu reabrir o julgamento sobre as contas de campanha da Presidente da República. [...] | 16-17 | [...] a crise é política e, sobretudo, MORAL. [...] | 3-4 |
| | [...] Diante da legislação penal comum, a Presidente incorrera, em tese, nos crimes capitulados nos artigos 299, 359-A e 359-C, do Código Penal, [...] | 30-32 | [...] quadro de horror que se estabeleceu no país [...] | 6-7 |
| | [...]Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração: [...] | 291 | [...] Mas o quadro é ainda pior [...] | 96 |
| T2 | [...] dividiremos a exposição em cinco segmentos: a) uma breve exposição objetiva dos fatos e atos que antecederam [...] | 42-44 | [...] Este processo, como se demonstrará, nasceu marcado por um pecado original [...] | 17 |
| | [...] apresentaram questão de ordem (Questão de ordem nº. 105/2015) em que solicitavam a fixação de regras [...] | 65-66 | [...] Nasceu e tramita marcado pelo oportunismo, pela hipocrisia e pelo golpismo engomado e encoberto. [...] | 19-20 |
| | [...]disposto no art. 86, §4o, da Constituição Federal. [...] | 106 | [...] dimensão obscura, sombria, conspiradora e sinistra que permeia todo este arbitrário processo de <i>impeachment</i> . [...] | 27-28 |

Fonte: autoria própria.

Verificamos, assim, em ambos os textos, a clara intenção de persuadir, convencer por meio de apelos racionais e emocionais. No que diz respeito ao termo persuadir, por sinal, lembramos que tem sua origem no termo latino *persuadere* (*per* + *suadere*), em que o prefixo “*per*” significa “de modo completo”, e “*suadere*”, que equivale a “aconselhar”. Pode-se afirmar também que traz o sentido de “convencer” (“*cum*” – “*vincere*”), que equivale a vencer o opositor com sua participação, persuadir o outro por meio de provas lógicas, indutivas ou dedutivas.

Nos textos analisados, os locutores/enunciadores revelam, já nas epígrafes³⁹, os propósitos de “acusar” e “defender”, inaugurando, assim, seus planos de texto e suas orientações argumentativas distintas, trazendo, já de entrada, assertivas que corroboram as teses pretendidas. No Quadro 29, a seguir, apresentamos as epígrafes.

Quadro 29 – Epígrafes

| T1 | T2 |
|---|--|
| <p>“O princípio geral a se observar é que ‘[...] não se deve proceder contra a perversidade do tirano por iniciativa privada, mas sim pela autoridade pública’, dito isto, reitera-se a tese de que, cabendo à multidão prover-se de um rei, cabe-lhe também depô-lo, caso se torne tirano...” (Santo Tomás de Aquino. Escritos Políticos. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25).</p> | <p>“Romero Jucá – Eu ontem fui muito claro [...] Eu só acho o seguinte: com Dilma não dá, com a situação que está, com a situação que está. [...] Machado – Tem que ter um <i>impeachment</i> Jucá – Tem que ter <i>impeachment</i> [...] Machado – Não tem conexão, aí joga pro Moro. [...] Como montar uma estrutura para evitar que eu desça? Se eu descer... [...] Jucá – Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar [...] Tem que ser política, advogado não encontra [...] Se é político, como é a política?... Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.”¹</p> |
| <p>“Em todo país civilizado, há duas necessidades fundamentais: que o poder legislativo represente o povo, isto é que a eleição não seja falsificada, e que o povo influja efetivamente sobre os seus representantes” (Rui Barbosa. Migalhas de Rui Barbosa, org. Miguel Matos).</p> | |

Fonte: autoria própria.

No que diz respeito às epígrafes, além de exercerem sua função na tradição discursiva dos vários gêneros que as adotam, como elementos de entrada temática, exercem também uma função argumentativa explícita. O texto de acusação traz citações de Santo Tomás de Aquino e Rui Barbosa, enquanto que o de defesa traz uma transcrição de um áudio gravado, que também exerce um importante papel na orientação argumentativa que está começando. No caso, trata-se de um diálogo entre Romero Jucá, então ministro do planejamento e senador (PMDB-RR) licenciado, e o

³⁹ 1 m.q. inscrição (no sentido de 'palavra ou frase que se grava') 2 título ou frase que, colocada no início de um livro, um capítulo, um poema etc., serve de tema ao assunto ou para resumir o sentido ou situar a motivação da obra; mote 3 fragmento de texto, citação curta, máxima etc., colocada em frontispício de livro, no início de uma narrativa, um capítulo, uma composição poética etc. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ex-presidente da “Transpetro”, Sérgio Machado, tratando de um pacto para deter a “operação Lava-Jato”⁴⁰.

Após essa breve contextualização de produção dos documentos do processo, dentre os quais fizemos o recorte para pesquisa, passamos ao detalhamento dos textos, com vistas à descrição de seus planos de texto. Assim, após havermos feito a leitura total dos textos dos documentos de acusação e de defesa, escolhemos as seções, ou partes, que seriam suficientes e adequadas para a análise, as quais são apresentadas no Quadro 30. Esse recorte foi motivado por considerarmos que seriam representativas, do ponto de vista do seu volume textual e de sua natureza argumentativa (movimentos em sentidos opostos), de modo que sua materialidade linguística mostrou-se relevante e suficiente para o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Quadro 30 – Seções analisadas

| | | SEÇÕES ANALISADAS |
|----|----------|---|
| T1 | Acusação | 1 Dos fatos |
| T2 | Defesa | 1 DA CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL 1.1 – DO PRESENTE PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> 1.1.1 – OS FATOS E ATOS QUE ANTECEDERAM A ABERTURA DO PROCESSO |

Fonte: autoria própria.

Na continuidade, trazemos, no Quadro 31, a estruturação gráfica geral dos planos de texto das seções analisadas. Nominamos de estruturação gráfica geral a indicação dos elementos gráficos básicos de formatação: páginas, títulos (subtítulos), parágrafos, linhas e palavras.

Quadro 31 – Síntese descritiva dos elementos gráficos dos textos analisados

| TEXTOS | PÁGINAS | TÍTULOS | SUB-TÍTULOS | PARÁGRAFOS | LINHAS | PALAVRAS |
|---------------|----------------|----------------|--------------------|-------------------|---------------|-----------------|
| T1 | 10 | 01 | - | 49 | 321 | 7.012 |
| T2 | 04 | 01 | 02 | 23 | 133 | 1.355 |

Fonte: autoria própria.

⁴⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 30 maio 2019.

5.2 OS PLANOS DE TEXTO NA ACUSAÇÃO E NA DEFESA NO *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Nesta subseção, iremos nos deter à apresentação da análise de como são constituídas as estruturas dos planos de texto nos textos da acusação e da defesa. Em um primeiro momento, observa-se que os textos apresentam configurações bastante distintas, no que se refere a indicações de partes, ou subseções.

Entendendo que a compreensão de um texto pode ser favorecida a partir da apresentação da sua estrutura configurada em um sumário, chamou-nos a atenção a ausência deste, tanto em T1 quanto em T2, considerando-se o fato de que são textos particularmente longos. Isso se aplica, principalmente, para T2, que apresenta uma bem maior densidade textual e que, apesar de não trazer sumário, é configurado com uma divisão bem delimitada.

Logo adiante, apresentaremos os planos de texto em toda a estrutura composicional dos dois textos e, em seguida, faremos um detalhamento das seções definidas para análise.

5.2.1 Plano de texto do pedido de *impeachment* – T1

T1 é dividido em seções, mas reiteramos que não apresenta essa divisão em um sumário. Para melhor explicitar o processo de análise e por considerar um procedimento metodológico pertinente, em função da categoria que analisamos (plano de texto), atribuímos um “sumário de análise” a T1, respeitando a formatação gráfica das fontes dos títulos, ou seja, minúscula e negritada, o qual é apresentado no Quadro 32, a seguir:

Quadro 32 – Sumário de análise de T1

| | |
|--|----|
| Introdução | 01 |
| Epígrafe 1..... | 01 |
| Epígrafe 2..... | 01 |
| Signatários | 01 |
| 1- Dos fatos: | 02 |
| 2.- Dos crimes de responsabilidade: | 12 |

| | |
|---|-----------|
| 2.1.- Dos Decretos Ilegais. Crime do art. 10, itens 4 e 6 da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950..... | 13 |
| 2.2.- Das Práticas ilegais de Desinformações Contábeis e Fiscais- As chamadas pedaladas fiscais..... | 22 |
| 2.3. – Do não Registro de Valores no Rol de Passivos da Dívida Líquida do Setor Público- Crime de Responsabilidade capitulado no artigo 9º. Da Lei 1.079/50..... | 36 |
| 3.- Da responsabilidade da denunciada..... | 38 |
| 3.1.- Da Natureza Jurídica do processo de <i>Impeachment</i>..... | 39 |
| 3.2.- Da Omissão Dolosa. | 42 |
| 3.3.- Possibilidade de responder por crime praticado em mandato anterior..... | 51 |
| 4.- Do Pedido | 61 |
| Local e data | 65 |
| Assinaturas | 65 |

Fonte: autoria própria.

Assim, temos uma segmentação composta pela introdução, que contém as epígrafes e um parágrafo com a explicitação dos signatários e o conteúdo literal do objeto do texto do documento. Como se pode ver, há quatro seções de desenvolvimento, seguidas de um fechamento, composto de local, data e assinaturas.

Na sequência, apresentamos, no Quadro 33, o plano de texto de T1, em que é destacada a seção que, nesse texto, constitui objeto de análise – a seção “Dos fatos”.

Quadro 33 – Plano de texto do pedido de *impeachment* – T1

| PLANO DE TEXTO | |
|---|---|
| Introdução | Destinatário Epígrafe 1 Epígrafe 2 Identificação dos signatários ⁴¹ |
| Contextualização atribuída pelos denunciantes para justificar a denúncia e o pedido de <i>impeachment</i> | 1- Dos fatos: |
| Especificação dos crimes de responsabilidade atribuídos à denunciada | 2.- Dos crimes de responsabilidade: 2.1.- Dos Decretos Ilegais. Crime do art. 10, itens 4 e 6 da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950 |

⁴¹ adp. do fr. “signataire” (1789) 'que assinou (adj.), pessoa que assinou uma carta, um documento etc. (subst.)', der. de “signature” no sentido de 'assinatura' + suf. -aire; que ou aquele que assina ou subscreve um texto, um documento etc. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>. Acesso em: 8 jan. 2019.

| | |
|-----------------|--|
| | 2.2.- Das Práticas ilegais de Desinformações Contábeis e Fiscais- As chamadas pedaladas fiscais 3.- Da responsabilidade da denunciada 3.1.- Da Natureza Jurídica do processo de <i>Impeachment</i> 3.2.- Da Omissão Dolosa. 3.3.- Possibilidade de responder por crime praticado em mandato anterior |
| Objeto do texto | 4.- Do Pedido |
| Conclusão | Local e data |
| | Assinaturas dos signatários |

Fonte: autoria própria.

Em T1, verificamos em L 204-205, a intenção de marcação em dois grandes blocos textuais, sendo primeiro, L 201-204, relacionado com “os crimes” até o ano de 2015, e o segundo, L 206-308, relacionado com “os crimes” a partir daquele ano, inserido pelo enunciado “**E os crimes se estenderam a 2015, ou seja, invadiram o segundo mandato**”. Além disso, reforçando o que afirmamos, o enunciado, originalmente, encontra-se em negrito, como ora apresentado.

5.2.2 Plano de texto da resposta à acusação – T2

T2 também é dividido em seções, mas, como já indicado, não apresenta essa divisão em um sumário. Assim, mantivemos o procedimento utilizado com T1, atribuindo um “sumário de análise” a T2, respeitando a formatação gráfica original e destacando suas seções e subseções, como apresentado no Quadro 34.

Quadro 34 – Sumário de análise de T2

| | |
|---|----|
| Introdução | 3 |
| Epígrafe 1 | 3 |
| 1 – DA CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL..... | 3 |
| 1.1 – DO PRESENTE PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> | 5 |
| 1.1.1 – OS FATOS E ATOS QUE ANTECEDERAM A ABERTURA DO PROCESSO..... | 6 |
| 1.1.2 – CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA DA ABERTURA DO PROCESSO DE “ <i>IMPEACHMENT</i> ” | 10 |
| 1.1.3 – A DECISÃO DE ABERTURA DO PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> DO PRESIDENTE DA CÂMARA EDUARDO CUNHA | 38 |
| 1.1.4 – A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> PELA CÂMARA | 46 |
| 1.1.4.1 – A ausência e interposição de recurso contra a decisão que recebeu parcialmente a Denúncia | 47 |
| 1.1.4.2 – A escolha do Relator e do Presidente da Comissão Especial | 49 |
| 1.1.4.3 – O assessoramento ao relator feito pelo advogado do Presidente Eduardo Cunha | 53 |

| | |
|---|-----|
| 1.1.4.4 – A decisão do Presidente da Câmara de submeter ao exame da Comissão Especial outras acusações que não constavam do objeto da denúncia por ele recebida | 55 |
| 1.1.4.5 – O aceleração da tramitação do processo de “ <i>impeachment</i> ” | 57 |
| 1.1.4.6 – O estabelecimento pelo Presidente da Câmara de normas de votação que propiciariam constrangimento aos Deputados que pretendiam votar contra a autorização para a abertura do processo de “ <i>impeachment</i> ” | 58 |
| 1.1.4.7 A adoção de procedimentos desfavoráveis à defesa durante a sessão do Plenário da Câmara dos Deputados em que se decidiu a autorização para a abertura do processo de <i>impeachment</i> | 60 |
| 1.1.5 – A ATUAÇÃO DO PRESIDENTE EDUARDO CUNHA APÓS O ENCAMINHAMENTO AO SENADO DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DO PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> | 62 |
| 1.2 – DA NATUREZA E DO REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE “ <i>IMPEACHMENT</i> ” NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO | 65 |
| 1.2.1 – <i>IMPEACHMENT</i> OU GOLPE DE ESTADO | 79 |
| 1.2.2 – DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 88 |
| 1.3 – CONJUNTURA ECONÔMICA E A GESTÃO FISCAL NO GOVERNO DILMA | 99 |
| 1.3.1 – Fatos internos que contribuíram para desaceleração econômica | 99 |
| 1.3.2 – Breve narrativa da gestão fiscal de 2011 a 2014 | 101 |
| 1.3.3 – A Gestão Fiscal de 2015 | 104 |
| 1.3.4 – A Gestão Fiscal de 2016 | 108 |
| 1.3.4.1 – A Queda acentuada da Receita Pública | 109 |
| I.C.1.4 – Pautas bombas em 2015 e a Paralisação da Câmara em 2016 | 110 |
| 1.3.5 – A Instabilidade política e o aprofundamento da crise econômica | 112 |
| 1.3.6 – Os fatos apontados na denúncia são consequência e não causa da crise | 115 |
| 2 – DA DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE CONTRA A SRA PRESIDENTA DA REPÚBLICA E DA DELIMITAÇÃO DO OBJETO DESTES PROCESSOS DE <i>IMPEACHMENT</i> | 117 |
| 3 – DA ETAPA PROCESSUAL E DA NECESSIDADE DA ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA | 126 |
| 3.1 – QUESTÕES PRELIMINARES PREJUDICIAIS E DAS EXCEÇÕES | 128 |
| 3.1.1 – DO DESVIO DE PODER: O “ <i>IMPEACHMENT</i> ” DA SRA PRESIDENTA DA REPÚBLICA COMO UMA FORMA DE IMPEDIR A CONTINUIDADE DA OPERAÇÃO LAVA-JATO E DAS SANÇÕES DELA DECORRENTES | 128 |
| 3.1.1.1 – O DESVIO DE PODER COMO UM VÍCIO QUE PODE DETERMINAR A NULIDADE DE UM PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> | 136 |
| 3.1.1.2 – DAS PROVAS E DOS INDÍCIOS CARACTERIZADORES DO DESVIO DE PODER NO PRESENTE PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> | 144 |
| 3.1.2 – A violação da liberdade decisória dos Deputados por decisões partidárias inibidoras da expressão das suas convicções pessoais e da violação do direito à ampla defesa pelo prejulgamento revelado por declarações públicas de votos | 155 |
| 3.2 – Preliminar do projeto de acusação | 167 |
| 3.2.1 – Da <i>mutatio libelli</i> . Da impossibilidade jurídica. Da violação ao amplo direito de defesa e do contraditório. Da necessidade de adequação dos limites da denúncia recebida | 167 |
| 3.2.2 – DA IMPOSSIBILIDADE DE IMPUTAÇÃO DE ATO DESCRITO NO ART. 11 DA LEI NO. 1.079, DE 1950, EM RAZÃO DE SUA NÃO RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 | 176 |
| 3.3 – PENDÊNCIA NO JULGAMENTO DE CONTAS | 184 |
| 3.4 – Exceção de suspeição do Relator | 196 |
| 4 – MÉRITO | 200 |

| | |
|---|-----|
| 4.1 – A ACUSAÇÃO DE EDIÇÃO DE DECRETOS DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM SUPOSTO DESACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA | 200 |
| 4.1.1 – A IMPUTAÇÃO – AS INÚMERAS TESES SOBRE O TEMA TRAZIDAS AO PROCESSO | 200 |
| 4.1.1.1 – Parecer prévio sobre as Contas de 2014 do Governo Federal | 201 |
| 4.1.1.2 – Relatório aprovado na Câmara dos Deputados – Relator Jovair Arantes..... | 205 |
| 4.1.1.3 – Relatório aprovado no Senado Federal – Relator Senador Antônio Anastasia | 207 |
| 4.1.2 – A Autorização legal para a edição dos decretos..... | 208 |
| 4.1.3 – A DISTINÇÃO ENTRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A GESTÃO FINANCEIRA | 211 |
| 4.1.3.1 – A gestão orçamentária | 211 |
| 4.1.3.2 – A gestão financeira | 212 |
| 4.1.3.3 – A meta de resultado, a meta de superávit primário | 213 |
| 4.1.4 – O ART. 4º. DA LOA 2015 – A COMPATIBILIDADE DOS DECRETOS COM A META FISCAL | 213 |
| 4.1.4.1 – A sistemática de abertura de créditos suplementares por decreto é a mesma desde 2001 | 217 |
| 4.1.4.2 – A dotação orçamentária e o cumprimento da meta | 222 |
| 4.1.4.3 – A diferença entre despesas financeiras e primárias | 224 |
| 4.1.4.4 – A diferença entre despesas primárias discricionárias e obrigatórias | 226 |
| 4.1.4.5 – A fonte de receita utilizada para a abertura de crédito | 229 |
| 4.1.4.6 – A NOVA INTERPRETAÇÃO PODERIA LEVAR À IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 234 |
| 4.1.5 – AUSÊNCIA DE LESÃO AO BEM JURÍDICO TUTELADO – A EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS DECRETOS QUESTIONADOS | 239 |
| 4.1.5 – AUSÊNCIA DE DOLO – A ELABORAÇÃO DOS DECRETOS | 244 |
| 4.1.6 – A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA META | 246 |
| 4.1.6.1 – A jurisprudência vigente no momento da edição dos decretos – o Relatório Bimestral sempre utilizou a meta proposta para fins de contingenciamento | |
| 4.1.6.2 – A necessidade de alteração da meta em 2015 – queda da receita | 254 |
| 4.1.6.3 – A impossibilidade de um contingenciamento maior em 2015 | 256 |
| 4.1.7 – O PRINCÍPIO DA ANUALIDADE DO ORÇAMENTO E O CUMPRIMENTO DA META | 258 |
| 4.1.8 – A BOA FÉ EXPLÍCITA NA CONDUÇÃO DOS ATOS – O HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL | 260 |
| 4.1.8.1 – OS PRECEDENTES DOS DECRETOS DE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM 2001 E 2009 | 260 |
| 4.1.8.2 – A MUDANÇA DE INTERPRETAÇÃO DO TCU APÓS A EDIÇÃO DOS DECRETOS QUESTIONADOS | 263 |
| 4.1.8.3 – A mudança de conduta da Administração Federal após nova interpretação... 266 | |
| 4.1.9 – A EQUIVOCADA TEORIA LANÇADA PELO RELATOR SENADOR ANTÔNIO ANASTASIA – “UMA META ORÇAMENTÁRIA” | 267 |
| 4.1.10 – A desproporcionalidade da pena | 277 |
| 4.1.11 – SÍNTESE DOS ARGUMENTOS SOBRE OS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR | 278 |
| 4.2 – DA DENÚNCIA DE REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL (“PEDALADAS FISCAIS”) | 282 |
| 4.2.1 – DA DENÚNCIA | 282 |
| 4.2.2 – DO PLANO SAFRA | 284 |
| 4.2.2.1 – A regulamentação da subvenção ao plano safra | 288 |
| 4.2.2.2 – O papel do Banco do Brasil | 292 |
| 4.2.2.3 – A contratação do Crédito Rural e o Cálculo da Subvenção | 295 |
| 4.2.1.4 – O pagamento da subvenção e a contabilidade do Banco do Brasil | 296 |
| 4.2.3 – DA CONTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA..... | 300 |
| 4.2.4 – DA ATIPICIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS | 303 |

| | |
|--|-----|
| 4.2.4.1 – Descrição genérica dos fatos e ausência da conduta da Presidenta da República | 303 |
| 4.2.4.2 – A impossibilidade de violação à LRF ser considerada crime de responsabilidade | 311 |
| 4.2.4.3 – A atipicidade por inexistência de operação de crédito | 313 |
| 4.2.4.3.1 – A conceituação de operação de crédito | 314 |
| 4.2.4.3.2 – Da não caracterização de operação de crédito | 321 |
| 4.2.5 – DA ALTERAÇÃO DE POSICIONAMENTO DO TCU | 329 |
| 4.2.6 – SÍNTESE DOS ARGUMENTO SOBRE O PLANO SAFRA | 332 |
| 4.3 – A CRIMINILIZAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL | 336 |
| 5 – PROVAS | 341 |
| 5.1 – DA PRODUÇÃO DE PROVAS. DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA E AUDITORIA ECONÔMICO-FINANCEIRA E CONTÁBIL. DA GARANTIA À EFETIVIDADE AO AMPLO DIREITO DE DEFESA | 341 |
| 5.1 – DECRETOS | 345 |
| 5.1.1 – DOCUMENTAIS | 345 |
| 5.1.2 – TESTEMUNHAIS | 347 |
| 5.2 – PLANO SAFRA | 356 |
| 5.2.1 – DOCUMENTAIS..... | 356 |
| 5.2.2 – TESTEMUNHAIS | 357 |
| 5.3 – Rol de Experts | 358 |
| CONCLUSÃO FINAL | 362 |
| 6 – PEDIDOS | 370 |
| Conclusão | 372 |
| Local e data | 372 |
| Assinatura | 372 |

Fonte: autoria própria.

Assim, a partir desse sumário de análise e do conteúdo de suas partes, identificamos o plano de texto apresentado no Quadro 35.

Quadro 35 – Plano de texto da resposta à acusação – T2

| PLANO DE TEXTO | |
|---|----------|
| Introdução | Epígrafe |
| Contextualização dos fatos, da política, da economia, da tramitação e natureza jurídica do processo, atuação do Presidente da Câmara dos Deputados, aspectos constitucionais e legais dos crimes de responsabilidade | Seção 1 |
| Da denúncia e da delimitação do objeto do processo de <i>impeachment</i> | Seção 2 |
| Dos desvios de poder que podem anular o processo e da necessidade de absolvição sumária | Seção 3 |
| Do mérito | Seção 4 |
| Provas e conclusão | Seção 5 |
| Pedidos de nulidade do processo, de exclusão do relatório da CEI, de ser afastada a acusação de contratação de operações de crédito, de indicação de novo relator, de produção de provas documentais e diligenciais e de absolvição sumária da presidenta | Seção 6 |

Fonte: autoria própria.

Numa perspectiva analítica, no Quadro 36, reproduzimos, lado a lado, os sumários de T1 e T2, que já denotam proximidades e afastamentos, quanto às suas estruturas. Esses aspectos de contraste já remetem, por si sós, a orientações argumentativas específicas, mas, de certo modo, correlatas. Estão destacadas, também, as seções e subseções analisadas. Vejamos:

Quadro 36 – Equivalências nos sumários: T1 e T2

| T1 | T2 |
|----------------------|--|
| Destinatário | Destinatário |
| Epígrafes | Epígrafe |
| Identificações | |
| 1- Dos fatos: | <p>1 – DA CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL</p> <p>1.1– DO PRESENTE PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i></p> <p>1.1.1– OS FATOS E ATOS QUE ANTECEDERAM A ABERTURA DO PROCESSO</p> <p>1.1.2 – CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA DA ABERTURA DO PROCESSO DE “<i>IMPEACHMENT</i>”</p> <p>1.1.3 – A DECISÃO DE ABERTURA DO PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> DO PRESIDENTE DA CÂMARA EDUARDO CUNHA</p> <p>1.1.4 – A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> PELA CÂMARA</p> <p>1.1.4.1 – A ausência e interposição de recurso contra a decisão que recebeu parcialmente a Denúncia</p> <p>1.1.4.2 – A escolha do Relator e do Presidente da Comissão Especial</p> <p>1.1.4.3 – O assessoramento ao relator feito pelo advogado do Presidente Eduardo Cunha – A decisão do Presidente da Câmara de submeter ao exame da Comissão Especial outras acusações que não constavam do objeto da denúncia por ele recebida</p> <p>1.1.4.4 – O aceleramento da tramitação do processo de “<i>impeachment</i>” – O estabelecimento pelo Presidente da Câmara de normas de votação que propiciariam constrangimento aos Deputados que pretendiam votar contra a autorização para a abertura do processo de “<i>impeachment</i>” A adoção de procedimentos desfavoráveis à defesa durante a sessão do Plenário da Câmara dos Deputados em que se decidiu a</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>autorização para a abertura do processo de <i>impeachment</i></p> <p>1.1.5 – A ATUAÇÃO DO PRESIDENTE EDUARDO CUNHA APÓS O ENCAMINHAMENTO AO SENADO DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DO PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i></p> <p>1.2 – DA NATUREZA E DO REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE “<i>IMPEACHMENT</i>” NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO</p> <p>1.2.2 – <i>IMPEACHMENT</i> OU GOLPE DE ESTADO</p> <p>1.2.3 – DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</p> <p>1.3 – CONJUNTURA ECONÔMICA E A GESTÃO FISCAL NO GOVERNO DILMA</p> <p>1.3.2 – Fatos internos que contribuíram para desaceleração econômica– Breve narrativa da gestão fiscal de 2011 a 2014</p> <p>1.3.3 – A Gestão Fiscal de 2015– A Gestão Fiscal de 2016</p> <p>1.3.3.1 – A Queda acentuada da Receita Pública</p> <p>I.C.1.4 – Pautas bombas em 2015 e a Paralisação da Câmara em 2016</p> <p>1.3.5 – A Instabilidade política e o aprofundamento da crise econômica</p> <p>1.3.6 – Os fatos apontados na denúncia são consequência e não causa da crise</p> |
| <p>2.- Dos crimes de responsabilidade:</p> <p>2.1.- Dos Decretos Ilegais. Crime do art. 10, itens 4 e 6 da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950</p> <p>2.2.- Das Práticas ilegais de Desinformações Contábeis e Fiscais- As chamadas “pedaladas fiscais”</p> | <p>2 – DA DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE CONTRA A SRA PRESIDENTA DA REPÚBLICA E DA DELIMITAÇÃO DO OBJETO DESTES PROCESSOS DE <i>IMPEACHMENT</i></p> |
| <p>3.- Da responsabilidade da denunciada</p> <p>3.1.- Da Natureza Jurídica do processo de <i>Impeachment</i></p> <p>3.2.- Da Omissão Dolosa</p> <p>3.3- Possibilidade de responder por crime praticado em mandato anterior</p> | <p>3– DA ETAPA PROCESSUAL E DA NECESSIDADE DA ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA</p> <p>3. 1 – QUESTÕES PRELIMINARES PREJUDICIAIS E DAS EXCEÇÕES</p> <p>3.1.1 – DO DESVIO DE PODER: O “<i>IMPEACHMENT</i>” DA SRA PRESIDENTA DA REPÚBLICA COMO UMA FORMA DE IMPEDIR A CONTINUIDADE DA OPERAÇÃO LAVA-JATO E DAS SANÇÕES DELAS DECORRENTES</p> <p>3.1.1.1 – O DESVIO DE PODER COMO UM VÍCIO QUE PODE DETERMINAR A</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>NULIDADE DE UM PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i></p> <p>3.1.1.2 – DAS PROVAS E DOS INDÍCIOS CARACTERIZADORES DO DESVIO DE PODER NO PRESENTE PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i></p> <p>3.1.2 – A violação da liberdade decisória dos Deputados por decisões partidárias inibidoras da expressão das suas convicções pessoais e da violação do direito à ampla defesa pelo prejulgamento revelado por declarações pública de votos</p> <p>3.2 – Preliminar do projeto de acusação</p> <p>3.2.1 – Da <i>mutatio libelli</i>. Da impossibilidade jurídica. Da violação ao amplo direito de defesa e do contraditório. Da necessidade de adequação dos limites da denúncia recebida</p> <p>3.2.2 – DA IMPOSSIBILIDADE DE IMPUTAÇÃO DE ATO DESCRITO NO ART. 11 DA LEI NO. 1.079, DE 1950, EM RAZÃO DE SUA NÃO RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</p> <p>3.3 – PENDÊNCIA NO JULGAMENTO DE CONTAS</p> <p>3.4 – Exceção de suspeição do Relator</p> |
| | <p>4 – MÉRITO</p> <p>4.1 – A ACUSAÇÃO DE EDIÇÃO DE DECRETOS DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM SUPOSTO DESACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA</p> <p>4.1.1 – A IMPUTAÇÃO – AS INÚMERAS TESES SOBRE O TEMA TRAZIDAS AO PROCESSO</p> <p>4.1.1.1 – Parecer prévio sobre as Contas de 2014 do Governo Federal</p> <p>4.1.1.2 – Relatório aprovado na Câmara dos Deputados – Relator Jovair Arantes</p> <p>4.1.1.3 – Relatório aprovado no Senado Federal – Relator Senador Antônio Anastasia</p> <p>4.1.2 – A Autorização legal para a edição dos decretos</p> <p>4.1.3 – A DISTINÇÃO ENTRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A GESTÃO FINANCEIRA</p> <p>4.1.3.1 – A gestão orçamentária</p> <p>4.1.3.2 – A gestão financeira</p> <p>4.1.3.3 – A meta de resultado, a meta de superávit primário</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>4.1.4 – O ART. 4º. DA LOA 2015 – A COMPATIBILIDADE DOS DECRETOS COM A META FISCAL</p> <p>4.1.4.1 – A sistemática de abertura de créditos suplementares por decreto é a mesma desde 2001</p> <p>4.1.4.2 – A dotação orçamentária e o cumprimento da meta</p> <p>4.1.4.3 – A diferença entre despesas financeiras e primárias</p> <p>4.1.4.4 – A diferença entre despesas primárias discricionárias e obrigatórias</p> <p>4.1.4.5 – A fonte de receita utilizada para a abertura de crédito</p> <p>4.1.4.6 – A NOVA INTERPRETAÇÃO PODERIA LEVAR À IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</p> <p>4.1.5 – AUSÊNCIA DE LESÃO AO BEM JURÍDICO TUTELADO – A EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS DECRETOS QUESTIONADOS</p> <p>4.1.5 – AUSÊNCIA DE DOLO – A ELABORAÇÃO DOS DECRETOS</p> <p>4.1.6 – A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA META 246 a 247</p> <p>4.1.6.1 – A jurisprudência vigente no momento da edição dos decretos – o Relatório Bimestral sempre utilizou a meta proposta para fins de contingenciamento</p> <p>4.1.6.2 – A necessidade de alteração da meta em 2015 – queda da receita</p> <p>4.1.6.3 – A impossibilidade de um contingenciamento maior em 2015</p> <p>4.1.7 – O PRINCÍPIO DA ANUALIDADE DO ORÇAMENTO E O CUMPRIMENTO DA META</p> <p>4.1.8 – A BOA FÉ EXPLÍCITA NA CONDUÇÃO DOS ATOS – O HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL</p> <p>4.1.8.1 – OS PRECEDENTES DOS DECRETOS DE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM 2001 E 2009</p> <p>4.1.8.2 – A MUDANÇA DE INTERPRETAÇÃO DO TCU APÓS A EDIÇÃO DOS DECRETOS QUESTIONADOS</p> <p>4.1.8.3 – A mudança de conduta da Administração Federal após nova interpretação</p> <p>4.1.9 – A EQUIVOCADA TEORIA LANÇADA PELO RELATOR SENADOR ANTÔNIO ANASTASIA – “UMA META ORÇAMENTÁRIA”</p> |
|--|---|

| | |
|--|--|
| | <p>4.1.10 – A desproporcionalidade da pena 4.1.11 – SÍNTESE DOS ARGUMENTOS SOBRE OS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR 4.2 – DA DENÚNCIA DE REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL (“PEDALADAS FISCAIS”) 4.2.1 – DA DENÚNCIA 4.2.2 – DO PLANO SAFRA 4.2.2.1 – A regulamentação da subvenção ao plano safra 4.2.2.2 – O papel do Banco do Brasil 4.2.2.3 – A contratação do Crédito Rural e o Cálculo da Subvenção 4.2.1.4 – O pagamento da subvenção e a contabilidade do Banco do Brasil 4.2.3 – DA CONTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA 4.2.4 – DA ATIPICIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS 4.2.4.1 – Descrição genérica dos fatos e ausência da conduta da Presidenta da República 4.2.4.2 – A impossibilidade de violação à LRF ser considerada crime de responsabilidade 4.2.4.3 – A atipicidade por inexistência de operação de crédito 4.2.4.3.1 – A conceituação de operação de crédito 4.2.4.3.2 – Da não caracterização de operação de crédito 4.2.5 – DA ALTERAÇÃO DE POSICIONAMENTO DO TCU 329 a 332 4.2.6 – SÍNTESE DOS ARGUMENTO SOBRE O PLANO SAFRA 4.3 – A CRIMINILIZAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL 5 – PROVAS 5.1 – DA PRODUÇÃO DE PROVAS. DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA E AUDITORIA ECONÔMICO-FINANCEIRA E CONTÁBIL. DA GARANTIA À EFETIVIDADE AO AMPLO DIREITO DE DEFESA</p> |
| | <p>5 – PROVAS 5.1 – DA PRODUÇÃO DE PROVAS. DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA E AUDITORIA ECONÔMICO-FINANCEIRA E CONTÁBIL. DA GARANTIA À EFETIVIDADE AO AMPLO DIREITO DE DEFESA 5.1 – DECRETOS 345</p> |

| | |
|---------------|---|
| | 5.1.1 – DOCUMENTAIS 5.1.2 – TESTEMUNHAIS 5.2 – PLANO SAFRA 5.2.1 – DOCUMENTAIS 5.2.2 – TESTEMUNHAIS 5.3 – Rol de Experts |
| | CONCLUSÃO FINAL |
| 4.- Do Pedido | 6 – PEDIDOS |
| | Finalização |
| Local e data | Local e data |
| Assinaturas | Assinatura |

Fonte: autoria própria.

Em suas características gerais, as introduções aproximam-se. No entanto, em ambos os textos, a seção “1” apresenta uma estrutura na qual podemos observar um desequilíbrio, quanto a seus volumes textuais, mas também uma perceptível estratégia de maior e melhor detalhamento, em T2. O mesmo é percebido na seção “3”. Nesse caso, T2 é acrescido de mais uma seção, a seção “4”, ante da seção de conclusão, que é seguida do fechamento, com local, data e assinatura.

Utilizamos o mesmo procedimento comparativo com os planos de texto e verificamos a mesma tendência mostrada anteriormente. Quando comparado a T1, observa-se, em T2, que a progressão temática permite uma explicitação mais detalhada dos propósitos comunicativos, possibilitando uma argumentatividade mais estruturada e mais apoiada em dados, como pode-se ver no Quadro 37.

Quadro 37 – Equivalências dos planos de textos de T1 e T2

| T1 | T2 |
|--|---|
| Introdução | Introdução |
| Contextualização atribuída pelos denunciantes, para justificar a denúncia e o pedido de <i>impeachment</i> | Contextualização dos fatos, da política, da economia, da tramitação e da natureza jurídica do processo; atuação do Presidente da Câmara dos Deputados; aspectos constitucionais e legais dos crimes de responsabilidade |
| Especificação dos crimes de responsabilidade atribuídos à denunciada | Da denúncia e da delimitação do objeto do processo de <i>impeachment</i> |
| | Dos desvios de poder que podem anular o processo e da necessidade de absolvição sumária |
| | Do mérito |
| Objeto do texto | Provas e conclusão |
| | Pedidos de nulidade do processo, de exclusão do relatório da CEI, de ser afastada a acusação de contratação de operações de crédito, de indicação de novo relator, de produção de provas |

| | |
|--|--|
| | documentais e diligenciais e de absolvição sumária da presidenta |
|--|--|

Fonte: autoria própria.

Assim, a partir da análise dos planos de texto de T1 e T2, é possível identificarmos uma relação entre esses planos com a orientação argumentativa desenvolvida ao longo de cada texto, em coerência com seus respectivos propósitos e intenções comunicativas. A partir daí, adentramos nas estruturas desses planos de texto para ali identificarmos marcas linguísticas que dão sustentação à argumentatividade, já verificada na superestrutura dos textos. Assim, conforme o estabelecido nos objetivos deste estudo, passaremos, nos tópicos e subtópicos seguintes, a analisar as marcas linguísticas da argumentação, atentando para suas funções, no que se refere à estrutura composicional dos textos. Para isso, trataremos a localização dos fragmentos em análise, a partir de indicações da(s) linha(s) dos textos em que se encontram, como uma forma adicional de situá-los nos respectivos planos de texto.

5.3 ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA NA ACUSAÇÃO NO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF – T1

Apresentamos, nesta subseção, a análise das marcas linguísticas de operadores que sustentam a orientação argumentativa em T1, com base em Koch (2011). Além disso, como informamos em nosso aporte teórico e na metodologia, neste momento, nossa atenção estará voltada para as categorias dos articuladores textuais, dos pressupostos, dos modalizadores de discurso e da autoridade polifônica. Por se tratar de um *corpus* no qual predomina o processo argumentativo e, portanto, com uma grande incidência de operadores, como identificados e descritos nos quadros que seguem, também há necessidade de estabelecermos a utilização de categorias linguísticas (empíricas), com base em Koch e Elias (2018), quais sejam, os articuladores textuais discursivo-argumentativos, de organização textual e metadiscursivos. Em seguida, quanto aos pressupostos, fazemos uso das tipologias da língua, com base em Ducrot (1987): existenciais, verbais, de construção e adverbiais. Por fim, quanto ao que se refere aos modalizadores do discurso, utilizamos os auxiliares modais, predicados cristalizados, advérbios modalizadores, verbos no

futuro do pretérito e verbos de atitude proposicional. Adiantamos que esse mesmo procedimento será adotado, logo em seguida, na análise de T2.

5.3.1 Articuladores textuais no pedido de *impeachment*

No Quadro 38, que segue, apresentaremos um levantamento dos articuladores textuais no texto de acusação, T1.

Quadro 38 – Articuladores textuais na seção “Dos fatos” em T1

| PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|----------------|---|
| L2 | [...] Muito embora o Governo Federal insista que se trata de crise exclusivamente econômica [...] |
| L3 | [...] na verdade , a crise é política [...] |
| L4 | [...] sobretudo , MORAL [...] |
| L5-6 | [...] O Governo Federal também tenta fazer crer que tal crise pode se tornar institucional; [...] |
| L7 | [...] porém , não há que se falar em crise institucional [...] |
| L8-9 | [...] e, por conseguinte , possibilitam sejam desvendados todos os crimes perpetrados no coração do Poder. [...] |
| L14 | [...] Também o Ministro João Otávio de Noronha defendeu [...] |
| L18 | [...] Em paralelo , o Tribunal de Contas da União (TCU) assinalou flagrantes [...] |
| L24 | [...] deixou de contabilizar empréstimos tomados de Instituições Financeiras públicas [...] |
| L27 | [...] Em suma , houve uma maquiagem deliberadamente orientada [...] |
| L28 | [...] passar para a nação (e também aos investidores internacionais) a sensação [...] |
| L29 | [...] o Brasil estaria economicamente saudável [...] |
| L29-30 | [...] e, portanto, teria condições de manter os programas em favor das classes mais vulneráveis. [...] |
| L31 | [...] a Presidente incorrera , em tese, nos crimes capitulados nos artigos |
| L34-35 | [...] Ministro do TCU noticiou à BBC que alertara a Presidente acerca das irregularidades [...] |
| L36 | [...] em decisão histórica, inegavelmente técnica [...] |
| L44 | [...] Com efeito , a máscara da competência fora primeiramente arranhada [...] |

| PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|----------------|---|
| L45-46 | [...] Por todos os ângulos pelos quais se analise [...] |
| L46 | [...] impossível deixar de reconhecer [...] |
| L47 | [...] se revelava extremamente prejudicial ao Brasil [...] |
| L51 | [...] indagaram se essa suposta falha [...] |
| L52 | [...] porém , ninguém teve a audácia [...] |
| L54 | [...] Mas , como se diz popularmente, Pasadena foi apenas a ponta do “iceberg”, [...] |
| L56 | [...] constatando, a partir de colaborações premiadas [...] |
| L58 | [...] conquistas do Governo Dilma não passavam de meio para sangrar [...] |
| L67 | [...] Para a infelicidade do país [...] |
| L82-83 | [...] até que negar os descalabros ficasse impossível. [...] |
| L84 | [...] e diante de fortes indícios [...] |
| L88 | [...] seja sob o ponto de vista moral, seja sob o ponto de vista econômico [...] |
| L90 | [...] Com efeito , mesmo com todas as notícias veiculadas [...] |
| L91 | [...] estapafúrdia tese [...] |
| L96 | [...] Mas o quadro é ainda pior. [...] |
| L98 | [...] Não há mais como negar [...] |
| L101 | [...] por supostas palestras, dentre outras vantagens econômicas |
| L103-104 | [...] suposta prática de tráfico de influência [...] |
| L109-110 | [...] os fatos envolvendo a Petrobrás são notórios . [...] |
| L146-147 | [...] mas alguém que, segundo a própria denunciada, lhe é indissociável e NUNCA SAIU DO PODER . [...] |
| L152 | [...] Ora , se a Presidente era (e é) indissociável de Lula, muito provavelmente , sabia [...] |
| L155 | [...] Aliás, não se podem desconsiderar as fortes acusações feitas [...] |
| L156-157 | [...] Dilma teria sido imposta [...] |

| PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|----------------|---|
| L159 | [...] ex-Presidente Lula teria recebido [...] |
| L160 | [...] por supostas palestras. [...] |
| L161 | [...] Pois bem , ao invés de mandar investigar os estranhos recebimentos [...] |
| L163-164 | [...] em mais um sinal de que está disposta a tudo para proteger seu antecessor. [...] |
| L165 | [...] A esse respeito, cumpr ressaltar a constante defesa que a denunciada [...] |
| L176 | [...] Necessário apontar que, apesar da edição da Lei de Acesso à Informação [...] |
| L178 | [...] Estranhamente , as empresas tão bem representadas pelo ex-Presidente [...] |
| L181 | [...] o ex-Presidente Lula seria um verdadeiro promotor do Brasil [...] |
| L186 | [...] Existe a tese de que nada haveria contra a Presidente da República. [...] |
| L186-187 | [...] No entanto , os escândalos que se sucedem, [...] |
| L189-190 | [...] E os Poderes constituídos precisam , nos termos da Constituição Federal, agir. [...] |
| L193 | [...] encontra em situações questionáveis, sendo certo que , mais recentemente [...] |
| L195-196 | [...] Como de costume, seja com relação a Erenice Guerra, seja com relação a Graça Foster, seja [...] |
| L196-197 | [...] a Presidente agiu como se nada soubesse, como se nada tivesse ocorrido, [...] |
| L200 | [...] Para espanto de todos , Edinho Silva, tesoureiro da campanha da Presidente [...] |
| L203 | [...] Poder-se-ia aduzir que fatos anteriores ao exercício [...] |
| L204 | [...] seriam irrelevantes [...] |
| L206 | [...] Todavia , fazer referência a esses acontecimentos se revela preciso [...] |
| L207-208 | [...] mas com o intuito de evidenciar que a tese do suposto desconhecimento se mostra insustentável [...] |
| L209-210 | [...] porém , estando-se diante de uma verdadeira continuidade delitiva, [...] |
| L210-211 | [...] impossível crer que a Presidente da República não soubesse [...] |
| L211-212 | [...] E os crimes se estenderam a 2015, ou seja, invadiram o segundo mandato! [...] |
| L213-214 | [...] antes do descortinar dos fatos apurados na Lava Jato, até era crível que a compra de Pasadena se tivesse dado por um erro [...] |

| PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|----------------|---|
| L215 | [...] entretanto , passado todo esse tempo, [...] |
| L217 | [...] se revela modus operandi [...] |
| L221 | [...] máxima teria sido apenas negligente [...] |
| L224-225 | [...] afirma-se que tudo indica ter a denunciada agido com dolo, pois a reiteração dos fatos [...] |
| L228 | [...] Reforça o entendimento de que a Presidente da República agiu com dolo [...] |
| L230-231 | [...] Ademais , além de ser economista por formação, [...] |
| L232 | [...] não sendo possível negar [...] |
| L234 | [...] mostra bem que só pode alegar falta de elementos [...] |
| L236 | [...] lança-se mão de medida drástica, extrema, porém , CONSTITUCIONAL. [...] |
| L237 | [...] Apresentar esta denúncia constitui verdadeiro dever de quem [...] |
| L249 | [...] Se esta Casa não tomar as providências cabíveis [...] |
| L250 | [...] pois o Governo Federal já está movendo seus tentáculos [...] |
| L251 | [...] objetivando, novamente , favorecer [...] |
| L253-254 | [...] Aliás , o mesmo Professor denunciou [...] |
| L256 | [...] Cumpre, ainda , chamar atenção para o grave fato [...] |
| L259-260 | [...] Parte dos fatos objeto do presente feito pode constituir, além de crimes de responsabilidade, crimes comuns [...] |
| L262-263 | [...] Por razões desconhecidas dos ora subscritores, a representação ainda não foi avaliada [...] |
| L265 | [...] Todavia , a possível ocorrência de crime comum [...] |
| L266-267 | [...] Muito ao contrário , a existência de crimes comuns apenas reforça a necessidade de se punir a irresponsabilidade [...] |
| L267-269 | [...] Em primeiro lugar , tem-se que a Constituição Federal, a lei e a doutrina não afastam a possibilidade de dupla punição (por infração política e também penal) e, em segundo lugar [...] |
| L271 | [...] É o que ora se requer! [...] |
| L272 | [...] Centenas de juristas reunidos em tradicional comemoração [...] |

| PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|----------------|---|
| L275-276 | [...] a população foi maciçamente às ruas, em números muito superiores [...] |
| L280 | [...] O vídeo feito com o primeiro signatário, bem como carta de sua autoria [...] |
| L281 | [...] um dos líderes de tal Movimento, evidencia que, [...] |
| L282-283 | [...] estamos vivendo em uma falsa Democracia, sendo certo que o resgate da verdadeira se faz necessário [...] |
| L284 | [...] O processo de <i>Impeachment</i> visa à verdade real, [...] |
| L285 | [...] por conseguinte , desde logo [...] |
| L287 | [...] De todo modo , o que já há apurado resta suficiente [...] |
| L306 | [...] Nada menos que 63% [...] |
| L309-311 | [...] A realidade salta aos olhos! Ao contrário do que prega a denunciada e aqueles que lhe são próximos, notadamente o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o único golpe que se praticou foi a reeleição da Presidente; sem contar a sanha [...] |
| L313 | [...] Os crimes de responsabilidade de Dilma Vana Rousseff exigem uma resposta [...] |
| L316-317 | [...] é certo que os fatos que se sucederam, após aquela oportunidade, exigem nova denúncia [...] |
| L318-319 | [...] com ainda maior clareza , os crimes praticados por Dilma Rousseff., com destaque [...] |
| L321 | [...] caracterizando inafastável continuidade delitiva [...] |

Fonte: autoria própria.

Podemos verificar, no Quadro 38, uma quantidade expressiva de articuladores textuais, como havíamos dito, distribuídos em toda a estrutura composicional de T1, corroborando a predominância da natureza argumentativa do texto. Esses articuladores textuais exercem funções específicas ao longo da tessitura textual, como passamos a detalhar nos subtópicos que seguem, a partir das categorias empíricas.

5.3.1.1 Articuladores discursivo-argumentativos em T1

Passamos a explicitar os articuladores discursivo-argumentativos localizados em T1, no Quadro 39.

Quadro 39 – Articuladores discursivo-argumentativos em T1

| FUNÇÕES | PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|-------------------------------|----------------|--|
| contrajunção | L6-7 | [...] admitindo-se o quadro de horror que se estabeleceu no país; porém , não há que se falar em crise institucional. [...] |
| conjunção | L12-15 | [...] o Ministro Gilmar Mendes aduzido que, se soubesse, [...] Também o Ministro João Otávio de Noronha defendeu a abertura de investigação referente à campanha da denunciada. [...] |
| conclusão | L28-30 | [...] a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável e, portanto , teria condições de manter os programas em favor das classes mais vulneráveis [...] |
| explicação ou justificativa | L54-56 | [...] Pasadena foi apenas a ponta do “iceberg”, pois a Operação Lava Jato realizou verdadeira devassa em todos os negócios feitos pela Petrobrás, [...] |
| comparação | L145-146 | [...] quando se verifica que Lula é muito mais do que um ex-Presidente [...] |
| especificação/ exemplificação | L203-205 | [...] fatos anteriores ao exercício da Presidência da República seriam irrelevantes, como, por exemplo , a compra da Refinaria em Pasadena, [...] |
| correção/ redefinição | L211-212 | [...] E os crimes se estenderam a 2015, ou seja, invadiram o segundo mandato! [...] |
| generalização/ extensão | L253-254 | [...] pelo Eminentíssimo Jurista Modesto Carvalhosa, em recentes artigos. Aliás , o mesmo Professor denunciou a condescendência criminososa [...] |

Fonte: autoria própria.

Pelo exposto no Quadro 39, podemos observar a utilização de articuladores que exercem as diversas funções discursivo-argumentativas. Além de estabelecerem uma ação de coesão textual, esses articuladores também estabelecem uma ação argumentativa no plano de texto, exercendo, assim, as funções que destacamos no Quadro 39. Nos enunciados, essas funções assumem um papel argumentativo em relação ao propósito do texto, que é defender a tese de que “houve crime de responsabilidade”. Em L211–212, por exemplo, podemos identificar o articulador “ou seja”, que redefine a época referenciada, fazendo menção a 2015, que seria o primeiro mandato, e, logo em seguida, referindo-se ao segundo mandato. No entanto, percebemos a ausência de articuladores que desempenhem a função de comprovação. Essa ausência é por demais significativa, considerando-se o propósito de um texto argumentativo, o que resulta, certamente, na diminuição da força argumentativa em favor dessa tese.

5.3.1.2 Articuladores de organização textual em T1

No Quadro 40, logo adiante, identificamos os articuladores com a função de articuladores da organização textual.

Quadro 40 – Articuladores de organização textual em T1

| FUNÇÕES | PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|-----------------|----------------|--|
| Ênfase | L44 | [...] Com efeito , a máscara da competência fora primeiramente arranhada [...] |
| Adição | L84 | [...] Apesar das investigações em andamento e diante de fortes indícios [...] |
| exemplificação | L204-205 | [...] seriam irrelevantes, como, por exemplo , a compra da Refinaria em Pasadena, [...] |
| sequencialidade | L267-270 | [...] Em primeiro lugar , tem-se que a Constituição Federal, a lei e a doutrina não afastam a possibilidade de dupla punição (por infração política e também penal) e, em segundo lugar , diante da inércia da autoridade competente [...] |
| Ênfase | L318-319 | [...] os crimes praticados por Dilma Rousseff., com destaque para a rejeição das contas [...] |

Fonte: autoria própria.

De acordo com os excertos apresentados no Quadro 40, a ocorrência desses articuladores promove a organização textual, contribuindo com a estruturação da relação entre plano de texto e orientação argumentativa. Nesse caso, os articuladores “com efeito”, “e”, “por exemplo”, “em primeiro lugar ... em segundo lugar” e “com destaque”, cujas funções foram explicitadas, asseguram uma sucessão lógica de enunciados e orientam a interpretação a partir da criação de efeitos de sentido relacionados com a progressão e a sequencialidade com que os dados e/ou fatos são apresentados, argumentativamente, no fluxo textual.

Desse modo, em T1, os organizadores textuais indicam uma relação de antecedência e de precedência no sentido de uma mesma orientação argumentativa. Essas marcas linguísticas atuam diretamente na coesão e na coerência do texto, a um só tempo, contribuindo com a organização de seu plano de texto e incidindo sobre o seu percurso argumentativo, como podemos observar nas funções que elas exercem, enquanto tornam, ainda, os enunciados partes articuladas de um todo.

5.3.1.3 Articuladores metadiscursivos em T1

Outra categoria que identificamos é a dos articuladores que atribuem ponto de vista, comentários, impressões sobre o que é dito, os articuladores metadiscursivos, constituindo um fator importante na orientação argumentativa, que identificaremos e descreveremos no Quadro 41.

Quadro 41 – Articuladores metadiscursivos em T1

| FUNÇÃO | PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|---|----------------|--|
| formuladores textuais | L27 | [...] Em suma , houve uma maquiagem deliberadamente orientada [...] |
| delimitadores de domínio | L88 | [...] seja sob o ponto de vista moral , seja sob o ponto de vista econômico [...] |
| evidenciadores da propriedade autorreflexiva da linguagem | L213 | [...] Em outras palavras , antes do descortinar dos fatos apurados na Lava Jato, [...] |
| Modalizadores | L249 -250 | [...] Se esta Casa não tomar as providências cabíveis, a tendência é realmente este terrível quadro se acirrar, [...] |

Fonte: autoria própria.

Esses articuladores metadiscursivos, que têm suas funções destacadas no Quadro 41, são identificados em enunciados que reforçam a tese defendida em T1, que é a acusação de que “houve crime de responsabilidade”. No caso, destacamos os excertos em L27 e L213 como exemplos de articuladores metadiscursivos que se mostram a serviço de uma argumentatividade estruturada ao longo de T1. Podemos constatar, com esse quadro, que a metadiscursividade constitui um aspecto relevante na estruturação argumentativa do texto.

5.3.2 Pressupostos no pedido de *impeachment*

Apesar de pertencerem ao campo dos implícitos, os pressupostos apresentam-se por meio de marcadores bem definidos nos enunciados. No Quadro 42, que segue, apresentamos alguns marcadores que os sinalizam.

Quadro 42 – Pressupostos em T1

| TIPOLOGIA | PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|-------------|----------------|--|
| existencial | L5 | [...] O Governo Federal também tenta fazer crer que tal crise pode se tornar institucional; [...] |
| Verbal | L22 | [...] Essa <i>notitia criminis</i> demonstra que a Presidente, que sempre se apresentou como valorosa economista, pessoalmente responsável pelas finanças públicas, deixou de contabilizar empréstimos tomados de Instituições Financeiras públicas [...] |
| construção | L51 | [...] Mas, como se diz popularmente, Pasadena foi apenas a ponta do “iceberg”, [...] |
| adverbiais | L90 | [...] Mas o quadro é ainda pior. [...] |

Fonte: autoria própria.

Conforme destacados nos excertos de acordo com sua tipologia, esses marcadores dos pressupostos denotam uma contribuição para a condução da orientação argumentativa em T1. Verificamos em L5 uma nominalização precedida de artigo “O Governo Federal”. Em L22, a evocação de uma possível sucessão de fatos, com a expressão “deixou de”. Em L51, faz aparecer como pressuposto do enunciado introduzido. Em L90, temos uma estrutura adverbial, “ainda”, estabelecendo uma relação de implícito.

5.3.3 Modalidades do discurso no pedido de *impeachment*

No Quadro 43, trataremos das modalidades do discurso, outra categoria utilizada para o desenvolvimento das análises deste estudo, uma vez que também estão diretamente relacionadas com a orientação argumentativa.

Quadro 43 – Modalidades do discurso em T1

| TIPOLOGIA | PLANO DE TEXTO | EXCERTOS T1 |
|-------------------------------|----------------|--|
| verbos no futuro do pretérito | L29 | [...] a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável e, portanto, teria condições [...] |
| advérbios modalizadores | L152 | [...] Ora, se a Presidente era (e é) indissociável de Lula, muito provavelmente , sabia que ele estava viajando o mundo [...] |
| auxiliares modais | L203 | [...] Poder-se-ia aduzir que fatos anteriores ao exercício da Presidência da República seriam irrelevantes, [...] |

| | | |
|---------------------------------|----------|--|
| verbos de atitude proposicional | L210 | [...] impossível crer que a Presidente da República não soubesse o que estava passando a sua volta. [...] |
| predicados cristalizados | L316-317 | [...] Registre-se, por oportuno, que, embora os denunciantes já tenham ofertado anterior pedido de <i>Impeachment</i> contra a denunciada, inclusive aditando-o, é certo que os fatos que se sucederam, [...] |

Fonte: autoria própria.

Como podemos perceber no Quadro 43, as modalidades do discurso revelam uma gradação no nível de engajamento do que é dito, em função da tese defendida, ora utilizando verbos, como em L29, L203 e L210, ora advérbios, como em L152, ora com predicados, como em L316-317. Verificamos, ainda, que a tipologia das modalidades do discurso em T1, explicitada no Quadro 27 e identificada nos excertos acima, é um recurso argumentativo utilizado em T1, em que o enunciador estabelece um certo distanciamento, relativamente ao que é dito, dando a entender que os fatos apresentados constituem, por si sós, verdades a serem levadas em conta na afirmação da tese que está sendo defendida.

5.3.4 Autoridade polifônica no pedido de *impeachment*

Trazemos, no Quadro 44, excertos de marcas linguísticas que remetem ao recurso da autoridade polifônica, que funciona como reforço dos movimentos argumentativos de persuasão.

Quadro 44 – Autoridade polifônica em T1

| PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|----------------|--|
| L2 | [...] o Governo Federal insista que se trata [...] |
| L10 | [...] O Tribunal Superior Eleitoral , em longo e minucioso processo, tem apurado [...] |
| L16-17 | [...] o Tribunal Superior Eleitoral decidiu reabrir o julgamento [...] |
| L18 | [...] o Tribunal de Contas da União (TCU) assinalou [...] |
| L34 | [...] Ministro do TCU noticiou à BBC [...] |
| L49-50 | [...] a Presidente da República era presidente do Conselho da Estatal e deu como desculpa [...] |
| L73-74 | [...] ao prestar seu segundo depoimento em colaboração, Alberto Youssef asseverou que, [...] |
| L106-107 | [...] o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª. Região , por meio de acórdão prolatado [...] |

| | |
|-----------|--|
| L158-159 | [...] houve o vazamento de um relatório do COAF , dando conta de que [...] |
| L3017-308 | [...] população brasileira quer o <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff, revela pesquisa CNT/MDA [...] |

Fonte: autoria própria.

Essas ocorrências da utilização da autoridade polifônica, que são igualmente observáveis ao longo de todo o texto da denúncia, fornecem elementos que evidenciam a existência de plano de texto pautado na tentativa de uma maior persuasão, antecipando-se a contra-argumentos, a partir da evocação de uma polifonia discursiva própria, sobretudo de instâncias jurídicas. Nesse sentido, em L10, L16-17 e também em L106-107, cujos enunciados evocam o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Federal da 4ª região, respectivamente, identificamos a estratégia de se estabelecer uma argumentação de tipo que se fundamenta por autoridade.

5.4 ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA NA DEFESA NO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF – T2

Nesta subseção, trazemos as marcas linguísticas que orientam T2, argumentativamente, conforme Koch (2011) e Koch e Elias (2018). Para tanto, retomamos cada categoria linguística adotada na análise, seguindo os mesmos procedimentos descritivos e interpretativos adotados no tópico anterior, relativo à análise de T1.

5.4.1 Articuladores textuais na resposta à acusação

Neste subtópico, apresentaremos um quadro geral dos operadores argumentativos e suas marcas linguísticas em T2 (Quadro 45). Além disso, indicaremos uma incidência significativa dessas marcas, o que corrobora a predominância de sequências argumentativas no texto.

Quadro 45 – Articuladores textuais em T2

| PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|----------------|--|
| L4-5 | [...] exige que inicialmente se rememore [...] |
| L8 | [...] Do mesmo modo, também é necessário [...] |
| L13 | [...] Essa contextualização, mesmo que feita em apertadas linhas, [...] |
| L22 | [...] Tendo em vista a natureza jurídico-política dos processos de <i>impeachment</i> [...] |
| L24 | [...] absolutamente indispensável para a melhor compreensão [...] |
| L30-31 | [...] A defesa da Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff, sempre acreditou e continuará acreditando [...] |
| L31-32 | [...] como já no passado registrou [...] |
| L41 | [...] Para a melhor análise fática, jurídica e valorativa deste processo [...] |
| L64-65 | [...] após prévio entendimento com o Presidente Eduardo Cunha [...] |
| L69 | [...] situação escandalosamente violadora da Constituição [...] |
| L71 | [...] regras que estabeleciam um rito sumaríssimo [...] |
| 72 | [...] sem que garantias básicas [...] |
| 73 | [...] exercício do direito de defesa estivesse minimamente garantidos [...] |
| 74 | [...] Os protestos da base governista foram imediatos, mas a intransigência do Presidente [...] |
| 75-76 | [...] se apresentava como intransponível, em claro alinhamento com os partidos opositores. [...] |
| 77 | [...] com clara violação aos direitos subjetivos [...] |
| 82 | [...] monocraticamente concedidas [...] |
| 83 | [...] normas arbitrariamente editadas [...] |
| 85 | [...] Estas decisões do Supremo Tribunal Federal fizeram com que [...] |
| 86 | [...] A pressa em deixar o cenário pronto [...] |
| 88 | [...] naturalmente , se sobrepuja ao desejo de provar [...] |
| 89 | [...] Não era conveniente esperar [...] |
| 94 | [...] Assumindo sua clara vinculação com partidos da oposição [...] |
| 95-96 | [...] novo pedido acompanhados publicamente pelos líderes dos partidos opositores [...] |
| 96 | [...] e de movimentos que, hoje sabe , recebiam apoio dissimulado [...] |
| 98 | [...] Na verdade , este novo pedido de abertura de um processo de <i>impeachment</i> [...] |

| PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|----------------|--|
| 99 | [...] além das antigas denúncias já deduzidas [...] |
| 103 | [...] A estratégia desse novo pedido era clara [...] |
| 103-104 | [...] Atendendo a sinalização do Sr. Presidente da Câmara, Eduardo Cunha [...] |
| 104-105 | [...] o pedido originalmente apresentado não tinha condições jurídicas de prosperar [...] |
| 106-107 | [...] De fato , como adiante se especificará, [...] |
| 111 | [...] Por óbvio , um acolhimento nesse momento de uma denúncia [...] |
| 112-113 | [...] retiraria toda e qualquer credibilidade pública desta decisão, [...] |
| 114 | [...] Demonstraria, às claras [...] |
| 115 | [...] mas ainda, de forma escancarada , o absoluto [...] |
| 116 | [...] Além de tudo isso [...] |
| 118 | [...] poderia ser facilmente derrubada no Poder Judiciário [...] |
| 119-120 | [...] mais rapidamente possível, [...] |
| 121 | [...] “aparência de coerência” e de “seriedade” [...] |
| 125 | [...] Pretendia ele deixar tudo perfeitamente ajustado [...] |
| 130 | [...] acrescia fatos hipoteticamente ilícitos [...] |
| 132-133 | [...] aceita e executada fielmente. [...] |

Fonte: autoria própria.

Uma vez apresentados os operadores argumentativos, por meio dos articuladores textuais, conforme o Quadro 45, passaremos a tratar, nos próximos subtópicos, de excertos textuais com tipologias de articuladores textuais, pressupostos, modalizadores do discurso e autoridade polifônica.

5.4.2.1 Articuladores discursivo-argumentativos em T2

Para analisarmos os articuladores discursivo-argumentativos em T2, tomamos como parâmetro as mesmas funções identificadas em T1. Vejamos a descrição no Quadro 46.

Quadro 46 – Articuladores discursivo-argumentativos em T2

| FUNÇÕES | PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|-----------------------------|----------------|--|
| conjunção | L8 | [...] Do mesmo modo, também é necessário que se faça uma prévia [...] |
| explicação ou justificativa | L34 | [...] E será unicamente na busca da revelação da verdade que a seguir se procurará [...] |
| Contrajunção | L74 | [...] Os protestos da base governista foram imediatos, mas a intransigência do Presidente [...] |

Fonte: autoria própria.

Considerando a menor densidade textual de T2, identificamos, conforme Quadro 46, uma quantidade menor dos articuladores discursivo-argumentativos. Destacamos os enunciados apresentados, nos excertos L8, L34 e L74, cujas funções são, respectivamente, ligar argumentos que apontam para uma mesma conclusão, que manifestam uma atitude expressa no enunciado anterior, e adversidade.

5.4.1.2 Articuladores de organização textual em T2

Apresentamos, no Quadro 47, excertos que apresentam articuladores de organização textual em T2.

Quadro 47 – Articuladores de organização textual em T2

| FUNÇÃO | PLANO DE TEXTO | EXCERTO |
|--------------|----------------|---|
| equivalência | L8-9 | [...] Do mesmo modo, também é necessário que se faça uma prévia contextualização [...] |
| adição | L17-18 | [...] Este processo, como se demonstrará, nasceu marcado por um pecado original e tramita impulsionado por intenções políticas [...] |
| ênfase | L98 | [...] Na verdade , este novo pedido de abertura de um processo de <i>impeachment</i> [...] |
| certeza | L111 | [...] Por óbvio , um acolhimento nesse momento de uma denúncia [...] |

Fonte: autoria própria.

Em T2, identificamos que os articuladores de organização textual exercem a função de orientar o texto, argumentativamente, em favor da tese defendida. Nesse sentido, destacamos os enunciados dos excertos L98 e L111, “na verdade” e “Por

óbvio”, que, claramente, exercem o papel de organização textual, mas, fundamentalmente, de uma organização textual marcada no plano de texto, a serviço da orientação argumentativa.

5.4.1.3 Articuladores metadiscursivos em T2

A metadiscursividade também é verificada em T2, a partir de marcas linguísticas, que destacamos no Quadro 48.

Quadro 48 – Articuladores metadiscursivos em T2

| FUNÇÕES | PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|--------------------------|----------------|--|
| delimitadores de domínio | L22 | [...] Tendo em vista a natureza jurídico-política dos processos de <i>impeachment</i> [...] |
| formuladores textuais | L48 | [...] quanto a abertura deste processo de <i>impeachment</i> , [...] |
| modalizadores | L69 | [...] fixar estas normas em situação escandalosamente violadora da Constituição [...] |

Fonte: autoria própria.

Em L22, L48 e L69, verificamos a intenção de buscar uma argumentatividade a partir da interação com o próprio texto, quer indicando a sua natureza, quanto ao domínio discursivo, quer se referindo ao próprio processo, e ainda, modalizando a própria enunciação.

5.4.2 Pressuposição na resposta à acusação

Trazemos, no Quadro 49, marcas linguísticas da pressuposição em T2.

Quadro 49 – Pressuposição em T2

| TIPOLOGIA | PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|-------------|----------------|---|
| existencial | L30 | [...] A defesa da Sra. Presidenta da República , Dilma Rousseff, [...] |
| verbal | L31 | [...] continuará acreditando que o desenrolar dos fatos [...] |
| adverbiais | L60-61 | [...] os mesmos cidadãos reiteraram seu pedido original, vindo ainda a aditá-lo, “Mas o quadro é ainda pior.” [...] |
| construção | L118 | [...] E assim foi feito pelos cidadãos que renunciaram a seu pedido anterior [...] |

Fonte: autoria própria.

Como observamos no Quadro 49, a pressuposição também marca a relação entre o plano de texto e a orientação argumentativa em T2. Nosso destaque é para o enunciado constante do excerto da L60-61, “o quadro é ainda pior”, que conduz o leitor à necessidade de uma contextualização já está marcada por um elemento adverbial, que, por sua vez, remete a implícitos de uma condição que não se revela formalmente, em sua totalidade, no texto.

5.4.3 Modalidades do discurso na resposta à acusação

Em T2, verificamos marcas linguísticas indicadoras de modalizações do discurso que também orientam, argumentativamente, o plano de texto, conforme descrição no Quadro 50.

Quadro 50 – Modalidades do discurso em T2

| FUNÇÃO | PLANO DE TEXTO | EXCERTOS |
|---------------------------------|----------------|---|
| predicados cristalizados | L8 | [...] também é necessário que se faça uma [...] |
| verbos de atitude proposicional | L30-31 | [...] A defesa da Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff, sempre acreditou e continuará acreditando [...] |
| advérbios modalizadores | L36 | [...] na defesa de um mandato presidencial legitimamente conquistado nas urnas [...] |
| verbos no futuro do pretérito | L118 | [...] início do atual mandato da Presidenta Dilma Rousseff poderia ser facilmente derrubada no Poder Judiciário. [...] |
| auxiliares modais | | |

Fonte: autoria própria.

Buscamos descrever a modalização discursiva em T2, a partir dos exemplos dos excertos mostrados no Quadro 50, destacando essa modalização pelo predicado cristalizado, em L8, pelas marcas verbais, como em L30-31 e L118, pela marca adverbial, em L36. Com esse recurso, percebe-se como estrutura-se o discurso argumentativo de defesa, ao constituir uma estratégia argumentativa que permite uma certa liberdade enunciativa, quanto ao engajamento dos interlocutores com relação ao conteúdo enunciado.

5.4.4 Autoridade polifônica na resposta à acusação

As marcas linguísticas de autoridade polifônica também são verificadas em T2, como podem ser observadas no Quadro 51.

Quadro 51 – Autoridade polifônica em T2

| PLANO DE TEXTO | EXCERTO |
|----------------|---|
| 32-33 | [...] a elegante pena de Machado de Assis , sempre acabará por revelar que “ <i>a verdade sai do poço, sem indagar quem se acha à borda</i> ”. [...] |
| L56-57 | [...] os cidadãos Hélio Pereira Bicudo e Janaína Paschoal , ofereceram à Câmara dos Deputados denúncia [...] |
| L59-60 | [...] atendendo a uma notificação do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha , [...] |
| L63-65 | [...] os líderes dos partidos de oposição (PSDB, DEM, Solidariedade, PPS, PSC e PTB), após prévio entendimento com o Presidente Eduardo Cunha , apresentaram questão de ordem [...] |
| L74 | [...] Os protestos da base governista foram imediatos [...] |
| L85 | [...] Estas decisões do Supremo Tribunal Federal [...] |

Fonte: autoria própria.

Nesse quadro, damos destaque às vozes evocadas para estabelecer uma argumentação por autoridade, em T2. Nesse caso, as vozes trazidas para o texto estão a serviço de uma contra-argumentação que busca consolidar a tese de que “não houve crime de responsabilidade”.

Como em T1, podemos identificar em T2 a relação entre plano de texto e orientação argumentativa, evidenciada pelas marcas linguísticas que destacamos, uma vez que cada marca inscrita no plano de texto vai direcionando o leitor para uma conclusão pretendida pelo texto, a de acusar, no caso de T1, e a de defender, no caso de T2.

6 SÍNTESE DE RESULTADOS

Nesta seção, apresentaremos uma síntese da pesquisa, com ênfase para os resultados obtidos a partir da análise do *corpus* observados durante a investigação. Reiteramos que, metodologicamente, atribuímos para o *corpus* a identificação “T1”, para o texto da denúncia, e “T2”, para o texto da defesa. Destacamos, ainda, em T1, a orientação argumentativa de acusar a denunciada, com base na tese de que houve prática de crime de responsabilidade, e em T2, a de defender, com base na tese de que não houve crime de responsabilidade. Ademais, relembramos a definição metodológica de eleger uma seção em cada um dos dois documentos, como textos para a análise, sendo T1, extraído da seção “Dos Fatos”; e T2, da seção “Da contextualização geral”, como explicitado no Quadro 30.

Quanto aos planos de texto, verificamos que estabelecem uma relação estrutural específica para essa denúncia e para essa defesa, conforme apresentados nos Quadros 37 e 38. Em comum, destacamos o fato de que ambos os textos não apresentam um sumário prototípico, o que constituiria, em nossa análise, um elemento importante para o desvelamento da orientação argumentativa, principalmente no caso de T2, que se apresenta um volume textual considerável, relativamente a T1. A ausência, em T1, de um sumário prototípico não favorece um reconhecimento de um plano de texto explicitamente marcado, deixando, assim, de contribuir para uma primeira compreensão global do documento, o que é recuperado com a sua reconstituição, como pode ser visto no Quadro 33.

Em relação aos planos de texto, eles estão em acordo com a intenção comunicativa de acusar e defender, estruturando a formulação de argumentos favoráveis à tese de que houve crime de responsabilidade em T1, e contrários a esta tese, em T2. A estruturação do plano de texto em T1 atende, portanto, ao seu propósito de acusação, denúncia; e, em T2, ao de “resposta à acusação”, contra-argumentando a “denúncia”. Em T2, a estruturação da argumentação é mais detalhada e específica, o que é explicitado de entrada, na própria composição do sumário.

Em ambos os textos, o plano de texto é inaugurado pela utilização de epígrafes que, estrategicamente utilizadas, em função de sua natureza textual-discursiva, sinalizam, de entrada, as suas orientações argumentativas dos respectivos textos, conforme pode-se observar no Quadro 29. Percebemos que essa é uma

estratégia que, no caso dos textos analisados, resulta em um significativo reforço argumentativo, ou mesmo retórico, uma vez que corrobora as teses defendidas, antecipando-as, o que amplia sua função no peritexto, indo além assim uma possível função meramente estética ou de “adorno” estilístico.

Quanto ao que se refere à orientação argumentativa, identificamos quantidade significativa de operadores que justificam a natureza genérica dos dois textos, na perspectiva da interdiscursividade em que se originam e circulam, considera as formações discursivas do jurídico e do político que o constituem e instituem, nos documentos do processo de *impeachment*. Nesses textos, observa-se um predomínio da argumentação, e, por conseguinte, a presença dos inúmeros operadores (em quantidade e diversidade) que constituem as marcas linguísticas das orientações argumentativas prendidas – argumentação para acusar, contra-argumentação para defender. Assim sendo, as marcas linguísticas, por meio dos operadores, encadeiam enunciados que, em T1, visam argumentar a favor do *impeachment*, e em T2, contra.

No que se refere aos operadores argumentativos, desenvolvemos a análise com base em quatro categorias: os articuladores textuais, os pressupostos, os modalizadores do discurso e a autoridade polifônica. Nesse ponto, além da ocorrência dessas categorias nos textos analisados, observamos a predominância, em ambos os textos, dos articuladores textuais, o que nos levou à necessidade de um aprofundamento dessa análise, por meio da interpretação de suas funções, não apenas no interior dos enunciados, mas também entre eles. No Quadro 52, apresentaremos uma síntese, com exemplos dos articuladores textuais, a partir de suas funções em T1 e T2.

Quadro 52 – Síntese das marcas linguísticas de articuladores textuais em T1 e T2

| FUNÇÕES | T1 | T2 |
|---|-------------|-----------|
| Articuladores discursivos-argumentativos | | |
| Contrajunção | Porém | Mas |
| Conjunção | Também | Também |
| Conclusão | Portanto | - |
| explicação ou justificativa | Pois | Que |
| Comparação | mais do que | - |
| especificação/exemplificação | por exemplo | - |
| correção/redefinição | ou seja | - |
| generalização/extensão | Aliás | - |
| Articuladores de organização textual | | |

| | | |
|---|--|----------------------------|
| Ênfase | com efeito | - |
| Equivalência | - | Também |
| Adição | E | E |
| Exemplificação | por exemplo | - |
| Sequencialidade | em primeiro lugar ... em segundo lugar | - |
| Ênfase | com destaque | na verdade |
| Certeza | - | por óbvio |
| Articuladores metadiscursivos | | |
| formuladores textuais | em suma | quanto a |
| delimitadores de domínio | ponto de vista moral | natureza jurídico-política |
| evidenciadores da propriedade autorreflexiva da linguagem | em outras palavras | - |
| Modalizadores | Realmente | escandalosamente |

Fonte: autoria própria.

Quanto às marcas linguísticas da pressuposição, apresentaremos o Quadro 53, como síntese, indicando os operadores, de acordo com a tipologia identificada.

Quadro 53 – Síntese das marcas linguísticas da pressuposição

| TIPOLOGIA | T1 | T2 |
|------------------|-------------------|-------------------------|
| existencial | o Governo Federal | Presidente da República |
| Verbal | deixou de | continuará |
| construção | Foi | Foi |
| adverbial | Ainda | ainda |

Fonte: autoria própria.

Do mesmo modo, o Quadro 54 consiste em uma síntese dos modalizadores do discurso, de acordo com a tipologia identificada.

Quadro 54 – Síntese das marcas linguísticas dos modalizadores do discurso em T1 e T2

| TIPOLOGIA | T1 | T2 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| verbo no futuro do pretérito | Estaria | poderia |
| advérbio modalizador | provavelmente | legitimamente |
| auxiliar modal | poder-se-ia | |
| verbo de atitude proposicional | Crer | acreditou |
| predicado cristalizado | é certo | é necessário |

Fonte: autoria própria.

Por sua vez, quanto à autoridade polifônica, o Quadro 55 estabelece uma síntese com esses operadores, de acordo com a tipologia identificada.

Quadro 55 – Síntese das marcas linguísticas da autoridade polifônica

| T1 | T2 |
|--|--|
| Governo Federal | Machado de Assis |
| Tribunal Superior Eleitoral | Hélio Pereira Bicudo e Janaína Paschoal |
| Ministro do TCU | Deputado Eduardo Cunha |
| Presidente da República | Líderes dos partidos de oposição |
| Alberto Youssef | Base governista |
| Tribunal Regional Federal da 4ª região | Supremo Tribunal Federal |

Fonte: autoria própria.

Os quadros desta seção representam, portanto, uma síntese das marcas linguísticas levantadas a partir da análise do *corpus*. Na próxima seção, apresentaremos as considerações conclusivas desta pesquisa.

7 CONCLUSÕES

Como em toda pesquisa acadêmica, foram muitos os desafios no percurso, principalmente por termos, em todo o tempo, a consciência da necessidade produzirmos conhecimento pertinente e relevante, como contribuição significativa para com os estudos linguísticos do texto. Mas não somente isso, tínhamos a consciência da necessidade de apresentar à academia um trabalho que pudesse suscitar novas pesquisas do âmbito da Linguística Textual e da Análise Textual dos Discursos (ATD).

Esta tese é a primeira pesquisa que relaciona, tematicamente, o plano de texto e a orientação argumentativa, à luz dos operadores argumentativos e, mais particularmente, a partir das categorias dos articuladores textuais, dos pressupostos, da autoridade polifônica e das modalidades do discurso. Com base nessas categorias de análise, podemos identificar a materialidade linguístico-discursiva de aspectos que contribuem não apenas para a orientação argumentativa como também para a estrutura composicional do plano de texto. Ainda com relação às categorias do plano de texto e da orientação argumentativa, acreditamos que estamos contribuindo para a ampliação teórica do quadro metodológico da ATD, principalmente no que se refere à investigação linguística que envolve, ao mesmo tempo, diferentes níveis de análise, dentre os propostos por Adam (2011).

Neste momento, podemos concluir que a pesquisa tem relevância em diversos aspectos, entre os quais, sobretudo, naquilo que diz respeito à sua contribuição para os estudos em linguística textual, mais especificamente no âmbito da ATD, e, mais amplamente, para os estudos da linguagem, na forma de elementos de informação sobre a temática abordada. Ademais, a pesquisa também tem relevância do ponto de vista histórico, social e político, por estabelecer, como objeto de estudo, textos de documentos que, situados na história recente, estão diretamente relacionados com transições políticas que impactaram os rumos da nação, em seus anseios de estabilização democrática.

Nesse contexto, aliás, chamamos a atenção para o fato de utilizarmos, como objeto de análise, textos antagônicos quanto aos pontos de vista assumidos em seus movimentos argumentativos. Com isso, esta perspectiva aponta para a importância e a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que envolvam estudos do componente argumentativo do texto, sobretudo em *corpora* dessa natureza, em que

se caracterize, ainda mais, a dinâmica da argumentação e da contra-argumentação, em sua direta correlação com os planos de texto.

Por outro lado, destacamos, como um dos avanços desta tese, com relação às pesquisas desenvolvidas pelo grupo, o fato de efetivarmos a análise de textos que têm a característica de terem origem e circularem em ambas as formações discursivas, a jurídica e a política. Tendo em vista a recorrência, atualmente, de denúncias, ou pedidos de *impeachment*, contra autoridades públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal, consideramos que se faz necessário um reforço nos estudos que venham estabelecer as linhas gerais, predominantes e eventualmente recorrentes, as características de estruturas composicionais que levem à identificação de uma espécie de plano de texto prototípico, de tal modo que se possa aplicar, de forma operatória, a análises pertinentes de documentos constitutivos e decorrentes de denúncias dessa natureza.

Em decorrência, torna-se pertinente, cada vez mais, o desenvolvimento de pesquisas que possam imbricar, entre si, dois ou mais níveis de análise, dentre aqueles propostos pela ATD, permitindo, assim, uma maior completude nos estudos nessa perspectiva da Linguística Textual. Do mesmo modo, acreditamos que deve ser promovido, cada vez mais, o desenvolvimento de pesquisas linguísticas em textos representativos das mais diversas formações discursivas, notadamente aqueles que, em decorrência de sua produção, circulação e função histórico-social, situem-se na perspectiva de um interdiscurso singular, que os tornam mais complexos e, portanto, mais relevantes, enquanto objetos de pesquisa.

Verificamos, ainda, que os operadores argumentativos que marcam a articulação textual, os pressupostos, as modalizações do discurso e a autoridade polifônica são fundamentais para o estabelecimento de um plano de texto com orientação argumentativa. Assim, dentre os fatores de estruturação de um plano de texto, podemos destacar, justamente, os articuladores textuais, como recurso textual-discurso para determinar, com eficácia, sua orientação argumentativa.

Enfim, com base nas análises, podemos reafirmar a existência de uma relação entre o plano de texto e a orientação argumentativa, tanto em T1 quanto em T2, a partir das marcas linguísticas com base nos operadores argumentativos, os pressupostos, as modalidades do discurso e a autoridade polifônica. Esses elementos mantêm a coesão e a coerência textuais, estabelecendo efeitos de sentido que sustentam as teses ali propostas e defendidas.

Do mesmo modo, no *corpus* analisado, a orientação argumentativa em ambos os textos pode ser explicitada pelo plano de texto, em sua correlação com os operadores argumentativos, os seus articuladores, os pressupostos, a modalidade dos discursos e a autoridade polifônica. Identificamos ainda que, no caso, além de exercerem a função de conexão e de articulação argumentativa dos enunciados, esses elementos também marcam o plano de texto, justamente, no que se refere à sua orientação argumentativa.

Apresentamos, a seguir, asserções conclusivas permitidas, a partir dos resultados desta investigação, com referência às questões de pesquisa e, por conseguinte, aos objetivos propostos:

- identificamos e descrevemos os planos de texto do *corpus* estabelecido para análise nesta tese, a saber: T1, denúncia de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, a seção “Dos fatos; e, T2, a resposta à acusação, seção “Da contextualização geral”;
- identificamos e descrevemos as marcas linguísticas da argumentação e suas funções, em T1 e T2, que determinam a orientação argumentativa dos textos, utilizando categorias de operadores argumentativos; e
- descrevemos a relação que se estabelece entre o plano de texto e a orientação argumentativa, tomando como referência as marcas linguísticas da argumentação em T1 e T2.

Portanto, com base na análise, concluímos e confirmamos que o plano de texto e a orientação argumentativa na acusação e na defesa no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff estabelecem uma estreita relação entre si, o que pode ser evidenciado pelas marcas linguísticas dos operadores argumentativos, dos articuladores textuais, dos pressupostos, dos modalizadores do discurso e da autoridade polifônica.

Ademais, foi mostrado que a polaridade discursivo-argumentativa de acusar e defender também pode ser identificada pelas marcas linguísticas e que sua disposição no plano de texto contribui para a construção dos efeitos de sentido pretendidos. T1 e T2 estabelecem uma relação de oposição discursiva, portanto, com base no direcionamento argumentativo de sua estrutura composicional.

Nessa perspectiva, lembramos que, com a crescente utilização de redes sociais, como espaço para a exposição de ideias, pontos de vista e opiniões, os inúmeros recursos da argumentação devem ser a principal estratégia utilizada, ou que

se pretende utilizar, em tais manifestações. Como sabemos, argumentar é um recurso inerente à linguagem humana e, como tal, está diretamente relacionada com as manifestações da intersubjetividade nas interações sociais, com as decorrentes implicações nas complexidades da inserção social e da constituição da cidadania. Por isso, chamamos a atenção para a necessidade de uma maior ênfase no processo educacional em sala de aula, relativamente a essa temática, principalmente nas disciplinas que envolvam a Língua Portuguesa como núcleo central.

Assim, esperamos, também, contribuir com essa discussão no âmbito do ensino da Língua Portuguesa, sobretudo fornecendo elementos de reflexão sobre mecanismos de orientação argumentativa que possam, na formação do sujeito humanizado e integral, em sua cidadania, ampliar o entendimento pedagógico da argumentação para além de uma perspectiva meramente aplicacionista, nos moldes do “bem falar e bem escrever” baseados na gramatical tradicional. Nesse sentido, então, esperamos que esta investigação, por meio dos resultados apresentados, possa promover cada vez mais o interesse acadêmico e educacional pelos estudos linguísticos do texto, como indicativa de novos e desafiadores caminhos para a produção de conhecimento sobre as mais diversas possibilidades de usos da língua materna e, entre elas, em particular, a argumentação.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. Introduction aux problèmes du text. *In*: ADAM, Jean-Michel (dir.). **Faire texte**: frontières textuelles et opérations de textualisation. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2015. p. 11-33.

ADAM, Jean-Michel. O que é linguística textual? *In*: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHABEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (org.). **Linguística textual**: interfaces e definições: homenagem a Ingedore Grunfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017. p. 23-57.

ADAM, Jean-Michel. Texte et intra-texte: retour sur un rendez-vous manqué de l'analyse de discours et de la linguistique textuelle. *In*: GOMES, Alexandro Teixeira Gomes; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças (org.). **Análise textual dos discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio, 2018. p. 15-50.

ADAM, Jean-Michel. **Textos**: tipos e protótipos. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, Jean-Michel. La notion de texte. *In*: *ENCYCLOPÉDIE grammaticale du Français*. Disponível em: <http://encyclogram.fr>. Acesso em: 25 fev. 2020.

ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute. **O texto literário**: por uma abordagem interdisciplinar. Tradução de João Gomes da Silva Neto e Márcio Venício Barbosa. São Paulo: Cortez, 2011.

AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

AQUINO, Lucélio Dantas de. **Representações discursivas de Lula nas capas das revistas Época e Veja**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20370>. Acesso em: 22 maio 2020.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e arte poética**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Edições Ouro, 1969.

AUSTIN, Jonh Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BALDINI, Lauro José Siqueira. Frege e Russell: a questão do pressuposto. **Línguas e instrumentos linguísticos**, n. 27-28, p. 11-26, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. *Impeachment*: crime de responsabilidade: exoneração do cargo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 212, p. 161-174, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47174/45642>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (org.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mario; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BRASIL. **Código de processo penal**. Decreto-lei Nº 3.689/1941. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529749/codigo_de_processo_penal_1ed.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 1.079, de 10 de abril de 1950**. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1079.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.
BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividades de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discurso**: por um interacionismo sócio-discursivo. Tradução Anna Rachel Machado e Pericles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999b.

BROSSARD, Paulo. **O impeachment**. Porto Alegre: Livraria Globo, 1965.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras**: dizer e argumentar. São Paulo: Contexto, 2017.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARDOSO, Ana Tázia Patrício de Melo. **O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff**: micropolíticas do possível em Gabriel Tarde. 2018. 155 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

CARDOSO, Marília Silva Lemos. **A história de um delito**: a sequência narrativa em termos de depoimento. 2017a. 105 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23996>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CARDOSO, Valter Régis de Souza. **As sequências narrativas em sentença judicial**. 2017b gênero textual. 131 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23999>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; FARIA, Maria da Graça dos Santos; CARVALHO, Ana Paula Lima de. Sobre intertextualidades estritas e amplas. *In*: **Revista de Letras**, Curitiba, n. 36, v. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: www.periodicos.ufc.br/revletras/article/download/31250/71735. Acesso em: 5 fev. 2019.

CERVO, Arnaldo Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado (coord.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto.; SILVEIRA, Denise Tolfo. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: EdUFRS, 2009. p. 31-42.

COSTA, Elis Betânia Guedes da. **O plano de texto e as marcas linguísticas da responsabilidade enunciativa no artigo de opinião do vestibular 2010 da UFRN**. 2015. 162 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação e Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21127>. Acesso em: 28 fev. 2020.

COUTINHO, Antónia Maria. **Texto e(m) linguística**: teorias, cruzamentos, aplicações. Lisboa: Colibri, 2019.

COUTINHO, Antónia Maria. **Textos(s) e competência textual**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Magda França Lopes. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DAMELE, Giovanni; PINTO, Rosalice; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Argumentação à luz da racionalidade e da emoção**. Portugal: Grácio Editor, 2018.

DIJK, Teun Adrianus van. **Discurso e poder**. Organização de Judith Hoffnagel e Karina Falcone. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**. Tradução de Maria Aparecida Barbosa *et al.* São Paulo: Global, 1981.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

ESTRELA, Simone da Costa. **As modalizações em sentenças judiciais**: a ação da linguagem na representação dos mundos formais. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FERREIRA, Isabel Romena Calixta. **A (não) assunção da responsabilidade enunciativa em narrativas das sentenças condenatórias de crimes contra a mulher**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística textual**: introdução. 4. ed. São Paulo: Cortez [1983] 2012.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de Retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FONSECA, Angélica Ferreira da. **A relação responsabilidade enunciativa/emoção nos discursos políticos de posse de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff**. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22728>. Acesso em: 1 mar. 2020.

FONSECA, Francisco Geonilson Cunha Fonseca. **Os operadores argumentativos como estratégia linguística e discursiva da argumentação na sentença judicial**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21161>. Acesso em: 1 abr. 2020.

FONSECA, Francisco Geonilson Cunha. **Argumentação e aspectos retóricos das representações discursivas na denúncia contra Renan Calheiros, Aníbal Gomes e Paulo Twiaschor: o caso Serveng**. 2020. 201 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Alexandro Teixeira. **A responsabilidade enunciativa na sentença judicial condenatória**. 2014. 208 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19383>. Acesso em: 23 jun. 2018.

GOMES, Flávia Elizabeth de Oliveira. **Representações textual-discursivas de si e dos outros em acordo de colaboração premiada**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2018.

LANZILLO, Anderson Souza da Silva. **Ponto de vista e responsabilidade enunciativa em sentenças de pedido de falência**. 2016. 180 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22201>. Acesso em: 5 abr. 2020.

LOPES, Alba Valéria Saboia Teixeira. **A representação discursiva da vítima e do réu no gênero sentença judicial**. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19592>. Acesso em: 8 ago. 2019.

LOPES, Alba Valéria Saboia Teixeira. **“De “Governante máxima” a “denunciada”**: as representações discursivas na denúncia do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. 2019. 195 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27725>. Acesso em: 7 jul. 2020.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva. **A argumentação na petição inicial**. 2008. 103 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16144>. Acesso em: 15 fev. 2020.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva. **Análise textual dos discursos**: responsabilidade enunciativa no texto jurídico. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16383>. Acesso em: 5 abr. 2020.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva. **Análise textual dos discursos**: responsabilidade enunciativa no texto jurídico. Curitiba: CRV, 2015.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva. **A argumentação na petição inicial**. Curitiba: CRV, 2017.

MARCUSCHI, Luís Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Ângela Paiva *et al.* **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 18-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos da produção de sentido**. 1998.

MARQUESI, Sueli Cristina. **A organização do texto descritivo em língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MEDEIROS, Célia Maria de. **Responsabilidade enunciativa no gênero jurídico contestação**. 2016. 180 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22200>. Acesso em: 24 dez. 2017.

MEDEIROS, Célia Maria de; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Responsabilidade enunciativa e plano de texto no gênero jurídico contestação. *In*: GOMES, Alexandro Teixeira Gomes; PASSEGGI, Luís; RODRIGUES, Maria das Graças (org.). **Análise textual dos discursos: perspectivas teóricas e metodológicas**. Coimbra, Portugal: Grácio Editor, 2018. p. 143-156.

MOREIRA NETO, Euclides. **J'Accuse!**: análise de representações textual-discursivas de Dreyfus e de Esterhazy. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25485>. Acesso em: 27 abr. 2020.

OLIVEIRA, Anahy Samara Zamblano de. **Análise textual das representações discursivas no discurso político brasileiro: o discurso da primeira posse da presidenta Dilma Rousseff (1º/01/2011)**. 2014. 150 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19800>. Acesso em: 9 dez. 2018.

OLIVEIRA, Maria do Socorro. **A responsabilidade enunciativa em textos de inquérito policial relacionado a crimes de violência contra a mulher**. 2016. 190 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22201>. Acesso em: 10 maio 2019.

PACHECO, Gustavo de Britto Freire. Retórica e nova Retórica: a tradição grega e a teoria da argumentação de Chaim Perelman. **Portal do e-gov**, 2011. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/ret%C3%B3rica-e-nova-ret%C3%B3rica-tradi%C3%A7%C3%A3o-grega-e-teoria-da-argumenta%C3%A7%C3%A3o-de-chaim-perelman>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PASSEGGI, Luis *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. *In*: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (org.). **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

PASSEGGI, Luís. Uma abordagem do discurso jurídico do ponto de vista da linguística do texto e do discurso. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, 3., Aracaju, 2016. **Anais [...]**. Ilhéus: Editus, 2016. p. 2874-2885. Disponível em: <http://octeventos.com/site/sediar/anais.php>. Acesso em: 10 dez. 2016.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, Rosalice. **Como argumentar e persuadir**: práticas: políticas, jurídicas e jornalísticas. Lisboa: Quid Juris, 2010.

PINTO, Rosalice; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Textos e discurso no direito e na política**: análises e perspectivas interdisciplinares. Coimbra: Grácio, 2016.

PINTO, Rosalice; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Argumentação à luz da racionalidade e da emoção**. Coimbra: Grácio Editor, 2018.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**. Tradução de Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola, 2008.

POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

QUEIROZ, Maria Eliete de. **Representações discursivas no discurso político: “não me fiz sigla e legenda por acaso”**: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães (30/05/2001). 2013. 188 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16301>. Acesso em: 22 out. 2019.

RABATEL, Alain. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração: teoria e análise. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi e João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016. v. 1.

RABATEL, Alain. Pour une reconception de l’argumentation à la lumière de la dimension argumentative des discours. **Argumentation et Analyse du Discours**, Tel-Aviv, Israel, v. 20, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aad/2493>. Acesso em: 20 maio 2020.

RIBEIRO, Roziane Marinho. **A construção da argumentação oral no contexto de ensino**. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. A tessitura textual da denúncia contra a ex-Presidente Dilma Rousseff e a seção de conclusão da Defesa. *In*: GOMES, Alexandro Teixeira Gomes; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças (org.). **Análise textual dos discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio, 2018. p. 51-64.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Linguística textual e responsabilidade enunciativa. *In*: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Linguística textual**: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador, 2017. p. 299-316.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Ponto de vista e responsabilidade enunciativa em sentenças judiciais, em depoimentos de testemunhas e de réus: a argumentação em perspectiva. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, 3., Aracaju, 2016. **Anais** [...]. Ilhéus: Editus, 2016a. p. 3157-3167. Disponível em: <http://octeventos.com.br/sediar/anais.php>. Acesso em: 6 jul. 2016.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Sentenças condenatórias: plano de texto e responsabilidade enunciativa. *In*: PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Linguagem e direito**: perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Contexto, 2016b. p. 129-144.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Sentenças judiciais – instâncias enunciativas constitutivas. *In*: TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton; POMPEU, Júlio César (org.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas**: mídia, sociedade e Direito. São Paulo: Terracota, 2016c. p. 203-214.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares *et al.* A carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual no discurso político. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 282-302, 2012.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; LANZILLO, Anderson Souza da Silva. Aplicação da Constituição Federal de 1988: decisões judiciais da área cível e penal. *In*: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; BUENO, Francisco de Godoy (org.). **Direito e linguagem**: a Constituição de 1988. Londrina, PR: Thoth, 2019. p. 143-157.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luís. “Tentam colocar medo no povo”: vozes, emoções e representações num texto jornalístico. *In*: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua portuguesa e lusofonia**: história, cultura e sociedade. São Paulo: EDUC, 2016. p. 259-272.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes da. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso polêmico de renúncia. *In*: RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes da (org.). **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 150-195.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes da; PASSEGGI, Luís (Orgs.). **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010b.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes da. Planos de texto e representações discursivas: a seção de abertura em processo-crime. *In*: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua portuguesa e lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014. p. 240-255.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes. “SAIO DA VIDA PARA ENTRAR NA HISTÓRIA”: pontos de vista, responsabilidade enunciativa coletiva e polêmica pública na Carta-Testamento de Getúlio Vargas. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 11, n. 15, p. 100-113, 2016.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes da; PASSEGGI, Luis. Ponto de vista e responsabilidade enunciativa no discurso da presidenta Dilma Rousseff, após a admissibilidade do *impeachment* pelo Senado. *In*: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua portuguesa**: história, memória e interseções lusófonas. São Paulo: EDUC, 2018. p. 133-146.

RODRIGUES, Ticiane. **Tradições discursivas em gêneros jurídicos**: um estudo sobre o gênero denúncia em processos criminais dos séculos XX e XXI. 2016. 271 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

SANTOS, Maria de Fátima Silva dos. **Representações discursivas de vítima e agressor em textos de inquéritos policiais**. 2016. 90 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21779>. Acesso em: 25 maio 2020.

SILVA NETO, João Gomes da; SANTOS, Maria de Fátima dos. As representações discursivas de vítima na construção dos sentidos em textos de inquéritos policiais. **Revista Odisséia**, Natal, v. 12, p. 76-94, out. 2016.

SILVA, Ananias Agostinho da. **Representações discursivas sobre lampião e seu bando em notícias de jornais mossoroenses (1927)**: “O mais audaz e miserável de todos os bandidos” e o seu “grupo de asseclas”. 2015. 213 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20998>. Acesso em: 15 maio 2020.

SILVA, José Iranilson da. **O gênero sentença judicial**: um estudo exploratório do plano de texto. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21558>. Acesso em: 5 jan. 2020.

SILVA, José Iranilson da. O plano de texto como orientação argumentativa do gênero sentença judicial. *In*: PINTO, Rosalice; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Textos e discursos no direito e na política**: perspectivas interdisciplinares. Coimbra: Grácio Editor, 2018a. p. 131-140.

SILVA, José Iranilson da. O plano de texto e a orientação argumentativa: a denúncia de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. *In*: DAMELE, Giovanni; RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PINTO, Rosalice (org.). **Argumentação à luz da racionalidade e da emoção**. Coimbra: Grácio Editor, 2018b. p. 181-193.

SOARES, Emiliana Souza Soares. **Dispositivos enunciativos na sentença judicial condenatória de crimes contra a dignidade sexual infanto-juvenil**. 2016. 316 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23303>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SOARES, Emiliana Souza; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Plano de texto do gênero sentença judicial de crime hediondo no Âmbito da família. *In*: GOMES, Alexandro Teixeira Gomes; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças (org.). **Análise textual dos discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 187-222.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TOULMIN, Stephen. Os usos do argumento. 2. ed. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1958].

TRUBILHANO, Fábio; HENRIQUES, Antônio. **Linguagem jurídica e argumentação**: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**. São Paulo: Ática, 1977. (Col. Ensaios).

VOGT, Carlos. Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções “porque”, “pois”, e “já que”. *In*: **Caderno de Estudos Linguísticos**, Unicamp, n. 1, p. 35-50, 1978.

VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1980.

ANEXOS

ANEXO A – Texto da sessão “Dos Fatos” do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff

1- Dos fatos:

O Brasil está mergulhado em profunda crise. Muito embora o Governo Federal insista que se trata de crise exclusivamente econômica, na verdade, a crise é política e, sobretudo, MORAL.

O Governo Federal também tenta fazer crer que tal crise pode se tornar institucional; sugere que se arrefeçam os ânimos, admitindo-se o quadro de horror que se estabeleceu no país; porém, não há que se falar em crise institucional. As instituições estão funcionando bem e, por conseguinte, possibilitam sejam desvendados todos os crimes perpetrados no coração do Poder.

O Tribunal Superior Eleitoral, em longo e minucioso processo, tem apurado inúmeras fraudes, verdadeiros estelionatos, encetados para garantir a reeleição da Presidente da República, tendo o Ministro Gilmar Mendes aduzido que, se soubesse, anteriormente, do que sabe na atualidade, não estariam aprovadas as contas de campanha da Presidente. Também o Ministro João Otávio de Noronha defendeu a abertura de investigação referente à campanha da denunciada.

Foi assim que, no último dia 26 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu reabrir o julgamento sobre as contas de campanha da Presidente da República.

Em paralelo, o Tribunal de Contas da União (TCU) assinalou flagrantes violações à Lei de Responsabilidade Fiscal, as quais ensejaram Representação Criminal à Procuradoria Geral da República, em petição elaborada pelo ora denunciante Miguel Reale Júnior.

Essa *notitia criminis* demonstra que a Presidente, que sempre se apresentou como valorosa economista, pessoalmente responsável pelas finanças públicas, deixou de contabilizar empréstimos tomados de Instituições Financeiras públicas (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), contrariando, a um só tempo, a proibição de fazer referidos empréstimos e o dever de transparência quanto à situação financeira do país. Em suma, houve uma maquiagem deliberadamente orientada a passar para a nação (e também aos investidores internacionais) a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável e, portanto, teria condições de manter os programas em favor das classes mais vulneráveis. Diante da legislação penal comum,

31 a Presidente incorrera, em tese, nos crimes capitulados nos artigos 299, 359-A e 359-
32 C, do Código Penal, respectivamente, falsidade ideológica e crimes contra as finanças
33 públicas.

34 Em 26 de agosto do corrente ano, Ministro do TCU noticiou à BBC que alertara
35 a Presidente acerca das irregularidades em torno das chamadas pedaladas fiscais. E,
36 no último dia 07, o mesmo Tribunal, em decisão histórica, inegavelmente técnica,
37 rejeitou as contas do Governo Dilma, relativamente a 2014.

38 Na esteira do histórico processo do Mensalão, Ação Penal Originária 470, em
39 que restaram expostos os planos de perpetuação no poder por parte do Partido
40 Político ao qual a Presidente da República é filiada, foi deflagrada a Operação Lava
41 Jato, que em cada uma de suas várias fases colhe pessoas próximas à Presidente,
42 desconstruindo a aura de profissional competente e ilibada, criada por marqueteiros
43 muito bem pagos.

44 Com efeito, a máscara da competência fora primeiramente arranhada no
45 episódio envolvendo a compra da Refinaria em Pasadena pela Petrobrás. Por todos
46 os ângulos pelos quais se analise, impossível deixar de reconhecer que o negócio,
47 mesmo à época, se revelava extremamente prejudicial ao Brasil. Segundo consta, as
48 perdas foram superiores a setecentos milhões de reais.

49 Na oportunidade, a Presidente da República era presidente do Conselho da
50 Estatal e deu como desculpa um equívoco relativo a uma cláusula contratual. À época,
51 muitos indagaram se essa suposta falha não infirmaria a fama de competência e
52 expertise na seara de energia, porém, ninguém teve a audácia de desconfiar da
53 probidade da Presidente.

54 Mas, como se diz popularmente, Pasadena foi apenas a ponta do “iceberg”,
55 pois a Operação Lava Jato realizou verdadeira devassa em todos os negócios feitos
56 pela Petrobrás, constatando, a partir de colaborações premiadas intentadas por Paulo
57 Roberto Costa e Alberto Youssef, que as obras e realizações propaladas como
58 grandes conquistas do Governo Dilma não passavam de meio para sangrar a
59 promissora estatal que, atualmente, encontra-se completamente descapitalizada e
60 desacreditada, inclusive internacionalmente. Nas palavras de um dos Ministros do
61 Supremo Tribunal Federal, comparado à Lava Jato, o Mensalão se transformou em
62 feito passível de ser julgado por Juizado de Pequenas Causas.

63 Vale destacar que Paulo Roberto Costa era pessoa muito próxima à
64 Presidente da República, ao lado de quem posou para várias fotografias em eventos

65 públicos, tendo sido convidado para o casamento da filha da Presidente, em cerimônia
66 bastante reservada .

67 Para a infelicidade do país, os prejuízos havidos com Pasadena ficaram
68 pequenos diante do quadro de descalabro que se descortinou. Reforça-se, a cada dia,
69 a convicção de que algumas empresas foram escolhidas para serem promovidas
70 internacionalmente e, a partir de então, participando de irreais licitações, drenar a
71 estatal, devolvendo grande parte dos valores por meio de propinas, ou de doações
72 aparentemente lícitas.

73 Em outubro de 2014, ao prestar seu segundo depoimento em colaboração,
74 Alberto Youssef asseverou que, dentre outras autoridades, a Presidente da República
75 tinha ciência do que acontecia na Petrobrás. Em 25 de agosto do ano corrente,
76 Youssef reafirmou que Lula e Dilma sabiam do esquema de propinas, na Petrobrás.
77 Em acórdão da lavra do Ministro Dias Toffoli, exarado no Habeas Corpus de número
78 127.483/PR, o Egrégio Supremo Tribunal Federal confirmou a validade da
79 colaboração premiada realizada com Youssef.

80 Por força das constatações da Operação Lava Jato, foram presos o ex-
81 Ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o ex-dirigente da
82 Petrobrás Nestor Cerveró, pessoas que a Presidente fazia questão de reverenciar, até
83 que negar os descalabros ficasse impossível.

84 Apesar das investigações em andamento e diante de fortes indícios de que
85 muitas irregularidades haviam sido praticadas, a denunciada seguiu discursando pelo
86 Brasil, reforçando a confiança nos dirigentes da estatal, como a presidente Graça
87 Foster. Aliás, durante todo o processo eleitoral, a denunciada negou que a situação
88 da Petrobrás, seja sob o ponto de vista moral, seja sob o ponto de vista econômico,
89 era muito grave.

90 Com efeito, mesmo com todas as notícias veiculadas, a denunciada insistiu
91 na estapafúrdia tese de que as denúncias seriam uma espécie de golpe, mera
92 tentativa de fragilizar a Petrobrás, sempre destacando sua expertise na área de
93 economia e de energia, ou seja, a Presidente dava sua palavra acerca da hignidade da
94 empresa! Vale lembrar que a presidente da Petrobrás deixou o cargo apenas em
95 fevereiro de 2015, quando a situação já era insustentável, no segundo mandato,
96 portanto.

97 Mas o quadro é ainda pior. A Operação Lava Jato jogou luz sobre a promíscua
98 relação havida entre o ex-Presidente Lula e a maior empreiteira envolvida no

99 escândalo, cujo presidente já está preso, há um bom tempo. Não há mais como negar
100 que o ex-Presidente se transformou em verdadeiro operador da empreiteira,
101 intermediando seus negócios junto a órgãos públicos, em troca de pagamentos
102 milionários por supostas palestras, dentre outras vantagens econômicas.

103 Em julho de 2015, o Ministério Público Federal do Distrito Federal, por força
104 do trabalho do Núcleo de Combate à Corrupção, iniciou investigação pela suposta
105 prática de tráfico de influência, por parte do ex-presidente Lula, a fim de apurar
106 favorecimento ao grupo Odebrecht, no exterior.

107 Recentemente, o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª. Região, por meio
108 de acórdão prolatado pelo Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto, nos
109 autos do Habeas Corpus de número 503125866.2015.4.04.0000/PR, impetrado em
110 benefício do presidente da Odebrecht, denegou a ordem, aduzindo que os fatos
111 envolvendo a Petrobrás são notórios.

112 “O histórico do processo é extenso, não sendo possível tal conclusão da
113 análise crítica e exclusiva do decreto prisional ora impugnado. Há critérios para a
114 decretação das prisões, os quais se fundam no art. 312 do Código de Processo Penal,
115 reservadas, como já ressaltado pela 8ª Turma deste Tribunal, aos principais atores da
116 empreitada criminosa. Assim, 'em um grupo criminoso complexo e de grandes
117 dimensões, a prisão cautelar deve ser reservada aos investigados que, pelos indícios
118 colhidos, possuem o domínio do fato como os representantes das empresas
119 envolvidas no esquema de cartelização ou que exercem papel importante na
120 engrenagem criminosa'. (HC nº 501676317.2015.404.0000). Ademais, a realidade
121 processual contradiz qualquer assertiva em sentido contrário. Há delatores presos e
122 não delatores em liberdade. Bom exemplo é o caso do investigado e réu Ricardo
123 Ribeiro Pessoa, Diretor da UTC, que, mesmo após a obtenção da liberdade provisória,
124 decidiu, por iniciativa própria, celebrar acordo de delação premiada. Gerson de Mello
125 Almada, dirigente da Engevix, mesmo sem recorrer ao acordo de colaboração, admitiu
126 a existência de cartel, do pagamento de propinas e indicou a participação da
127 Odebrecht no esquema.

128 3.4. Assim, presentes os pressupostos para decretação da prisão preventiva,
129 seja por força do risco à instrução processual, dada a existência de indicativos que o
130 paciente pretendeu destruir provas, seja à ordem pública, ante a reiterada e
131 multiplicidade de condutas ilícitas praticadas por meio de pessoas jurídicas, as quais
132 até hoje mantém contratos com a administração pública, atuando de modo organizado

133 e cooperado para fraudar licitações, aferir ganhos extraordinários, bem como risco à
134 ordem econômica. Sobre este último aspecto, desnecessário gastar tinta, porquanto
135 basta abrir qualquer jornal para verificar os prejuízos causados à Petrobrás, à
136 economia nacional e as severas consequências internacionais que a empresa e o
137 Estado estão na iminência de sofrer”.

138 Os contornos de crime de responsabilidade ficam mais salientes, quando se
139 verifica que Lula é muito mais do que um ex-Presidente, mas alguém que, segundo a
140 própria denunciada, lhe é indissociável e NUNCA SAIU DO PODER.

141 De fato, antes de o candidato do PT para a eleição de 2014 estar definido,
142 quando perguntada acerca da possibilidade de o ex-Presidente voltar, a atual
143 Presidente respondeu que ele (Lula) não iria voltar porque nunca havia saído, frisando
144 que ambos seriam indissociáveis.

145 Ora, se a Presidente era (e é) indissociável de Lula, muito provavelmente,
146 sabia que ele estava viajando o mundo por conta da Construtora Odebrecht, que
147 coincidentemente sagrou-se vencedora para realizar muitas obras públicas, no Brasil
148 e no exterior! Aliás, não se podem desconsiderar as fortes acusações feitas pelos
149 empresários gaúchos, Auro e Caio Gorentzvaig, no sentido de que Dilma teria sido
150 imposta a Lula por referido grupo empresarial.

151 Recentemente, houve o vazamento de um relatório do COAF, dando conta de
152 que o ex-Presidente Lula teria recebido quase TRINTA MILHÕES DE REAIS, boa
153 parte de empresas que contratam com o Governo Federal, por supostas palestras.
154 Pois bem, ao invés de mandar investigar os estranhos recebimentos, a Presidente da
155 República, por meio de seu Ministro mais próximo, mandou apurar o vazamento da
156 informação, em mais um sinal de que está disposta a tudo para proteger seu
157 antecessor.

158 A esse respeito, cumpre ressaltar a constante defesa que a denunciada faz
159 da figura do ex-presidente Lula. Mesmo presentemente, objetivando lhe conferir certa
160 imunidade, estuda elevá-lo à condição de Ministro. Elevar à condição de Ministro
161 quem pode ter funcionado como operador da empreiteira que desfalcou a Petrobrás?!
162 A Imprensa nacional, inclusive, noticia que a Presidente Dilma já passou o governo
163 ao Ex-Presidente Lula, em uma espécie de terceiro mandato! Um acinte!

164 Independentemente de qualquer antecipação de juízo sobre culpa, estando o
165 presidente da Odebrecht preso, sendo fato notório que o Presidente Lula lhe prestava
166 assessoria nos contratos firmados e mantidos com o Poder Público, não seria caso,

167 no mínimo, de a Presidente Dilma Rousseff afastar-se, ao menos institucionalmente,
168 de seu antecessor?

169 Necessário apontar que, apesar da edição da Lei de Acesso à Informação, os
170 montantes enviados para Cuba e Angola receberam a chancela de sigilosos.
171 Estranhamente, as empresas tão bem representadas pelo ex-Presidente,
172 indissociável da atual Presidente, segundo consta, conduziram obras nesses países!

173 Durante muitos anos, todos os brasileiros foram iludidos com o discurso de
174 que o ex-Presidente Lula seria um verdadeiro promotor do Brasil, no exterior, um
175 propagandista que estaria prospectando negócios para as empresas nacionais, no
176 estrangeiro. No entanto, conforme foram se descortinando os achados da Operação
177 Lava Jato, restou nítido que todo esse cenário serviu, única e exclusivamente, para
178 sangrar os cofres públicos.

179 Existe a tese de que nada haveria contra a Presidente da República. No
180 entanto, os escândalos que se sucedem, de há muito, passam próximos a ela, não
181 sendo possível falar em mera coincidência, ou falta de sorte. A Presidente da
182 República faz parte desse plano de poder. E os Poderes constituídos precisam, nos
183 termos da Constituição Federal, agir.

184 Não é exagero lembrar que, quando ainda era Ministra da Casa Civil, a
185 Presidente tinha como seu braço forte a ex-ministra Erenice Guerra, que sempre se
186 encontra em situações questionáveis, sendo certo que, mais recentemente, envolveu-
187 se na Operação Zelotes, referente à corrupção no Carf .

188 Como de costume, seja com relação a Erenice Guerra, seja com relação a
189 Graça Foster, seja com relação a Nestor Cerveró, ou Jorge Zelada, a Presidente agiu
190 como se nada soubesse, como se nada tivesse ocorrido, mantendo seus assistentes
191 intocáveis e operantes na máquina de poder instituída, à revelia da lei e da
192 Constituição Federal.

193 Para espanto de todos, Edinho Silva, tesoureiro da campanha da Presidente,
194 apontado como receptor de quase quatorze milhões de reais, é mantido no Governo,
195 no importante cargo de Ministro de Comunicação Social.

196 Poder-se-ia aduzir que fatos anteriores ao exercício da Presidência da
197 República seriam irrelevantes, como, por exemplo, a compra da Refinaria em
198 Pasadena, enquanto Dilma Rousseff era Presidente do Conselho da Petrobrás.
199 Todavia, fazer referência a esses acontecimentos se revela preciso, não com o fim de
200 obter responsabilização por eles, mas com o intuito de evidenciar que a tese do

201 suposto desconhecimento se mostra insustentável. Fosse um único fato, até se
202 poderia admitir tratar-se de um descuido, ou coincidência; porém, estando-se diante
203 de uma verdadeira continuidade delitiva, impossível crer que a Presidente da
204 República não soubesse o que estava passando a sua volta. **E os crimes se**
205 **estenderam a 2015, ou seja, invadiram o segundo mandato!**

206 Em outras palavras, antes do descortinar dos fatos apurados na Lava Jato,
207 até era crível que a compra de Pasadena se tivesse dado por um erro relativo a uma
208 cláusula contratual; entretanto, passado todo esse tempo, com todos os escândalos
209 que vieram à tona, tem-se que Pasadena foi apenas mais um episódio e a estratégia
210 de “não sei, não vi” se revela *modus operandi*.

211 Renomados juristas proferiram pareceres favoráveis à instalação do Processo
212 de *Impeachment* e à perda do cargo da Presidente da República, sugerindo, no
213 entanto, que seus crimes de responsabilidade seriam de natureza culposa. Ao ver
214 desses dignos estudiosos, a governante máxima teria sido apenas negligente ao não
215 responsabilizar seus subalternos.

216 Com todo respeito a esses nobres pareceristas, com os quais ora se concorda
217 acerca do cabimento e procedência do *Impeachment*, nesta oportunidade, afirma-se
218 que tudo indica ter a denunciada agido com dolo, pois a reiteração dos fatos, sua
219 magnitude e o comportamento adotado, mesmo depois de avisada por várias fontes,
220 não são compatíveis com mera negligência.

221 Reforça o entendimento de que a Presidente da República agiu com dolo o
222 fato de ela sempre se mostrar muito consciente de todas as questões afetas ao setor
223 de energia, bem como aquelas relacionadas à área econômica e financeira. Ademais,
224 além de ser economista por formação, a dirigente máxima do país ocupou cargos
225 umbilicalmente relacionados ao setor de energia, não sendo possível negar sua
226 personalidade centralizadora. Em análise bastante minuciosa, o jornalista, escritor e
227 político Fernando Gabeira, mostra bem que só pode alegar falta de elementos para o
228 *Impeachment* quem não concatena os fatos.

229 O caso é grave e, por isso, lança-se mão de medida drástica, extrema, porém,
230 CONSTITUCIONAL. Apresentar esta denúncia constitui verdadeiro dever de quem
231 estudou minimamente o Direito, sobretudo em seus ramos Constitucional,
232 Administrativo e Penal. Golpe será permitir que o estado de coisas vigente se
233 perpetue. Como bem ensinara o saudoso Ministro Paulo Brossard:

234 “O sujeito passivo do *impeachment* é a pessoa investida de autoridade, como
235 e enquanto tal. Só aquele que pode malfazer ao Estado, como agente seu, está em
236 condições subjetivas de sofrer a acusação parlamentar, cujo escopo é afastar do
237 governo a autoridade que o exerceu mal, de forma negligente, caprichosa, abusiva,
238 ilegal ou facciosa, de modo incompatível com a honra, a dignidade e o decoro do
239 cargo” (O *Impeachment*. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 134).

240 Se esta Casa não tomar as providências cabíveis, a tendência é realmente
241 este terrível quadro se acirrar, pois o Governo Federal já está movendo seus
242 tentáculos com o fim de mitigar a Lei Anticorrupção, objetivando, novamente,
243 favorecer as empresas que se encontram no centro dos escândalos que assolam o
244 país, como bem diagnosticado pelo Eminentíssimo Jurista Modesto Carvalhosa, em
245 recentes artigos. Aliás, o mesmo Professor denunciou a condescendência criminosa
246 da Presidente da República, já em dezembro de 2014.

247 Cumpre, ainda, chamar atenção para o grave fato de o governo Federal ter
248 tentado constranger o TCU, por meio de estranha entrevista coletiva de três Ministros
249 de Estado, em plena tarde de domingo!

250 Parte dos fatos objeto do presente feito pode constituir, além de crimes de
251 responsabilidade, crimes comuns. A Procuradoria Geral da República já está de posse
252 de representação pelos crimes comuns contrários à fé pública e às finanças públicas.
253 Por razões desconhecidas dos ora subscritores, a representação ainda não foi
254 avaliada pelo Procurador Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, recém-reconduzido
255 ao cargo.

256 Todavia, a possível ocorrência de crime comum não inviabiliza o processo por
257 crime de responsabilidade. Muito ao contrário, a existência de crimes comuns apenas
258 reforça a necessidade de se punir a irresponsabilidade. Em primeiro lugar, tem-se que
259 a Constituição Federal, a lei e a doutrina não afastam a possibilidade de dupla punição
260 (por infração política e também penal) e, em segundo lugar, diante da inércia da
261 autoridade competente para fazer apurar o crime comum, ainda mais legítimo rogar a
262 esta Egrégia Casa que assuma seu papel constitucional. É o que ora se requer!

263 Centenas de juristas reunidos em tradicional comemoração do dia “XI de
264 Agosto” externaram sua indignação ao apoiar manifesto da lavra do Eminentíssimo
265 Jurisconsulto Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

266 Em 2015, em diversas oportunidades, a população foi maciçamente às ruas,
267 em números muito superiores ao contingente de pessoas que se mobilizou em 1992.

268 Pouco antes da manifestação do dia 16 de agosto, ao lado de outros tantos brasileiros,
269 os três denunciantes gravaram vídeo para o Movimento Vem pra Rua, convidando a
270 população a se mobilizar.

271 O vídeo feito com o primeiro signatário, bem como carta de sua autoria, lida
272 por Rogério Chequer, um dos líderes de tal Movimento, evidencia que, de há muito,
273 estamos vivendo em uma falsa Democracia, sendo certo que o resgate da verdadeira
274 se faz necessário.

275 O processo de *Impeachment* visa à verdade real, os fatos ora narrados não
276 limitam a atuação desta Câmara e do Senado Federal, por conseguinte, desde logo,
277 pleiteia-se que sejam levadas em consideração as revelações que ainda estão por vir.
278 De todo modo, o que já há apurado resta suficiente para deflagrar este processo, haja
279 vista que a conduta omissa da denunciada, relativa aos desmandos na Petrobrás,
280 restou mais do que comprovada, implicando a prática de crime de responsabilidade
281 nos termos do art. 9, itens 3 e 7, que encerra as seguintes tipificações criminais:

282 “Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

283 3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando
284 manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;

285 7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decôro do
286 cargo.” No entanto, os crimes de responsabilidade da denunciada não se limitam
287 àqueles atentatórios à probidade na administração, pois, como a seguir restará
288 evidenciado, sérias lesões ao orçamento foram perpetradas, seja pela edição de
289 decretos não numerados abrindo crédito suplementar, sem autorização do Congresso
290 Nacional; seja pela prática das chamadas pedaladas fiscais, com inequívoca
291 maquiagem das contas públicas.

292 Este cenário é que fez nascer e se consolidar nos brasileiros o desejo de ver
293 sua presidente impedida de continuar administrando o país. Nada menos que 63%
294 (sessenta e três por cento) da população brasileira quer o *Impeachment* de Dilma
295 Rousseff, revela pesquisa CNT/MDA⁴².

296 A realidade salta aos olhos! Ao contrário do que prega a denunciada e aqueles
297 que lhe são próximos, notadamente o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o único
298 golpe que se praticou foi a reeleição da Presidente; sem contar a sanha de seu Partido
299 de se manter no poder.

⁴² Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/07/21/628-sao-favoraveis-ao-impeachment-de-dilma-diz-pesquisa.htm>

300 Os crimes de responsabilidade de Dilma Vana Rousseff exigem uma resposta
301 firme do Congresso Nacional, em uma única direção, a do impedimento.

302 Registre-se, por oportuno, que, embora os denunciantes já tenham ofertado
303 anterior pedido de *Impeachment* contra a denunciada, inclusive aditando-o, é certo
304 que os fatos que se sucederam, após aquela oportunidade, exigem nova denúncia
305 para que se possa consolidar, com ainda maior clareza, os crimes praticados por
306 Dilma Rousseff., com destaque para a rejeição das contas do Governo pelo Tribunal
307 de Contas da União, bem como a constatação de que as pedaladas invadiram o
308 segundo mandato, caracterizando inafastável continuidade delitiva.

ANEXO B – Texto da sessão “Da contextualização geral” do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff

1- DA CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

“*Veritatem laborare nimis saepe ... exstingui numquam*”

O exame e a compreensão das questões suscitadas nesta defesa que ora se apresenta em nome da Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff, exige que inicialmente se rememore brevemente os fatos, os atos e as circunstâncias jurídicas e políticas que caracterizaram a abertura e a tramitação, até a presente data, deste processo de *impeachment*.

Do mesmo modo, também é necessário que se faça uma prévia contextualização *in abstracto* da natureza ontológica e do regime jurídico desta particular espécie processual, bem como da própria realidade econômico- financeira que *in concreto* caracterizou o período em que nasceram as acusações que constituem a denúncia por crime de responsabilidade em exame nestes autos.

Essa contextualização, mesmo que feita em apertadas linhas, nos propiciará a antevisão de tudo o que a seguir se dirá nesta manifestação de defesa, acerca da ilegitimidade, do caráter abusivo, injusto e ofensivo aos princípios democráticos deste processo de *impeachment*.

Este processo, como se demonstrará, nasceu marcado por um pecado original e tramita impulsionado por intenções políticas que navegam muito distantes do que se apregoa ser o seu fundamento jurídico. Nasceu e tramita marcado pelo oportunismo, pela hipocrisia e pelo golpismo engomado e encoberto por uma Retórica jurídica sem substância.

Tendo em vista a natureza jurídico-política dos processos de *impeachment*, esta contextualização fática, jurídica, econômica, política e valorativa, se coloca como absolutamente indispensável para a melhor compreensão de tudo o que se dirá e se argumentará a seguir em nome da Sra. Presidenta da República.

Pelas razões deduzidas nesta manifestação procuraremos trazer para estes autos a luz que a cada dia parece aumentar mais a sua intensidade sobre a dimensão obscura, sombria, conspiradora e sinistra que permeia todo este arbitrário processo de *impeachment*.

30 A defesa da Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff, sempre acreditou
31 e continuará acreditando que o desenrolar dos fatos e o curso da história, como já no
32 passado registrou a elegante pena de Machado de Assis, sempre acabará por revelar
33 que “*a verdade sai do poço, sem indagar quem se acha à borda*”.

34 E será unicamente na busca da revelação da verdade que a seguir se
35 procurará indicar a correta versão dos fatos, se argumentará e se esgrimirá na defesa
36 de um mandato presidencial legitimamente conquistado nas urnas, do Estado
37 Democrático de Direito e da justiça.

38 **1.1- DO PRESENTE PROCESSO DE *IMPEACHMENT***

39 “Ninguém julga tão mal como os que pensam
40 ImproPRIAMENTE”

41 Para a melhor análise fática, jurídica e valorativa deste processo de
42 *impeachment* promovido em desfavor da Sra. Presidente da República, dividiremos a
43 exposição em cinco segmentos:

44 a) uma breve exposição objetiva dos fatos e atos que antecederam a
45 decisão que determinou a sua abertura;

46 b) a contextualização política dos fatos e atos que ensejaram a tomada de
47 decisão pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, quanto a
48 abertura deste processo de *impeachment*;

49 c) a análise lógica e jurídica da decisão que determinou a abertura do
50 processo de *impeachment*;

51 d) a tramitação deste processo de *impeachment* pela Câmara dos
52 Deputados;

53 e) a atuação do Presidente Eduardo Cunha em relação ao processo de
54 *impeachment*, mesmo após o início do seu processamento no Senado Federal.

55 **1.1.1 - OS FATOS E ATOS QUE ANTECEDERAM A ABERTURA DO** 56 **PROCESSO**

57 Em 31 de agosto de 2015, os cidadãos Hélio Pereira Bicudo e Janaína
58 Paschoal, ofereceram à Câmara dos Deputados denúncia por crime de
59 responsabilidade contra a Sra. Presidenta da República Rousseff.

60 Poucos dias depois, atendendo a uma notificação do Presidente da Câmara,
61 Deputado Eduardo Cunha, os mesmos cidadãos reiteraram seu pedido original, vindo
62 ainda a aditá-lo, para que fosse incluído também como subscritor o cidadão Miguel
63 Reale Jr., ex-Ministro de Estado da Justiça do Governo Fernando Henrique Cardoso.

64 No dia 15 de setembro, os líderes dos partidos de oposição (PSDB, DEM,
65 Solidariedade, PPS, PSC e PTB), após prévio entendimento com o Presidente
66 Eduardo Cunha, apresentaram questão de ordem (Questão de ordem nº. 105/2015)
67 em que solicitavam a fixação de regras para a tramitação do processo de
68 *impeachment* da Sra. Presidente da República.

69 Respondendo a essa questão de ordem, o Presidente Eduardo Cunha veio a
70 fixar estas normas em situação escandalosamente violadora da Constituição, da
71 legislação vigente e do próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Sua
72 intenção era a fixação de regras que estabeleciam um rito sumaríssimo para a
73 realização do processo de *impeachment*, sem que garantias básicas de um devido
74 processo legal e do exercício do direito de defesa estivesse minimamente garantidos.
75 Os protestos da base governista foram imediatos, mas a intransigência do Presidente
76 se apresentava como intransponível, em claro alinhamento com os partidos
77 oposicionistas. Recursos parlamentares para que a matéria fosse reexaminada foram
78 ignorados, *sens peur et sans reproche*, com clara violação aos direitos subjetivos dos
79 recorrentes.

80 Diante da impossibilidade de que a matéria pudesse ser resolvida interna
81 corporis, diversos parlamentares propuseram ações judiciais junto ao Supremo
82 Tribunal Federal. Reconhecendo o arbítrio do Presidente da Câmara, liminares foram
83 monocraticamente concedidas pelos Ministros Teori Zavaski e Rosa Weber, sustando
84 a eficácia destas normas arbitrariamente editadas em atendimento à precitada
85 questão de ordem apresentada pelos partidos oposicionistas.

86 Estas decisões do Supremo Tribunal Federal fizeram com que o Presidente
87 da Câmara revogasse as normas em questão. A pressa em deixar o cenário pronto
88 para o acolhimento e o processamento do pedido de *impeachment* da Presidenta
89 Dilma Rousseff, naturalmente, se sobrepunha ao desejo de provar a adequação da
90 sua decisão normativa ao direito. Não era conveniente esperar as delongas da
91 tramitação dos processos judiciais até a sua final decisão de mérito pelo Plenário do
92 nosso Pretório Excelso.

93 Em 15 de outubro de 2015, os cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale
94 Júnior e Janaína Paschoal, desistem do seu pedido anterior e apresentam uma nova
95 denúncia. Assumindo sua clara vinculação com partidos da oposição, os cidadãos
96 apresentaram este seu novo pedido acompanhados publicamente pelos líderes dos

97 partidos oposicionistas, e de movimentos que, hoje sabe, recebiam apoio dissimulado
98 destes mesmos partidos.

99 Na verdade, este novo pedido de abertura de um processo de *impeachment*
100 contra a Sra. Presidente da República, além das antigas denúncias já deduzidas
101 anteriormente, apresentava novos fatos apontando situações ocorridas após o dia 1o.
102 de janeiro de 2015, dia em que teve início o segundo mandato da Sra. Presidente da
103 República.

104 A estratégia desse novo pedido era clara. Atendendo a sinalização do Sr.
105 Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, as oposições sabiam que o pedido
106 originalmente apresentado não tinha condições jurídicas de prosperar, por força do
107 disposto no art. 86, §4o, da Constituição Federal. De fato, como adiante melhor se
108 especificará, este dispositivo constitucional, segundo posição doutrinária majoritária,
109 impede que fatos anteriores ao início do mandato presidencial possam ensejar a
110 responsabilidade política do Presidente da República. O próprio Sr. Presidente da
111 Câmara já havia desacolhido pedidos anteriores, invocando este fundamento.

112 Por óbvio, um acolhimento nesse momento de uma denúncia invocando fatos
113 delituosos anteriores ao início do mandato da Sra. Presidente da República, retiraria
114 toda e qualquer credibilidade pública desta decisão, em face dos arquivamentos
115 anteriores já decididos. Demonstraria, às claras, não só o caráter arbitrário desta
116 decisão, mas ainda, de forma escancarada, o absoluto descompromisso do
117 Presidente da Câmara com a coerência jurídica. Além de tudo isso, a aceitação de
118 uma denúncia feita com base em fatos pretéritos ao início do atual mandato da
119 Presidenta Dilma Rousseff poderia ser facilmente derrubada no Poder Judiciário.

120 A prudência recomendava, assim, que “fossem encontrados”, o mais
121 rapidamente possível, novos fatos que pudessem juridicamente justificar, dando uma
122 “aparência de coerência” e de “seriedade” a uma decisão que porventura viesse a
123 determinar o processamento da denúncia oposicionista por crime de
124 responsabilidade.

125 Era esta a sinalização dada pelo Presidente Eduardo Cunha aos líderes
126 oposicionistas. Pretendia ele deixar tudo perfeitamente ajustado para que pudesse
127 utilizar, a seu tempo e com eficiência, a arma que tinha contra a Sra. Presidente da
128 República e o seu governo.

129 E assim foi feito pelos cidadãos que renunciaram a seu pedido anterior e
130 apresentaram a nova denúncia. Uma nova denúncia que mantinha os termos da

131 anterior, mas acrescia fatos hipoteticamente ilícitos ocorridos ao longo do ano de
132 2015.

133 A orientação do Presidente Eduardo Cunha havia foi aceita e executada
134 fielmente.